



Parecer Prévio sobre as Contas prestadas pelo Governador do Estado

Exercício 2004





Parecer Prévio sobre as Contas prestadas pelo Governador do Estado

Exercício 2004

Gestão do Governador Luiz
Henrique da Silveira

Relator: Conselheiro Otávio
Gilson dos Santos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO/EXERCÍCIO 2004

RELATOR

Conselheiro Otávio Gilson dos Santos

EQUIPE TÉCNICA

Amilton Opatski, Ângelo Luiz Buratto, Edison Stieven, Ivo Possamai, Jânio Quadros, Jair Antônio Duarte, João Sérgio Santana, Joel José Coelho, Leonir Santini, Neimar Paludo, Nevelis Scheffer Simão, Mauri Pereira Júnior, Odilon Inácio Teixeira, Paulino Furtado Neto, Paulo João Bastos, Paulo Gastão Pretto, Pedro Jorge Rocha de Oliveira, Pedro Vitali, Ricardo Caruzo Mac Donald, Rosemari Machado, Sidney Antônio Tavares Júnior, Trícia Munari Pereira, Zenio Rosa Andrade, Zulmar Hélio Bortolotto

SUPERVISÃO

Conselheiro José Carlos Pacheco

EDIÇÃO E REVISÃO

Valdelei Rouver (ACOM)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Ayrton Cruz

CAPA

Fábio F. Nunes

S231p Santa Catarina. Tribunal de Contas

Parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado — exercício 2004. Florianópolis : Tribunal de Contas, 2005.

464 p.:

1. Administração Pública – contas.
2. Tribunal de Contas – relatório e parecer.
- I. Título.

CDU. 350.98164

PEDIDOS DESTA PUBLICAÇÃO PARA:

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Assessoria de Comunicação Social
Rua Bulcão Vianna, 90
88010-970 — Florianópolis — SC
E-mail acom@tce.sc.gov.br



SUMÁRIO

RELATÓRIO DO RELATOR	13
PARECER PRÉVIO	69
CAPÍTULO I — ANÁLISE DA GESTÃO FISCAL CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	76
1.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	77
1.1.1 Mecanismos de Planejamento Orçamentário e de Ações Públicas	77
1.1.2 Execução Orçamentária da Receita	81
1.1.3 Receita	83
1.1.3.1 Receitas por Fontes de Recursos e sua Evolução	83
1.1.3.2 Receitas Correntes	84
1.1.3.2.1 Receita Líquida Disponível — RLD	90
1.1.3.2.2 Receita Corrente Líquida — RCL	92
1.1.3.3 Receitas de Capital	93
1.1.3.3.1 Operações de Crédito	94
1.1.3.3.2 Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital	94
1.1.3.3.3 Destinação da Receita de Alienação de Bens e Direitos	95
1.1.3.4 Receita Efetiva	95
1.1.4 Despesa	96

1.1.4.1 Despesas por Categoria Econômica	96
1.1.4.2 Despesa por Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa no Exercício de 2004	97
1.1.4.3 Despesa Autorizada e Realizada por Poder e Órgão	101
1.1.4.4 Transferências de Recursos Financeiros a Municípios e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	102
1.1.4.5 Despesa nas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional	103
1.1.4.6 Despesas com Pessoal do Estado por Elemento de Despesa	108
1.1.4.7 Ausência de Registro de Despesas Classificadas pelo art. 18, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, como “Outras Despesas de Pessoal”, junto ao Poder Executivo	109
1.1.4.8 Despesas Realizadas e não Empenhadas no Exercício de 2004	110
1.1.4.9 Aplicação do Percentual Mínimo em Ciência e Tecnologia	110
1.1.4.10 Despesa com Pessoal da Administração Pública Estadual Consolidada em relação à Receita Corrente Líquida, conforme LRF	113
1.1.4.11 Recursos Financeiros da Conta Única de Depósitos à disposição da Justiça, disponibilizados ao Poder Executivo	114
1.1.4.12 Despesas com Publicidade na Administração Pública Estadual	115
1.1.5 Relação entre Receita e Despesa Orçamentária	121
1.1.5.1 Evolução das Receitas e Despesas Orçamentárias	122
1.1.5.2 Balanço Orçamentário	122
1.2 GESTÃO FINANCEIRA	128
1.2.1 Movimentação Financeira	128
1.3 GESTÃO PATRIMONIAL	129
1.3.1 Patrimônio Financeiro	130
1.3.1.1 Ativo Financeiro	130
1.3.1.2 Passivo Financeiro	131
1.3.1.2.1 Restos a Pagar	132
1.3.1.2.2 Depósitos de Diversas Origens	134
1.3.1.2.3 Dívida Flutuante	135
1.3.1.3 Situação Líquida Financeira	136
1.3.2 Patrimônio Permanente	137
1.3.2.1 Ativo Permanente	137
1.3.2.2 Passivo Permanente	139
1.3.2.2.1 Dívida Fundada	140
1.3.3 Gestão da Dívida Pública	144
1.3.3.2 Dívida Consolidada Líquida	146

1.3.3.3 Garantias e Contragarantias de Valores	147
1.3.3.4 Operações de Crédito	148
1.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	150
CAPÍTULO II — FUNÇÕES DE GOVERNO	153
2.1 DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO	153
2.1.1 Função Administração	156
2.1.2 Função Saúde	162
2.1.3 Função Educação	167
2.1.3.1 Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	169
2.1.3.2 Fundo de Manutenção e do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF	175
2.1.3.3 Remuneração de Profissionais do Magistério com Recursos do Fundef	177
2.1.3.4 Salário-Educação	179
2.1.3.5 Programa de Manutenção do Ensino Superior	181
2.1.4 Função Transporte	183
2.1.5 Função Segurança Pública	184
CAPÍTULO III — ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	185
3.1 AUTARQUIAS	185
3.1.1 Análise Consolidada dos Balanços	187
3.1.2 Análise Consolidada das Receitas e Despesas Orçamentárias	190
3.2 FUNDAÇÕES	191
3.2.1 Análise Consolidada dos Balanços	193
3.2.2 Análise Consolidada das Receitas e Despesas Orçamentárias	195
3.3 FUNDOS ESPECIAIS	198
3.4 EMPRESAS ESTATAIS	202
3.4.1 Aspectos Econômicos e Financeiros das Empresas Estatais	203
3.4.2 Outros Aspectos Comuns às Empresas Estatais	209
3.4.2.1 Demissão de Empregados Aposentados	209
3.4.2.2 Ações Trabalhistas	210
3.4.2.3 Despesas com Consultorias	211
3.4.2.4 Repasse do Tesouro do Estado	211
3.4.2.5 Despesas com Pessoal	211
3.4.2.6 Despesas com Assistência Médica dos Empregados das Estatais	212

3.4.2.7 Repasses às Entidades Ligadas às Estatais	213
3.4.3 Aspectos Individuais a Destacar em Relação às Empresas Estatais	214
3.4.3.1 Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A — CELESC	214
3.4.3.2 Companhia de Gás de Santa Catarina — SCGÁS	217
3.4.3.3 Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina — COHAB	218
3.4.3.4 Companhia Catarinense de Águas e Saneamento — CASAN	219
3.4.3.4.1 Auditoria Operacional Realizada na Estação de Tratamento de Esgoto Insular de Florianópolis — ETE	221
3.4.3.5 Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina — CODESC	225
3.4.4 Empresas em Liquidação	227
3.4.4.1 Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina — CODISC	227
3.4.4.2 Reflorestadora Santa Catarina S/A — REFLORESC	228
CAPÍTULO IV — APRECIÇÃO DAS CONTAS POR PODER E ÓRGÃO COM AUTONOMIA CONSTITUCIONAL	230
4.1 CONTAS DO PODER EXECUTIVO	230
4.1.1 Aspectos Gerais do Poder Executivo	230
4.1.1.1 Participação do Poder Executivo na Receita Líquida Disponível	230
4.1.1.2 Execução Orçamentária da Despesa	231
4.1.1.2.1 Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida	234
4.1.2 Avaliação das Metas Anuais do Estado	235
4.1.2.1 Demonstrativo do Resultado Nominal	235
4.1.2.2 Demonstrativo do Resultado Primário	236
4.1.2.3 Avaliação das Metas Anuais estabelecidas na LDO	237
4.2 CONTAS DO PODER LEGISLATIVO	238
4.2.1 Assembléia Legislativa	238
4.2.1.1 Execução Orçamentária	238
4.2.1.1.1 Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida	241
4.2.2 Tribunal de Contas do Estado	242
4.2.2.1 Execução Orçamentária	242
4.2.2.1.1 Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida	244
4.3 CONTAS DO PODER JUDICIÁRIO	245
4.3.1 Execução Orçamentária	245
4.3.1.1 Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida	248
4.4 CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	249

4.4.1 Execução Orçamentária	249
4.4.1.1 Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida	253

**CAPÍTULO V — ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO E PROVIDÊNCIAS
DOS PODERES E ÓRGÃOS QUANTO ÀS RESSALVAS DO PARECER
PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2003 255**

5.1 QUANTO ÀS RESSALVAS DO PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO	256
5.1.1 Aplicações de recursos do Fundef	256
5.1.2 Gastos dos Recursos do Fundef Remuneração dos Profissionais do Magistério	257
5.1.3 Aplicação dos Recursos Oriundos do Salário-Educação	258
5.1.4 Aplicação no Ensino Superior	260
5.1.5 Constatação de Déficit de Execução Orçamentária em 2003	260
5.1.6 Constatação de Déficit Financeiro em 2003	261
5.1.7 Realização de Despesas sem Suficiente Dotação Orçamentária	262
5.2 QUANTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO	264
5.2.1 Inclusão de despesas com inativos na apuração da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e do Ensino Fundamental	264
5.2.2 Transferência de Recursos para Associações de Empregados, Entidades Assistenciais de Empregados e Similares	266
5.2.3 Publicação de Diárias	267
5.2.4 Adequação do Controle Interno	268
5.2.5 Captação de Recursos a Título de Antecipação de Receita de Tributo	269
5.2.6 Contingenciamento da Despesa	270
5.2.7 Destinação das Receitas de Alienação de Bens e Direitos	272
5.2.8 Cobrança da Dívida Ativa	272
5.2.9 Créditos Tributários Pendentes de Cobrança	275
5.2.10 Repasse a Poderes e Órgãos Constitucionais	276
5.2.11 Déficit Orçamentário e Financeiro	277
5.2.12 Projeto Geração de Trabalho e Renda	278
5.2.13 Programa Microbacias 2	278
5.2.14 Programa BID IV	280
5.2.15 Dívida da CELESC com a Fundação CELOS	282
5.2.16 Dispensa de licitação para aquisições na Secretaria de Estado da Saúde	284
5.2.17 COHAB — Construção da Casa Própria	286
5.2.18 Publicação de Relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária	287

5.2.19 Subvenções Sociais	287
5.2.20 Ações Trabalhistas	288
5.2.21 Aplicação em Ciência e Tecnologia	289
5.3 PODER LEGISLATIVO	290
5.3.1 Controle Interno	291
5.3.2 Publicação de Diárias	291
5.3.3 Subvenções Sociais	292
5.3.4 Serviços da TVAL	294
5.4 PODER JUDICIÁRIO	295
5.5 MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	296
5.5.1 Controle Interno	297
5.5.2 Publicação de Diárias	298
5.5.3 Despesas com Pessoal — Limites da LRF	299

CAPÍTULO VI — INFORMAÇÕES ACERCA DAS OBRAS MAIS RELEVANTES EXECUTADAS/EM EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2004 302

6.1. Obras de Infra-Estrutura na Função Transporte — Modal Rodoviário (DEINFRA)	302
6.1.1 Obras do Programa BID IV — Corredores Rodoviários de Santa Catarina	302
6.1.2 Aplicação dos Recursos da CIDE em Obras Rodoviárias	309
6.1.3 Obras com Recursos Próprios	310
6.1.4 Ponte Hercílio Luz	311
6.1.5 Via Expressa Sul	311
6.1.6 BR-101-Balneário de Penha (acesso 2) — “Acesso ao Beto Carreiro World”	312
6.2 Obras de Infra-Estrutura na Função Transporte — Modal Aéreo (Seinfra — Secretaria de Infra-Estrutura)	312
6.2.1 Aeroporto Regional Sul — Jaguaruna	312
6.2.2 Aeroporto Regional Planalto Serrano — Correia Pinto	312
6.2.3 Aeroporto de Chapecó	313
6.2.4 Aeroporto de Curitiba	313
6.3 Obras de Infra-Estrutura na Função Transporte — Modal de Transporte Marítimo (APSFs)	314
6.4 Obras de Saneamento da Casan	315
6.4.1 Sistema de Esgoto Sanitário de Lages	315
6.4.2 Sistema de Esgoto Sanitário de Chapecó	316
6.4.3 Sistema de Esgoto Sanitário da Barra da Lagoa — Florianópolis	316
6.4.4 Sistema de Esgoto Sanitário Jurerê/Daniela — Florianópolis	316

6.4.5 Sistema de Esgoto Sanitário de Ingleses / Santinho — Florianópolis	317
6.5 Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Obras — SCO	317
6.6 Auditorias Ambientais de Desempenho do TCE.....	319

CAPÍTULO VII — MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL 321

7.1 Expectativa de Vida	321
7.2 Relação Habitantes por Leito Hospitalar, Habitantes por Médico e Habitantes por Dentista	322
7.3 Renda	322
7.4. Desemprego	323
7.5 Educação	323
7.6 Infra-Estrutura de Serviços Públicos	324
7.7 Habitação	326
7.8 Segurança	326
7.9 Conclusão	326

CAPÍTULO VIII — ANÁLISE DAS CONTRA-RAZÕES APRESENTADAS PELO GOVERNADOR EM RELAÇÃO AOS APONTAMENTOS CONTIDOS NO RELATÓRIO PRELIMINAR DO RELATOR E PROJETO PRELIMINAR DE PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO ESTADO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2004 329

8.1 Quanto às Ressalvas Indicadas no Relatório Preliminar do Relator	329
8.1.1 Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde	329
8.1.2 Déficit Orçamentário	346
8.1.3 Déficit Financeiro	348
8.1.4 Aplicação dos Recursos do Fundef na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Percentual Inferior ao Previsto na Constituição Federal	351
8.1.5 Inscrição de Restos a Pagar no Passivo Permanente	352
8.1.6 Aplicação de Recursos em Ciência e Tecnologia	355
8.1.7 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior	357
8.1.8 Não Cumprimento das Metas Fiscais	359
8.1.9 Realização de Despesas sem Dotação Orçamentária	360
8.2 Quanto às Recomendações	361
8.2.1 Informações Exigidas pela LRF no Relatório das Contas Anuais	361
8.2.2 Informações Exigidas no Relatório da Unidade de Controle Interno do Poder Executivo	363
8.2.3 Publicação Resumida dos Créditos Descentralizados	364

8.2.4 Mecanismo de Controle da Aplicação de Recursos da Alienação de Bens e Direitos	364
8.2.5 Outras Despesas com Pessoal	367
8.2.6 Informações Relativas ao Mapa da Exclusão Social	368
8.2.7 Sistema de Acompanhamento dos Programas de Governo	369
8.2.8 Gestão dos Depósitos Judiciais	372
8.2.9 Adequação do Sistema Estadual de Ensino Para Cumprimento da Constituição Federal em Relação aos Recursos do Fundef	372
8.2.10 Adotar Medidas para o Cumprimento da Instrução Normativa nº TC-001/03 ...	372
8.2.11 Aplicação dos Recursos do Fundef conforme LDB	373
8.2.12 Aplicação dos Recursos Provenientes do Salário-Educação	374
8.2.13 Exclusão das Despesas com Pagamentos de Inativos, da Base de Cálculo do Valor Aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	376
8.2.14 Contingenciamento de Despesas	377
8.2.15 Aporte de Recursos para o Projeto de Geração de Trabalho e Renda Através do Reflorestamento	378
8.2.16 Aplicação das Receitas de Alienação de Bens e Direitos	379
8.2.17 Aporte de Recursos da Contrapartida Estadual para Execução dos Programas Financiados por Organismos Internacionais	379
8.2.18 Aplicação em Ciência e Tecnologia	380
CAPÍTULO IX — CONCLUSÃO	381
Parecer Prévio sobre as Contas do Estado — Poder Executivo	383
Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Legislativo	390
Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Judiciário	392
Parecer Prévio sobre as Contas do Ministério Público Estadual	394
ATA	397
ANEXOS	457



RELATÓRIO DO RELATOR

RELATOR: CONSELHEIRO
OTÁVIO GILSON DOS SANTOS



RELATÓRIO E PROPOSTA DO RELATOR PARA A CONCLUSÃO DO PARECER PRÉVIO

PROCESSO Nº : PCG 05/00895953
ORIGEM : GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO
INTERESSADO : LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
RESPONSÁVEL : LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
ASSUNTO : PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2004

1. ASPECTOS PRELIMINARES E FORMAIS

O art. 71, inciso IX, da Constituição do Estado, prescreve que compete privativamente ao Governador prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as Contas do Governo do Estado, referentes ao exercício anterior.

Dando cumprimento ao mandamento constitucional, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Luiz Henrique da Silveira, representado no ato pelo Excelentíssimo Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Max Roberto Bornholdt, em 13 de abril de 2005, ou seja, no prazo constitucional, encaminhou a esta Corte de Contas, por meio do Ofício GG nº PRCC 3521/052, as Contas Anuais do Estado de Santa Catarina, relativas ao exercício financeiro de 2004. Nesta Corte foi constituído o Processo nº PCG 05/00895953.

Integra a Prestação de Contas, o Balanço Geral do Estado e seus anexos, demonstrando a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição do Estado, e o art. 47, parágrafo único, da Lei Complementar nº 202/2000.

Preliminarmente, cumpre salientar que a relatoria das Contas do Governo do Estado, referente ao exercício financeiro de 2004, competia ao conselheiro Luiz Suzin Marini, para tanto sorteado na Sessão do Tribunal Pleno de 17/12/2003, de acordo com o art. 122 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, onde prevê que o sorteio do relator deve ocorrer no exercício anterior ao da análise das contas.

Contudo, em face da eleição do conselheiro Luiz Suzin Marini para a Presidência deste Tribunal, e para cumprir a regra prevista no § 1º, do art. 122, do Regimento Interno, em 14 de fevereiro do ano em curso foi realizado novo sorteio, quando fui escolhido para o nobre encargo de relatar as contas anuais de 2004, do Governo do Estado, ora sob apreciação.

As Contas Anuais de Gestão devem sintetizar a escrituração dos atos e fatos contábeis de natureza orçamentária, econômica, financeira e patrimonial de todas as Unidades Gestoras da Administração Direta do Estado, pertinentes ao exercício imediatamente anterior, expressando a execução da lei orçamentária (que também engloba toda Administração Direta) e a gestão financeira, patrimonial e fiscal do Estado.

Por força do disposto no art. 59, inciso I, da Constituição Estadual, as contas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas integram a Prestação de Contas do Governador do Estado. As Contas são apresentadas de forma consolidada, abrangendo todos os órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, incluídos os demais Poderes e Órgãos constitucionais, assim denominados aqueles dotados de autonomia orçamentária, financeira e de atuação funcional.

O julgamento das contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, cuja competência para o julgamento pertence à Assembleia Legislativa, apresenta natureza político-administrativa, cabendo ao Tribunal de Contas, no exercício de sua função constitucional de auxiliar o controle externo, emitir parecer prévio, nos termos do inciso I do art. 59 da Constituição do Estado. No entanto, preliminarmente, devo ressaltar que o Parecer Prévio não envolve opinião sobre as contas desta Corte, porquanto, em relação ao Tribunal de Contas o parecer prévio compete à comissão permanente da Assembleia Legislativa, prevista no art. 122 da Constituição do Estado e § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/00. A manifestação do Tribunal de Contas tem caráter técnico, competindo à Assembleia Legislativa o julgamento.

No âmbito do Parecer Prévio não será considerado o exame de responsabilidade dos atos de administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, objeto de julgamento de natureza técnico-administrativa do Tribunal de Contas, conforme estabelece o art. 71, II, da Constituição Federal e art. 1º, III, da Lei Complementar Estadual nº 202/00.

Prescreve o art. 48 da Lei Orgânica desta Corte que “o Parecer Prévio do Tribunal de Contas consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamen-

tária e patrimonial do Estado, em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, concluindo pela aprovação ou rejeição das contas”.

Por essa razão, a manifestação desta Corte acerca do Parecer Prévio não repercute ou condiciona qualquer posterior julgamento da responsabilidade de administradores e demais responsáveis.

Com o advento da Lei Complementar nº 101/00 os titulares de Poderes e dos Órgãos constitucionais passaram a contar com parecer separado em relação ao cumprimento das normas de execução orçamentaria, financeira e patrimonial e aspectos da responsabilidade fiscal, sujeitando-se, desta forma, ao controle político exercido pela Assembléia Legislativa.

O presente Projeto de Parecer Prévio é instruído e fundamentado no Relatório Técnico, elaborado pela Diretoria de Controle da Administração Estadual — DCE, abrangendo o cumprimento das normas e instrumentos de gestão relativos à execução Orçamentária das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das empresas, o resultado econômico-financeiro do exercício e do patrimônio financeiro e permanente do Estado, e resultado da gestão fiscal, nos termos dispostos no art. 48, § 2º, da Lei Orgânica do Tribunal.

A análise abrange, ainda, a verificação do cumprimento de normas e limites constitucionais de aplicação de recursos, o cumprimento de limites de despesas previstos em leis e o cumprimento de disposições de leis relativas à aplicação de recursos em projetos e atividades específicas, bem como a análise do endividamento do Estado e das contas dos Poderes e Órgãos indicados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/00, com o objetivo de verificar o cumprimento de preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal em cada Poder e Órgão, especialmente em relação aos limites de despesas com pessoal, inscrição de despesas em restos a pagar e disponibilidade de caixa e, quando aplicável, o endividamento.

Com vistas ao cumprimento do mandamento constitucional da garantia do contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV, da C.F.), inicialmente, em 06 de maio de 2005 foi encaminhado exemplar do Relatório Técnico ao Secretário de Estado da Fazenda. Em 18 de maio do ano em curso, o projeto preliminar de parecer prévio e o relatório preliminar do relator foram encaminhados aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Dr. Luiz Henrique da Silveira, e Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Max Roberto Bornholdt, bem como aos Exmos. Presidentes da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Justiça e ao Exmo. Procurador Geral de Justiça.

Por força do disposto no art. 74 do Regimento Interno do Tribunal, o Processo PCG 05/00895953, relativo às Contas do Governo do Estado do exercício

de 2004, acompanhado do Relatório Técnico, foi enviado ao Ministério Público junto ao Tribunal, que emitiu o Parecer MPTC/Nº 1.374/2005 (fls. 1780/1797).

Por meio do Ofício SEF/GABS Nº 0498/2005 (fls. 2090/2119), o Secretário de Estado da Fazenda, representando o Governador, apresentou contra-razões aos apontamentos constantes do projeto de parecer prévio e do relatório preliminar do Relator. As contra-razões e anexos foram juntadas aos autos (fls. 2090/2629), e consideradas na análise deste Relator.

2. ASPECTOS DE GESTÃO RELEVANTES PARA A APRECIÇÃO DAS CONTAS ANUAIS

Cumpridas as formalidades legais e regimentais, destaco, a seguir, os aspectos mais relevantes no exame das Contas Anuais prestadas pelo Governador do Estado relativas ao exercício de 2004, proporcionando uma visão global das contas em seus aspectos: orçamentário, financeiro e patrimonial da Administração Pública Estadual Catarinense, destacando, também, a verificação do cumprimento de normas a que estavam sujeitos os titulares dos Poderes e Órgãos constitucionais.

Antes, convém salientar que a análise da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é realizada de forma consolidada, abrangendo Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos, e empresas estatais dependentes, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.1. Gestão das Receitas

Considerando as contas consolidadas, observou-se que a *Receita Orçamentária* arrecadada alcançou R\$ 7,57 bilhões no exercício de 2004, constituída por Receitas Correntes de R\$ 7,43 bilhões (98,03%) e Receitas de Capital de R\$ 149,35 milhões (1,97%).

O Balanço demonstra que houve arrecadação de 93,61% da previsão. Na parte relativa às *Receitas Correntes*, constituídas pelas receitas tributárias próprias, patrimoniais, industriais, de serviços, de contribuições, transferências constitucionais e voluntárias e outras, o desempenho pode ser considerado adequado, pois a arrecadação das receitas correntes superou a expectativa contida no Orçamento.

Porém, as *Receitas de Capital* contribuíram para que a receita global fosse inferior à previsão. Esperava-se obter R\$ 874,54 milhões em receitas de capital, mas arrecadou-se R\$ 149,35 milhões, ou 17,08% do estimado.

Considerando que o Estado promoveu transferências constitucionais aos municípios no valor de R\$ 1,52 bilhão, a receita remanescente para utilização pelo Poder Público estadual totalizou R\$ 6,05 bilhões.

Embora inferior à esperada, cabe destacar o crescimento real da arrecadação em 3,20% em relação ao exercício de 2003, em valores atualizados. Em termos nominais o crescimento alcançou 10,43% (de R\$ 7,06 bilhões em 2003 para R\$ 7,57 bilhões em 2004).

No aspecto das *receitas próprias*, que constitui a principal fonte de recursos do Estado, aí compreendidas as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industriais, de serviços, outras receitas correntes e de alienação de bens, representaram 86,03% da receita orçamentária arrecadada.

Não é novidade o fato das *Receitas Tributárias* constituírem a mais significativa fonte de receitas do Estado, que em 2004 alcançou R\$ 5,22 bilhões. Isto se confirma pela constatação de que responderam por 68,94% da receita arrecadada (R\$ 7,57 bilhões). Nota-se crescimento real de 4,83% em relação a 2003. Considerando valores nominais, o crescimento foi de 12,16%.

As receitas decorrentes do *ICMS* são as mais expressivas no contexto da receita tributária. Em 2004 a arrecadação foi de R\$ 5,18 bilhões, correspondendo a 99,10% do total de Receitas Tributárias, e a 68,32% da Receita Total Arrecadada, ou seja, corresponde a mais de dois terços das receitas do Estado. Constatase crescimento de 11,88% em relação a 2003, em valores nominais.

Além das receitas arrecadadas em decorrência do seu poder de tributar, o Estado recebeu *Transferências*, em especial da União, que atingiram R\$ 1,53 bilhão, já deduzida a parcela destinada ao Fundef, representando 20,23% do total da Receita Orçamentária do Estado, resultando em crescimento de 75,98%, em valores nominais, em relação ao exercício de 2003. Deduzida a parte dos Municípios, restou R\$ 1,48 milhões para o Estado.

No exercício de 2004, as receitas decorrentes de *Operações de Crédito* resultaram em R\$ 90,59 milhões. Não se tratam de operações contratadas em 2004, mas de contratos já existentes com o BID (programa rodoviário), BIRD (programa de microbacias) e Caixa Econômica Federal (programa de modernização fazendária — PNAF). Pode ser considerado pouco expressivo em relação à previsão de 222,44 milhões. Porém, para uma análise mais realista, convém se ter em mente que a concretização de previsões relativas a receitas advindas da União ou de organismos internacionais depende de uma multiplicidade de fatores, que acabam frustrando as expectativas, ou pelo menos adiando o recebimento desses recursos, que em sua maior parte são destinados a investimentos. A maioria das

operações depende de autorizações legais e dos projetos aprovados por diversos órgãos e esferas: legislativo estadual, órgãos da União, Senado Federal e dos organismos multilaterais. Além disso, em regra, tais operações dependem de aporte de recursos locais (contrapartida), nem sempre disponíveis.

Na parte das receitas, temos dois conceitos relevantes, pois influenciam diretamente na administração dos Poderes e órgãos autônomos, e que em última análise, se reflete na prestação dos serviços públicos. Um deles é a *Receita Líquida Disponível*, que representa as receitas próprias do Estado. Ela constitui a base de cálculo das transferências de recursos financeiros aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à UDESC, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Conforme informado no Relatório Técnico, a apuração do Tribunal de Contas demonstrou receita líquida disponível de R\$ 4,85 bilhões, correspondendo a 64,06% da Receita Orçamentária Total arrecadada.

Outro conceito relevante é a *Receita Corrente Líquida*, cuja metodologia de apuração está definida na Lei de Responsabilidade Fiscal, e é adotado como parâmetro para a verificação do cumprimento dos limites de endividamento e de despesas de pessoal. De acordo com os critérios estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Receita Corrente Líquida de 2004 totalizou R\$ 5,67 bilhões, que corresponde a 74,84% da receita orçamentária total arrecadada.

Também cabe destacar que segundo a Lei Complementar Federal nº 101/00 as receitas decorrentes da *alienação de bens e direitos* somente poderão ser aplicadas em despesas de capital, salvo para financiamento de despesas correntes relativas aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, exigindo controles específicos para fins de verificação da aplicação dos recursos nas finalidades preconizadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. As receitas do exercício de 2004 decorrentes de alienação de bens e direitos somaram R\$ 1,42 milhão. Em 31.12.2004 havia saldo de R\$ 296 mil para aplicação nas finalidades previstas em lei. Em suas contra-razões, o Poder Executivo informa que foi criada fonte específica para esses recursos, o que constitui um avanço em direção ao controle da aplicação dos recursos. Por isso, entendo que a recomendação sugerida no relatório preliminar possa ser desconsiderada.

2.2. Gestão das Despesas

Quanto às *Despesas*, cabe destacar que houve *execução orçamentária* de R\$ 7,67 bilhões no exercício de 2004, ou 84,73% dos créditos autorizados. Em comparação com o exercício de 2003, a Despesa Orçamentária teve um crescimento nominal igual a 8,59% e um aumento real igual a 1,49%.

As Despesas Correntes, que estão relacionadas com a manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, totalizaram R\$ 6,89 bilhões e corresponderam a 89,86% da despesa total do exercício. As Despesas de Capital, referentes a investimentos em infra-estrutura, aquisição de bens e direitos e amortização do principal da dívida fundada, atingiram R\$ 777,47 milhões, representando 10,14% despesa total do exercício.

Os Investimentos realizados pelo Estado no exercício de 2004 totalizaram R\$ 501,54 milhões, representando 64,51% das despesas de capital (R\$ 777,47 milhões). Nota-se que os investimentos, no montante de R\$ 501,54 milhões, significaram 6,54% da despesa total do exercício. Este é o percentual que o Estado investiu em obras e compra de imóveis para atender essas obras e equipamentos e materiais permanentes. Em 2003 os investimentos foram de R\$ 511,70 milhões (7,24% da despesa total) e em 2002 foi de 454,35 milhões, 6,32% da despesa total daquele exercício, em valores correntes. Observa-se redução dos investimentos em relação ao exercício de 2003, embora seja superior ao investido em 2002.

O pagamento do principal da dívida consumiu R\$ 241,69 milhões, o que representou 3,15% de toda a despesa. Mas se somarmos com os juros e correções o serviço da dívida totalizou R\$ 708,04 milhões, corresponde a 9,23%. Quer dizer, gastamos mais para pagamento da dívida do que conseguimos investir nas obras necessárias para a sociedade.

Antes da Lei de Responsabilidade Fiscal havia o problema da despesa com pessoal, que chegava a consumir quase 80% das receitas e sobrava uma parcela muito pequena para os investimentos. Agora que as despesas com pessoal se adequaram a um limite razoável, menos de 50% de toda a receita do Estado, essa diferença que poderia servir para os investimentos está sendo transferida para o pagamento do serviço da dívida, um encargo que já vem de longa data. O resultado é que continuamos com baixo nível de investimentos. Quem perde é a sociedade catarinense, pois investimentos contribuem decisivamente para o crescimento econômico e a qualidade de vida.

O Poder Executivo repassou aos Poderes e Órgãos os valores previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em percentual sobre a Receita Líquida Disponível. Assim, ao Poder Legislativo foi repassado R\$ 173,17 milhões; ao Poder Judiciário R\$ 325,35 milhões; ao Tribunal de Contas R\$ 57,72 milhões; ao Ministério Público R\$ 137,44 milhões e à UDESC R\$ 93,80 milhões. Todos receberam o devido e até mais, como o Ministério Público que recebeu R\$ 2,75 milhões além do previsto na LDO e o Tribunal de Justiça que recebeu R\$ 650,00 mil a maior.

2.3. Resultado da execução orçamentária

Aspecto essencial na análise das contas anuais é o Resultado Consolidado da Execução Orçamentária do Estado, que envolve a Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundações e Fundos e empresas estatais dependentes). Segundo o Balanço Geral, no exercício de 2004 a diferença entre as receitas e despesas orçamentárias teria resultado em déficit orçamentário de R\$ 95,58 milhões.

Se realizada análise por espécie de unidades orçamentárias, verificaremos que Administração Direta apresentou resultado superavitário de R\$ 973,94 milhões. No entanto, não foi suficiente para compensar o déficit nas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, que alcançou R\$ 1,06 bilhão. É fato que as receitas próprias dessas unidades são insuficientes — em muitas delas insignificantes ou nulas — dependendo do Tesouro do Estado. Porém, considerando de forma consolidada, houve descompasso entre receitas e despesas. O resultado é o déficit.

No caso de 2004, está expresso no Balanço o déficit de R\$ 95,58 milhões. Porém, a equipe técnica desta Corte apurou a existência de despesas realizadas e não empenhadas de mais de R\$ 14 milhões. Com isso, a despesa seria maior e deveria estar registrado um déficit de R\$ 109,62 milhões (resultado ajustado). Isto sem contar os empenhos cancelados ao final do exercício de 2004, de R\$ 86,78 milhões de despesas não processadas, que provavelmente serão objeto de novo empenhamento no exercício de 2005.

Ainda sobre o aspecto da execução do orçamento devo destacar alguns pontos que causam preocupação quanto à efetiva observância das normas legais e dos princípios que regem a matéria orçamentária e a Administração Pública como um todo.

Primeiramente, refiro-me à constatação, conforme Relatório Técnico e informações fornecidas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, de que no final do exercício houve realização de despesas sem prévio empenhamento, por falta de dotação, como foi o caso de pagamento de despesas de pessoal na Polícia Militar e outras despesas nas entidades (SEDUMA, CIDASC, COHAB e FUNCITEC), que somadas totalizam valor de pouco mais de R\$ 14 milhões. Embora no conjunto das despesas podem não representar valores significativos, a importância para a presente análise está no fato de que nenhuma despesa pode ser realizada sem autorização orçamentária, como se sabe, sob pena de afronta às normas constitucionais, da Lei nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00. Por isso, cabe o destaque, para que tais fatos não se repitam e não se tornem prática corriqueira. Também é objeto de ressalva nas contas, pois estas não contemplaram a totalidade das despesas havidas no exercício.

Outro ponto é o cancelamento de restos a pagar processados (despesas liquidadas), para inscrição em dívida fundada, tendo como efeito a artificial redução do déficit financeiro. Causa preocupação fatos dessa natureza, sem amparo nas normas da contabilidade pública da Lei nº 4.320/64 e tendentes a mascarar situações deficitárias.

Manifestando-se sobre a execução orçamentária, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no Parecer nº MPTC nº 1.374/2005, anota:

“Analisando cada um dos apontamentos registrados pelo corpo instrutivo, mesmo antes do Governo do Estado apresentar suas alegações de defesa, esta Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado apresenta a seguinte manifestação:

01. **Resultado Orçamentário** do exercício, representado pelo confronto entre a Receita e a Despesa realizada no período, **foi deficitário em R\$ 95,6 milhões reais e equivalente a 1,26% da Receita realizada;** (fl. 65 do Relatório)
02. No exercício em exame o Estado realizou **despesas sem o devido empenhamento**, em descumprimento ao disposto no artigo 60 da Lei 4.320/1964, conforme abaixo:
 - 2.1. Por ausência de **previsão orçamentária** no montante de R\$ 380,3 mil reais, em descumprimento ao disposto no artigo 167 da CF; (fls. 63 e 64 do Relatório)
 - 2.2. **Despesas de pessoal paga e a regularizar**, registrada no realizável do ativo financeiro não empenhada por insuficiência de recursos orçamentários, no montante de R\$ 13,6 milhões de reais; (fl. 70 do Relatório)
 - 2.3. **Despesas em geral realizadas** e não empenhadas pelas unidades gestoras correspondentes: SEDUMA, CIDASC, COHAB e FUNCITEC, no valor de R\$ 435,3 mil reais; (fl. 70 do Relatório)
03. **O Resultado do Patrimônio Financeiro** do exercício, representado pelo confronto entre o Ativo e o Passivo Financeiro, **foi deficitário em R\$ 165,8 milhões de reais;** (fl. 77 do Relatório)
04. **Cancelamento de Restos a Pagar até 2003** no montante de R\$ 110,1 milhões de reais para registro no passivo permanente, contrariando o disposto nos artigos 92, 98 e 105, § 3º da Lei 4.320/1964, comprometendo o resultado financeiro do exercício. Destaca-se que do montante cancelado, R\$ 5,6 milhões pertencem a conta de restos a pagar não processados, passíveis, portanto, de cancelamento; (fls. 208 e 209)
05. **Cancelamento de despesas empenhadas em 2004** no montante de R\$ 86,8 milhões de reais, sendo que R\$ 5,7 milhões de reais referiam-se a despesas liquidadas, não passíveis de cancelamento, comprometendo também os resultados orçamentário e financeiro do exercício; (fl. 71 e 72 do Relatório).

Tendo em vista os atos de gestão informados pelo Estado de realização de despesas sem o devido empenhamento, cancelamento de empenhos liquidados e de restos a pagar inscritos até 2003, estes para registro no passivo permanente, entendemos que os resultados: orçamentário e financeiro precisam ser ajustados, conforme abaixo, para dar cumprimento ao princípio da competência para a despesa pública estabelecido no artigo 35 da Lei 4.320/1964, e aos princípios contábeis inscritos na Resolução 750/1993 do Conselho Federal de Contabilidade:

Quadro demonstrativo do resultado orçamentário ajustado.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Déficit Orçamentário apurado em Balanço	95.580.454,34
(+) Despesas de pessoal a regularizar	13.600.595,12
(+) Despesas realizadas e não empenhadas	435.268,67
(+) Despesas liquidadas e canceladas	5.678.692,71
Déficit Orçamentário ajustado	115.295.010,84

Quadro demonstrativo do resultado financeiro ajustado.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Déficit Financeiro apurado em Balanço	165.851.000,00
(+) Despesas de pessoal a regularizar	13.600.595,12
(+) Despesas realizadas e não empenhadas	435.268,67
(+) Despesas liquidadas e canceladas	5.678.692,71
(+) Cancelamento de Restos a Pagar Processado	104.457.516,59
Déficit Financeiro ajustado	290.022.445,61

É importante registrar que o déficit financeiro, mesmo ajustado para R\$ 290,0 milhões de reais, não é consistente com a combinação do resultado financeiro de 2003 (Déficit de R\$ 410,4 milhões) e resultado orçamentário de 2004 (Déficit de R\$ 115,7 milhões) uma vez que resultaria num Déficit Financeiro em 2004 de R\$ 525,7 milhões de reais.

Esta inconsistência pode ser decorrente de baixa de ativo e/ou passivo financeiro por variação patrimonial, como por exemplo, a baixa de R\$ 350,1 milhões de reais do Passivo Financeiro registrado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

De todo modo, o resultado financeiro deficitário, por si só, não caracteriza infração à norma legal, mas, a permanente insuficiência de caixa combinada com ausência de esforço efetivo através de economia orçamentária com o objetivo de restabelecer o equilíbrio de caixa e dar cumprimento ao disposto no artigo 48, “b” da Lei 4.320/64 e ao princípio do equilíbrio fortalecido pelo artigo 1º, § 1º da LRF”.

Neste aspecto, o Governo do Estado de Santa Catarina, historicamente, trabalha com insuficiência de caixa, apesar da nova ordem estabelecida pela Lei Complementar nº 101/2000, que trouxe no seu contexto uma série de limites e condições, todas voltadas para o restabelecimento e manutenção do equilíbrio.

Entre elas podemos destacar: a limitação de empenho, quando as metas de arrecadação do bimestre não forem alcançadas, comprometendo as metas de resultado primário e nominal; regras para renúncia de receita e para geração de despesas; limite para inscrição de despesas em restos a pagar no último ano do mandato; programação financeira, etc.

Evidentemente que não seria razoável da nossa parte exigir do administrador público, que herdou um déficit financeiro de R\$ 344,5 milhões de reais, o imediato restabelecimento da suficiência de caixa, mas é dever dos responsáveis pelo controle externo cobrar a produção continuada de superávits orçamentários até que o equilíbrio de caixa seja alcançado.

E o Estado, ao contrário de produzir economia orçamentária, produz sucessivos déficits orçamentários: 2002 R\$ 176,7 milhões de reais; 2003 R\$ 203,7 milhões de reais; e 2004 R\$ 195,7 milhões de reais (este corrigido pelo MPJTC para R\$ 115,3 milhões, conforme documento juntado ao autos — fls. 2035)

Segundo o Poder Executivo, no exercício financeiro de 2004 o Estado apresentou uma significativa melhora, pois reduziu o déficit de execução orçamentária em relação à 2003, quando representou 2,97% da receita arrecadada e em 2004 representou 1,25%. Aduz que o Estado tem realizado esforços na tentativa de alcançar o equilíbrio das contas, dando cumprimento a um dos princípios da Lei Complementar nº 101/00 — LRF. Atribui as dificuldades financeiras para equilíbrio das contas a situações como as perdas originadas pela desoneração do ICMS sobre as exportações, não compensadas pela União, em mais de R\$ 400 milhões; elevação dos valores despendidos com juros e encargos da dívida, advinda principalmente do indexador (IGP-DI) utilizado pela União para corrigir a dívida dos Estados, e aumento de 0,35% no repasse financeiro aos Poderes e órgãos, calculado sobre a Receita Líquida Disponível do Estado.

Devo esclarecer que o eventual aumento de percentual de repasse aos Poderes e Órgão não provoca déficit de execução orçamentária consolidada. O não recebimento dos valores devidos da desoneração do ICMS realmente resultou em menor ingresso de receitas. Os índices de correção da dívida com a União também são prejudiciais ao Estado, gerando maiores despesas. Todavia, a equilíbrio das contas deve ser perseguido considerando as receitas efetivamente arrecadadas, realizando despesas compatíveis com esse nível de receitas, a fim de não ocorrer déficit de execução orçamentária.

2.4. Gestão Patrimonial

No aspecto do Patrimônio, aqui interessa relatar que no encerramento do exercício financeiro de 2004 a posição consolidada do Balanço, ou seja, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas estatais dependentes do Tesouro, registrava Ativo total (financeiro e permanente) de R\$ 9,10 bilhões, inferior ao Passivo total de R\$ 11,80 bilhões. Significaria que há um passivo real a descoberto de 1,84 bilhão. A primeira vista seria preocupante, pois fosse uma empresa, o patrimônio não cobriria as obrigações.

No entanto, esta análise pode não ser relevante, pois sequer existe correta reavaliação do patrimônio, especialmente os imóveis. Além disso, existem créditos registrados de R\$ 5,61 bilhões, como parte integrante do ativo. Todavia, a maior parte se refere à dívida ativa, que em 31/12/2004 registrava créditos de R\$ 3,04 bilhões. Além da histórica baixa efetividade na conversão da dívida ativa em receita efetiva, sabe-se que grande parte é irrecuperável. A título ilustrativo, em 2004 receita decorrente da dívida ativa somou apenas R\$ 21,98 milhões, menos de 1% dos créditos existentes.

Quanto a esse aspecto, ressalta o Ministério Público que “[...] é importante registrar que a LRF exige que a LDO apresente um anexo evidenciando a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, indicando assim a necessidade de manter atualizado o registro contábil dos ativos e passivos, sob pena da evidenciação desejada no anexo da LDO não ser real. Como o relatório técnico não registra a realização ou não de procedimentos contábeis por parte do Estado de atualização dos seus ativos e passivos, é possível que o resultado patrimonial com passivo real a descoberto de 1,7 bilhões de reais, não seja real”.

Nas contra-razões apresentadas pelo Secretário da Fazenda foram apontadas algumas medidas que estão sendo implementadas para o combate à sonegação e recuperação de créditos, no âmbito administrativo, sem especificar as ações no campo judicial. Considerando que essas informações devem constar do relatório das contas apresentadas, conforme art. 58 da Lei Complementar nº 101/00, sugiro recomendação nesse sentido.

2.5. Resultado Financeiro

Em 31 de dezembro de 2004, o Balanço Geral do Estado registrava Ativo Financeiro de R\$ 861,08 milhões e Passivo Financeiro de R\$ 1,03 bilhão, concluindo-se pela existência de Déficit Financeiro de R\$ 165,85 milhões naquela data. Em relação ao exercício de 2003 houve redução do déficit financeiro, pois

em 2003 foi de R\$ 410,39 milhões, em valores correntes. No entanto, não tendo havido superávit orçamentário em 2004 (mas déficit, o que em princípio aumenta o déficit financeiro), o déficit financeiro deveria ser superior ao verificado em 2003. Porém, o Balanço aponta déficit financeiro menor que o constatado no ano anterior, sem explícita indicação, no relatório do órgão central de contabilidade, acerca dos fatos contábeis geradores desse resultado.

Todavia, apurou-se que parte da redução do déficit financeiro se deve ao cancelamento de despesas de curto prazo (restos a pagar) relativas a 2003 e anteriores, que deveriam ser pagar no exercício de 2004. Esse cancelamento, no montante de R\$ 110,08 milhões, com inscrição em dívida permanente, provoca artificial redução do déficit financeiro e aumenta a dívida fundada interna.

Trata-se de um expediente, que além de não encontrar amparo legal, é perigoso para as finanças do Estado, pois se está produzindo dívida fundada sem que haja contrato e sem autorização legislativa, ou seja, apenas por conta de restos a pagar de exercícios anteriores, que já deveriam estar pagos.

O Passivo Financeiro de R\$ 1,03 bilhão corresponde aos compromissos de curto prazo, denominada dívida flutuante. Nesse valor constam os depósitos de diversas origens e outros valores que se encontram sob guarda do Poder Público e que pertencem a terceiros, como os depósitos judiciais. Também integram a dívida flutuante os chamados restos a pagar, que se referem a dívidas de curto prazo com fornecedores, prestadores de serviços, empreiteiras, servidores etc. Em princípio, têm exigibilidade imediata.

Foram inscritas em restos a pagar despesas no montante de R\$ 343,26 milhões. São R\$ 19,71 milhões relativos ao Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas. E o Poder Executivo deixou restos a pagar de R\$ 323,55 milhões, dos quais R\$ 152,29 milhões se referem a restos a pagar processados (despesas liquidadas — bens, obras e serviços já executados e recebidos pela Administração), ou seja, débitos líquidos e certos para com os credores.

No caso dos demais Poderes e Órgãos, a disponibilidade financeira era suficiente para atender todas as despesas inscritas em “restos a pagar”. Mas no âmbito do Executivo havia disponibilidade financeira de R\$ 371,41 milhões (considerando todos os órgãos e entidades dependentes vinculadas ao Poder Executivo). Considerando que além dos restos a pagar processados de R\$ 152,29 milhões havia outras obrigações de R\$ 176,88 milhões para pagamento de curto prazo, chega-se à conclusão que as despesas a pagar já vencidas em 31/12/2004 eram de R\$ 222 milhões acima das disponibilidades de caixa.

Quando ficam pendentes de pagamento despesas sem os recursos financeiros suficientes para comportá-los, há um comprometimento da execução financeira do ano seguinte, pois parte da arrecadação do ano deverá ser destinada ao pagamento das dívidas do ano anterior. Por isso se combate o déficit orçamentário, pois se reflete nos aspectos financeiro e orçamentário do exercício subsequente. Caso não haja excesso de arrecadação, as receitas serão insuficientes para atender as despesas autorizadas pelo Orçamento do ano seguinte. Deve-se ter uma constante preocupação com o permanente equilíbrio das contas, razão maior da existência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quando a despesa é inscrita em restos a pagar, devem ser pagas no exercício seguinte. No entanto, é prática comum na Administração Pública deixar restos a pagar por vários anos. Não foi diferente no Governo do Estado. No final do exercício de 2004 havia mais de R\$ 110 milhões relativos a exercícios anteriores a 2004 não pagos. O Poder Executivo então cancelou os restos a pagar, reduzindo o passivo financeiro de curto prazo. De forma concomitante inscreveu em dívida de longo prazo, desobrigando ao pagamento imediato, podendo resultar em sacrifício aos credores.

Sobre o resultado financeiro do exercício, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas entende que deva ser ajustado em razão da existência de despesas realizadas sem empenhamento, despesas liquidadas e canceladas e restos a pagar cancelados, o que resultaria no déficit financeiro real de R\$ 290,02 milhões.

Nas contra-razões, o Poder Executivo argumenta que alguns fatores prejudicaram a consecução do equilíbrio das contas: as perdas com a desoneração do ICMS e o não cumprimento, por parte da União, do disposto pela Lei Kandir, gerando transferência a menor de aproximadamente R\$ 404 milhões; frustração das expectativas de ingresso de receitas de capital, previstas no montante de R\$ 874,53 milhões e realizadas em R\$ 149,34 milhões. Reclama o Governo que o sistema tributário nacional concentra cada vez mais o bolo tributário nos cofres da União, fazendo crescer a dependência dos entes estaduais, principalmente no que tange aos repasses de convênio de capital. De outro lado, houve elevação de R\$ 35,70 milhões nos dispêndios com juros e encargos da dívida com a União, além de aplicação em educação em valores superiores ao exigido pelo art. 212 da Constituição Federal.

Informa o Secretário de Estado da Fazenda que neste exercício estão sendo implementadas várias medidas no sentido de controlar com maior eficácia a relação receita/despesa estão sendo adotadas, como o Sistema Financeiro de Conta Única (art. 123 da Lei Complementar nº 284/05), com vistas a possibilitar ao Poder Executivo a manutenção da disponibilidade financeira, por fonte de recur-

sos, em nível capaz de atender à programação financeira de desembolso, prover o Tesouro Estadual dos recursos necessários às liberações financeiras, utilizar eventual disponibilidade para garantir a liquidez de obrigações do Estado ou com o objetivo de reduzir o custo da dívida pública e ainda otimizar a administração dos recursos financeiros mediante a busca de melhores taxas de juros ou rendimentos, na busca gradual do principal objetivo, o equilíbrio na gestão fiscal.

As justificativas e ações desenvolvidas pelo Executivo são de todo pertinentes. Entretanto, como já abordado, considerando que estamos apreciando as contas do exercício de 2004 é forçoso dizer que o Balanço Geral registra déficit financeiro de R\$ 165,85 milhões. Grande parte desse resultado negativo resulta da execução dos orçamentos, ou seja, em verdade, da execução de despesas acima das receitas efetivas. E na realidade o déficit financeiro é superior se considerarmos os restos a pagar cancelados (R\$ 110,08 milhões), pois ainda que tenham sido inscritos em dívida fundada, encontram-se pendentes de pagamento, o que resulta em déficit financeiro efetivo de R\$ 275,93 milhões.

A *Dívida Fundada global*, que representa a dívida de longo prazo, apresentava saldo de R\$ 9,99 bilhões em 31/12/04. Comparando com o exercício anterior, constata-se aumento de 10,28%, em valores nominais. Em termos reais, decresceu 1,65% em relação a 2003, mas cresceu 17,24% desde 1997.

A dívida fundada é classificada em Interna e Externa. A *Dívida Interna* existente em 31/12/2004 totalizava de R\$ 9,52 bilhões, que representa 95,25% da dívida total de longo prazo. Nesse montante de R\$ 9,52 bilhões constam os R\$ 110,08 milhões que tiveram origem em cancelamento de restos a pagar, como já explicitado. Nota-se diminuição de 0,91% em relação ao estoque de 2003 e aumento de 19,87% em relação a 1997 em valores atualizados. A União e suas entidades financeiras são os credores do Estado. Em 2004 foram inscritos R\$ 59,28 milhões na Dívida Fundada Interna.

Outra situação que em última análise também representa dívidas são os precatórios, em sua maior parte já vencidos. Segundo levantamento preliminar que está sendo realizado pelo Tribunal de Contas, a pedido do Supremo Tribunal Federal, os precatórios da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado atingem a cifra de R\$ 300 milhões, contando os oriundos da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho. Devo dizer que este Tribunal tem recebido denúncias quanto ao atraso nesses pagamentos, já que as pessoas beneficiárias estão aguardando há vários anos, sem receber o que lhes é devido.

A *dívida fundada externa* atingiu R\$ 475,76 milhões. Em reais, correspondia a 4,75% do total da Dívida Fundada do Estado. O Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID (participação de 86,64%) e o Banco Mundial — BIRD (com

12,70%) são os principais credores externos do Estado. Em dólares norte-americanos a dívida correspondia a US\$ 179,24 milhões, na cotação de 31/12/2004.

Somando-se todas as dívidas (flutuante e dívida fundada, ou seja, de curto e longo prazo), em 31 de dezembro de 2004 a dívida global era de R\$ 11,80 bilhões. Em 2003 era de 10,96 bilhões em valores nominais. Então houve aumento de 10,76%. Se a dívida de 2003 fosse corrigida pelo índice adotado pela área técnica no relatório técnico e no parecer prévio, haveria redução de 3,98%.

Nessa questão do endividamento existe um limite para os estados para a dívida consolidada líquida, determinado pelo Senado Federal, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de até duas vezes a respectiva Receita Corrente Líquida. No Estado de Santa Catarina esse comprometimento correspondia a 1,64 vezes, compatível com os parâmetros legais.

2.6. Despesa com Pessoal

Outro aspecto que merece destaque é a Despesa Total com Pessoal do Estado — Administração Direta, Autarquias, Fundações e empresas estatais dependentes — incluídas as obrigações patronais, para fins de verificação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Consoante os dados do Relatório Técnico, o gasto total com pessoal foi de R\$ 3,06 bilhões, resultando em crescimento de 10,67% em valores nominais em relação a 2003. No mesmo período, a Receita Corrente Líquida — RCL cresceu 10,52%. Logo, a redução do comprometimento (percentual) não decorreu da diminuição nominal da despesa com pessoal.

No exercício de 2004, a Despesa Total com Pessoal (R\$ 3,06 bilhões) correspondeu a 53,99% da Receita Corrente Líquida (R\$ 5,67 bilhões), superior a 2003, quando foi de 53,86%. O comprometimento é inferior ao limite de 60% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Significa dizer que o Estado de Santa Catarina, em seu conjunto, cumpre os limites legais.

O Relatório Técnico informa que a despesa com pessoal do Poder Executivo no exercício de 2004, no montante de R\$ 2,50 bilhões, correspondeu a 44,26% da receita corrente líquida, inferior ao limite de 49% estabelecido no art. 20 da Lei Complementar nº 101/00.

A Assembléia Legislativa (R\$ 115,11 milhões), o Tribunal de Justiça (R\$ 275,67 milhões) e o Tribunal de Contas (R\$ 44,06 milhões) realizaram despesas com pessoal em patamares inferiores aos respectivos limites legal, estando adequadas aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. No caso do Tribunal de Contas, embora inferior ao limite legal, havia superado o limite prudencial.

Mais grave é a situação do Ministério Público. Na apuração realizada por esta Corte, o gasto de R\$ 116,54 milhões representou comprometimento foi de 2,06%, superior ao limite máximo de 2,00% definido na Lei de Responsabilidade Fiscal. A apuração da despesa total está em conformidade com a Portaria nº 471/03 da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprovou o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, e seguiu a metodologia que vinha sendo empregada nos exercícios anteriores.

2.7. Investimento em pesquisa científica e tecnológica

Foi constatada a aplicação de recursos em pesquisa científica e tecnológica em montante inferior ao percentual de 2% das Receitas Correntes arrecadadas anualmente, deduzidas as parcelas pertencentes aos Municípios e os valores decorrentes de transferências de convênios, conforme previsto nas Leis Estaduais nº 7.958/90, nº 8.519/92 e nº 10.355/97, que regulamentaram o art. 193 da Constituição do Estado. Verifica-se a aplicação de R\$ 17,73 milhões, correspondente a 0,35% das receitas correntes no exercício de 2004.

A norma da Constituição Estadual nunca foi integralmente cumprida. Foi objeto de recomendações desta Corte, em especial no Parecer Prévio das Contas do Exercício de 2003, quando o relator Conselheiro Moacir Bertoli sugeriu a recomendação para que houvesse solução legislativa de modo que a aplicação em ciência e tecnologia passasse a abarcar parte das despesas da EPAGRI com pesquisa tecnológica no campo agropecuária. Essa solução surgiu com a Lei Complementar nº 284, de 28/02/2005, permitindo, a partir de 2005, o cômputo de despesas realizadas pela EPAGRI para fins do art. 193 da Constituição do Estado.

O Executivo sustenta que o não cumprimento se deve às dificuldades enfrentadas pelo Tesouro, que não dispõe de recursos suficientes para atender a todas as demandas públicas, o que torna penosa a observância de todos os percentuais de repasses vinculados à arrecadação, tais como saúde, educação, Poderes e órgãos constitucionais, Municípios, dívida pública etc. Com o novo dispositivo legal, o Estado terá mais condições de cumprir o disposto no art. 193 da Constituição Estadual.

Considerando essas circunstâncias, considerando que o preceito constitucional nunca foi integralmente atendido, sob o argumento do Poder Executivo da falta de recursos e de que em verdade o percentual era atingido, pois se deveria considerar as despesas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A. — EPAGRI, e diante da disposição da Lei Complementar Estadual nº 284/05, a ressalva inicialmente sugerida por este Relator pode ser convertida em recomendação para que, diante dessa nova ordem legal, o

Poder Executivo possa adotar providências para o cumprimento do disposto no art. 193 da Constituição do Estado.

2.8. Gastos com publicidade e propaganda

As despesas com serviços de publicidade e propaganda no ano de 2004, incluindo a geração e a divulgação por veículos de comunicação, registradas no subelemento de despesa 3.3.90.39.67, atingiram o montante de R\$ 53,94 milhões, considerando os valores empenhados pela Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Estatais Dependentes e as despesas pagas pelas Empresas Não Dependentes. Considerando, de forma consolidada, os programas a que se referem as despesas de publicidade e propaganda, nota-se que 74,44% refere-se a campanhas institucionais, 13,51% é relativo a patrocínios e o restante 12,05% diz respeito a outras formas de publicidade.

No exercício de 2004, o total da Despesa Empenhada com serviços de publicidade e propaganda pela Administração Direta do Estado foi de R\$ 32,49 milhões, correspondendo a 0,42% da Despesa Orçamentária do Estado (R\$ 7,67 bilhões) e 0,57% da Receita Corrente Líquida do Estado (R\$ 5,67 bilhões).

A maior parte das despesas na Administração Direta (94,68%) foi executada pela Secretaria de Estado da Informação, órgão responsável pelo desenvolvimento e coordenação dos serviços de imprensa, relações públicas, comunicação e informações das atividades governamentais e celebração de contratos relativos a essa espécie de despesa, na forma da Lei Complementar Estadual nº 243/2003. Por essa Secretaria as despesas com publicidade e propaganda de campanhas de caráter social, informativo e institucional; patrocínio de eventos culturais, comunitários, esportivos e educativos e publicidade dos órgãos do Poder Executivo atingiram o montante de R\$ 30,76 milhões.

O Poder Executivo realizou gastos com publicidade e propaganda no valor de R\$ 31,31 milhões, correspondente a 96,35% dessa espécie de despesa. A Assembléia Legislativa realizou gastos de R\$ 985,05 mil (3,03%) e o Tribunal de Justiça desembolsou R\$ 199,24 milhões (0,61%).

As Fundações Públicas empenharam R\$ 691,96 mil em serviços de publicidade e propaganda. As Autarquias executaram R\$ 1,47 milhões e pelos créditos orçamentários dos Fundos Especiais correram despesas de R\$ 1,41 milhões, sendo que o Fundo Estadual de Saúde executou despesas com publicidade e propaganda que representaram 51,35% do total empenhado pelos Fundos Especiais.

No exercício de 2004, o total da Despesa Empenhada com serviços de publicidade e propaganda pelas Empresas Estatais Dependentes (SANTUR, CIDASC, EPAGRI e COHAB) foi de R\$ 3,76 milhões. O valor corresponde a 0,05% da Despesa Orçamentária do Estado e 0,07% da Receita Corrente Líquida. A SANTUR foi a empresa que mais despendeu recursos com despesas de publicidade e propaganda (99,74%).

No seu conjunto, as Empresas Estatais não Dependentes realizaram despesas no montante de R\$ 14,11 milhões, equivalente a 1,31% da sua Despesa Operacional (R\$ 1,08 bilhão) e a 0,30% da sua Receita Operacional no exercício (R\$ 4,74 bilhões). Os gastos mais significativos foram realizados pela CELESC (R\$ 5,93 milhões), CASAN (R\$ 3,24 milhões), CODESC (R\$ 1,98 milhões) e BADESC (R\$ 1,78 milhões). Os gastos com publicidade e propaganda realizados pela CELESC corresponderam a 10,99% de toda a despesa com publicidade na Administração Pública Estadual. O gasto da CASAN correspondeu a 6,02%.

Do total gasto com despesas de publicidade e propaganda pelas Empresas não dependentes, 49,55% refere-se a campanhas de caráter social, informativo e institucional, 32,44% é relativo a patrocínios em eventos e o restante 18,01% diz respeito à publicidade legal.

Observa-se que as despesas com serviços de publicidade e propaganda representam um desembolso significativo para o Poder Público quando comparado com os gastos com algumas Funções de Governo. As aplicações nas Funções de Governo importantes como Judiciária, Assistência Social, Trabalho, Cultura, Habitação, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Indústria, Comércio e Serviços e Desporto e Lazer foram significativamente inferiores às despesas com serviços e publicidade e da propaganda pelo Poder Público. A despesa empenhada pela Administração Pública estadual (R\$ 53,94 milhões) quase equivalente à totalidade da despesa efetuada pelo Tribunal de Contas (R\$ 56,94 milhões).

2.9. Despesas com saúde

Com o advento da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, o Estado está obrigado a aplicar em ações e serviços públicos de saúde pelo menos 12% do produto da arrecadação dos impostos estaduais e das transferências da União relativas a tributos. Isto exclui os gastos com recursos do Sistema Único de Saúde — SUS e outras transferências voluntárias da União, como o Programa de Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Conforme demonstrado no Relatório Técnico e na análise das contra-razões, o Estado deveria aplicar R\$ 581,52 milhões. As despesas empenhadas, com ajus-

te após as considerações constantes nas contra-razões do Poder Executivo, atingiram R\$ 548,48 milhões, representando 11,32% da base de cálculo das receitas, não atingindo o percentual mínimo preceituado pela Constituição Federal. Nesse valor estão incluídas as despesas com inativos da área da saúde.

A apuração pela despesa empenhada até o exercício de 2004 decorreu de critério isonômico com os municípios, pois muitas demonstrações sobre a execução orçamentária recebida nas contas municipais continham apenas informações quanto às despesas empenhadas. Evidentemente, que a apuração pela despesa liquidada, como está sendo adotado a partir do exercício de 2005, melhor espelha a realidade da aplicação dos recursos.

Em 2003, por exemplo, do valor empenhado houve anulação de R\$ 31 milhões em 2004. Significa dizer que na realidade o valor efetivamente aplicado foi inferior àquele mostrado nas contas. Se não tivesse havido empenhamento ou se o empenhado houvesse sido cancelado em 2003, o percentual de aplicação naquele exercício não seria de 11,14%, e sim 10,44%. Isto também pode ocorrer com as despesas empenhadas em 2004, se parte das deixadas em restos a pagar forem canceladas em 2005. O mesmo pode ocorrer com os gastos em ensino. Por isso, a partir das contas de 2005 o critério será o das despesas liquidadas.

Com relação ao cumprimento do limite constitucional, a Procuradoria-Geral junto a esta Corte defende a tese de que as despesas com inativos pagas pelo Tesouro do Estado devem ser computadas como ações e serviços públicos de saúde para efeito de apuração do cumprimento do mandamento constitucional. E complementa:

Todavia, em 2004, mesmo considerando os gastos com inativos, o Estado de Santa Catarina não alcançou o gasto mínimo de 12% das receitas produto de impostos em ações e serviços públicos de saúde, conforme exigido na Constituição Federal no artigo 77, II do ADCT, deixando de aplicar a quantia de R\$ 67,5 milhões de reais.

O entendimento que fica ao analisar estes números, é que falta ao Estado um controle efetivo mês a mês das receitas produtos de impostos e dos gastos com ações e serviços públicos de saúde para acompanhar e orientar aos responsáveis para adoção de medidas voltadas para o cumprimento deste comando constitucional, haja vista que o valor que deixou de ser aplicado é muito pequeno em relação ao montante exigido e as reais necessidades na área da saúde.

Muito mais grave do que um déficit orçamentário e financeiro, no nosso entendimento, é o fato de não cumprir os gastos mínimos com ações e servi-

ços públicos de saúde, principalmente se levarmos em consideração o rigor expresso no artigo 34, VII, “e” da Constituição Federal e o prejuízo social.

Nas contra-razões, o Poder Executivo entende que devam ser excluídas da base de cálculo as receitas transferidas ao Fundef e as receitas decorrentes multas, juros de mora e dívida ativa de impostos. No entanto, o Tribunal está mantendo o critério adotado nos exercícios anteriores, em consonância com os entendimentos havidos entre os Tribunais de Contas, o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, expresso em portaria e resoluções, até que seja aprovada lei disciplinando quais receitas e quais despesas devem integrar o cálculo. Por tais critérios, o percentual aplicado em 2004 foi de 11,32%, inferior ao mínimo de 12%. Se fossem excluídos também os restos a pagar de 2003 cancelados em 2004, o percentual seria ainda menor (10,67%). Porém, pelo critério da despesa empenhada até então adotado o percentual a ser considerado é de 11,32%.

Por se tratar de norma constitucional, entendo pertinente que se faça ressalva sobre esse aspecto. O cumprimento do dispositivo constitucional também ganha relevância ante a possibilidade suspensão das transferências voluntárias pela União para o Estado, em conformidade com o art. 25, § 1º, inciso IV, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/00.

2.10. Investimentos em educação

Na área da educação a Constituição Federal e leis infraconstitucionais estabeleceram percentuais mínimos de aplicação de recursos, inclusive em relação aos recursos do FUNDEF. O art. 212 da Constituição Federal prescreve que os Estados aplicarão, anualmente, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos (compreendida a proveniente de transferências) na manutenção e desenvolvimento do ensino, referendado pelo art. 167 da Constituição do Estado de Santa Catarina, que também determina que esta aplicação seja feita prioritariamente nas escolas públicas, visando ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório.

2.10.1. Manutenção do ensino

No exercício de 2004 o Poder Executivo estava obrigado a aplicar o mínimo de R\$ 1,21 bilhão na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Considerando as despesas empenhadas no exercício, os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiram R\$ 1,28 bilhão, que somado ao valor destinado ao Fundef, totalizam R\$ 1,41 bilhão, correspondente a 29,01% das Receitas de Impostos. Por esse critério houve cumprimento da norma constitucional, que exige

o mínimo de 25%. Excluindo-se os restos a pagar de 2003 cancelados em 2004, no valor de R\$ 13,12 milhões, chega-se ao percentual de 28,74%. Houve o cumprimento da norma constitucional, mesmo quando se consideram as despesas liquidadas ou pagas.

A exemplo da saúde, o resultado só foi obtido quando consideradas as despesas com inativos, que totalizaram R\$ 372,04 milhões, ou 29,05% do valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino. Excluídas as despesas empenhadas com pagamento de inativos, a aplicação corresponderia a 21,33% do total das receitas destinadas a essa finalidade.

Sobre este tópico, o Ministério Especial apresenta posicionamento no sentido de que “a exemplo da apuração dos gastos mínimos em saúde esta Procuradoria Geral junto ao Tribunal de Contas ratifica seu entendimento expresso em pareceres anteriores que as despesas com pagamento dos inativos da educação e vinculados à Secretaria de Estado da Educação e Inovação, assim como da Fundação Catarinense da Educação Especial, no montante de R\$ 372,0 milhões de reais, integram o montante de gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino para efeito de cálculo do cumprimento do mandamento constitucional de aplicar pelo menos 25% das receitas resultantes de impostos”. Tal entendimento é extensivo à aplicação dos recursos mínimos na manutenção do ensino fundamental. Assim também entende o Poder Executivo, conforme exposto nas contra-razões.

Embora seja inadequado incluir as despesas com inativos, pois não contribuem para a manutenção e desenvolvimento do ensino e não se coadunem com as despesas elegíveis pela Lei nº 9.394/96 (LDB), esta Corte tem considerado tais despesas, no caso das contas do Estado, mas formulando recomendações, como a constante do parecer prévio sobre as contas do exercício de 2003, para que haja exclusão, de forma gradativa, por reconhecer as dificuldades estruturais das despesas com pessoal do Estado, em especial pela falta de sistema próprio de previdência que desonere o Tesouro do Estado.

Todavia, não parece estar havendo qualquer esforço nesse sentido, pois em 2004 foi mantida a média de despesas com inativos em relação ao total das despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino. Em 2001 representavam 29,62%, em 2002 corresponderam a 27,98%, no exercício de 2003 a 29,66% e em 2004 representaram 29,05%. Quer dizer, o panorama não foi alterado.

Por isso, talvez fosse o caso das áreas envolvidas do Poder Executivo (Secretarias da Fazenda, Educação, Saúde e Planejamento, por exemplo) e o Tribunal de Contas estudarem conjuntamente com maior profundidade os pontos divergentes em relação às receitas e despesas que devem ser consideradas para os

pisos mínimos de saúde e educação, incluindo essa questão dos inativos, a fim de evitar reiteradas ressalvas e recomendações.

2.10.2. Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

Ainda segundo o art. 212 e o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — ADCT, ambos da Constituição Federal, é dever do Estado investir na *manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental* pelo menos 60% do total a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

Para cumprir a norma constitucional, no exercício de 2004 o Poder Executivo deveria aplicar pelo menos R\$ 726,91 milhões no Ensino Fundamental. Considerando as despesas empenhadas e a diferença entre o valor transferido ao FUNDEF pelo Estado e o valor dele posteriormente recebido (retorno), o Estado aplicou R\$ 828,95 milhões no Ensino Fundamental (empenhado), correspondendo a 68,42% das receitas oriundas de impostos, superior ao mínimo de 60% prescrito pelo art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 14.

Aqui também o cumprimento da norma constitucional foi alcançado mediante o empenho de R\$ 141,09 milhões relativos a despesas com inativos, que representaram 17,02% das despesas com ensino fundamental. Se excluídas essas despesas, o percentual seria de 56,78%.

2.10.3. Utilização dos Recursos do FUNDEF

O Fundo de Manutenção e do Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF, foi instituído em 1996, com contribuições do Estado, dos municípios e, eventualmente, da União. Os valores arrecadados pelo fundo são redistribuídos segundo o número de alunos matriculados no ensino fundamental. Anualmente é definido pelo Ministério da Educação o valor por aluno.

A contribuição do Estado é superior ao valor que lhe é devolvido. O Estado contribuiu com 675,62 milhões e recebeu R\$ 550,30 milhões em devolução (retorno), gerando uma diferença a menor de R\$ 125,31 milhões. Essa diferença é computada como despesa com ensino do Estado.

Somando-se as receitas com as aplicações financeiras, os recursos financeiros do Fundo na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental dispo-

níveis ao Estado em 2004 foram de 559,88 milhões. As despesas empenhadas elegíveis para pagamento com recursos do Fundo atingiram R\$ 549,68 milhões, ou seja, 98,18% do total disponível. O saldo deve ser aplicado em 2005.

No entanto, o Estado utilizou R\$ 40,03 milhões do Fundef para subvenções sociais às Associações de Pais e Professores — APPs, recursos em princípio destinados ao pagamento de serventes e merendeiras. Mas as APPs não constituem entidades que executem serviços de educação e ensino, não podendo ser consideradas despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme a Lei nº 9.394/96. Sobre esse tema, o plenário do Tribunal de Contas, em 2002, ao responder consulta da Prefeitura Municipal de Três Barras (Decisão nº 0856/2002) já havia adotado entendimento de que “as despesas com subvenções para instituições públicas ou privadas não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino (inciso II do art. 71 da Lei Federal nº 9.394/96), ainda que vinculadas à contratação de serventes, pois serão computadas apenas as despesas com remuneração de professores e demais profissionais e de realização de atividades-meio pagas diretamente pelo ente público”. Em 2004, no processo PDI —02/10379227, o Tribunal Pleno exarou a Decisão nº 0555/2004, que fixa prazo à Secretaria de Estado da Fazenda para a regularização do pagamento de serventes e merendeiras por meio de subvenções sociais às APPs e que enquanto não houver a regularização deve-se excluir tais gastos como custos de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em princípio, as atividades seriam compatíveis com a manutenção do ensino e, portanto, passíveis de pagamento com recursos do Fundef. No entanto, não se admite a modalidade de subvenção social. De toda forma, devem ser realizados estudos para se buscar a melhor forma de utilização dos recursos do Fundef para custeio dos serviços de merendeiras e serventes hoje executadas pelas APP's.

Em relação ao Fundef também não posso deixar de referir outra determinação constitucional: a de que pelo menos 60% dos recursos do FUNDEF devem ser destinados exclusivamente para a *remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público*. A parcela restante de até 40% pode ser utilizada para pagamento dos demais trabalhadores da educação, não integrantes do magistério, desde que estejam em atuação no ensino fundamental público.

Segundo o relatório técnico, a então Secretaria de Estado da Educação e Inovação empenhou o equivalente a 53,87% dos recursos do FUNDEF na remuneração dos *profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público*, montante inferior ao mínimo de 60% exigido pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (redação da Emenda Constitucional nº 14). Diz o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

Aqui também, o entendimento que fica ao analisar estes números, é que falta ao Estado um controle mais efetivo mês a mês das receitas do FUNDEF e dos gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício para acompanhar e orientar aos responsáveis para adoção de medidas voltadas para o cumprimento deste comando constitucional e legal, haja vista que o valor que deixou de ser aplicado é muito pequeno em relação ao montante exigido — R\$ 34,3 milhões de reais. Certamente o Governo do Estado não atua deliberadamente no sentido de não cumprir os mandamentos constitucionais de aplicação mínima em saúde e ensino como demonstram as contas de 2004.

Nas contra-razões, o Poder Executivo argumenta que o valor empenhado traduz o que foi gasto com os professores, ressaltando que foram contratados professores efetivos em substituição aos ACTs, mas o aumento das remunerações para absorver pelo menos 60% das receitas do Fundef deve ser feito considerando critérios que não provoquem efeitos colaterais isonômicos nos demais segmentos educacionais patrocinados pelo Estado.

Existem diversos mecanismos para o incremento da remuneração dos professores do magistério do ensino fundamental, de modo que é possível o cumprimento do mandamento constitucional. Cabe aduzir que sendo percentual de 60% do Fundo o mínimo a ser aplicado, é viável a programação para atendimento da norma legal. Também considerando que se trata de ditame da Constituição o não cumprimento integral deve merecer ressalva na apreciação das contas.

2.10.4. Ensino superior

Ainda no campo do ensino, também oportuno comentar sobre a aplicação no ensino superior, já que há determinação específica no art. 170 e nos art. 46 a 49 do Ato das Disposições Transitórias, todos da Constituição Estadual, regulamentada pela Lei Complementar nº 180/99, estabelecendo a destinação de pelo menos 5% da base de cálculo de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, para concessão de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa para o pagamento de mensalidades dos alunos economicamente carentes e para crédito educativo, sendo 90% destinados às Fundações de Ensino Superior instituídas por lei municipal.

Para cumprir o estatuído no art. 170 da Constituição Estadual, o Estado deveria destinar às Fundações Educacionais, em 2004, pelo menos R\$ 60,58 milhões. Os demonstrativos da execução orçamentária revelam que o Poder Executivo empenhou R\$ 20,42 milhões para Concessão de Bolsas de Estudo e Pesquisa a Alunos do Ensino Superior, distribuídos a fundações educacionais instituídas por leis municipais. Na parte relativa à Concessão de Crédito Educativo

não houve aplicação de recursos. Então, houve aplicação de 1,69%, um terço dos 5% exigidos.

2.10.5. Recursos do salário-educação

A Constituição Federal (art. 212, § 5^a) também preceitua que o ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do Salário-Educação, regulamentada pela Lei Estadual nº 10.723/98, recolhida pelas empresas, mediante incidência da alíquota de 2,5% sobre o total da remuneração paga ou creditada aos empregados durante o mês, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.

No exercício de 2004 o Estado recebeu R\$ 64,44 milhões (incluindo receitas financeiras), empenhando R\$ 49,26 milhões. Considerando que esses recursos só podem ser aplicados no ensino fundamental, o saldo de R\$ 15,18 milhões também deve ter essa finalidade, embora não possam ser considerados para os fins da aplicação do mínimo de 25% no ensino.

2.11. Empresas estatais

Quanto às empresas estatais, os resultados das operações foram positivos para a CELESC, BADESC, CASAN e SC GÁS. A CELESC obteve lucro de R\$ 200 milhões, a CASAN apresentou lucro de 20,6 milhões, o BADESC lucro de R\$ 12,67 milhões e a SC GÁS registrou lucro de R\$ 47,67 milhões. A CODESC também apresentou lucro de R\$ 2,45 milhões.

As demais empresas geraram prejuízos. Todavia, muitas delas são empresas deficitárias em razão da natureza de suas atividades, como a EPAGRI, CIDASC e SANTUR, que dependem de recursos do Tesouro.

Durante o exercício de 2004 o Tesouro do Estado transferiu R\$ 221,63 milhões às empresas estatais dependentes, sendo R\$ 66,38 milhões para a CIDASC, R\$ 9,73 milhões para a COHAB, R\$ 135,89 milhões para a EPAGRI e R\$ 9,63 milhões para a SANTUR.

Embora algumas empresas sejam deficitárias por conta de seus objetivos estatutários, o mesmo não poderia ocorrer com a COHAB, cuja desestruturação econômica tem gerado constantes prejuízos, deixando de atender aos propósitos para os quais foi constituída. Para se ter noção da situação, em 2004 a COHAB teve receita operacional de R\$ 4,8 milhões, mas suas despesas operacionais e custos somaram R\$ 14,9 milhões. Para sustentar a empresa, que deveria ser

auto-sustentável, o Tesouro teve que participar com quase R\$ 10 milhões, dos quais mais de R\$ 9 milhões em despesas com pessoal. Segundo consta do relatório técnico teria concluído 438 unidades habitacionais em 2004, quantidade 47% inferior a 2003. Segundo a própria empresa, o déficit habitacional do Estado beira 160.000 unidades.

Outro exemplo negativo é a INVESC, que acumula enormes prejuízos desde que foi criada, e que apenas em 2004 registrou prejuízo de mais de R\$ 160 milhões. Já há passivo a descoberto de mais de R\$ 620 milhões.

O projeto de parecer prévio aborda diversos outros aspectos relativos às estatais. Destaco os seguintes:

- a) as dívidas da CELESC para com a CELOS, que ultrapassa um bilhão de reais;
- b) a baixa capacidade de investimentos da CASAN, que na parte de obras houve redução de 34% em relação a 2003 e quase 80% em relação a 2002. Diversas obras de saneamento encontram-se paralisadas ou em ritmo lento.
- c) a dívida da CASAN para com a Fundação CASAN- FUCAS é de cerca de R\$ 115 milhões;
- d) a existência de 3.785 ações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho contra as empresas estatais, com provisão de R\$ 89,99 milhões para provável pagamento. Só em 2004 houve desembolso de R\$ 31,92 milhões decorrentes de condenações trabalhistas;
- e) a morosidade na liquidação das empresas CODISC e REFLORESC;
- f) o contínuo e elevado prejuízo anual da INVESC.

2.12. Poderes e Órgãos autônomos

Quanto aos Poderes e Órgãos com autonomia, o Parecer Prévio do Tribunal contém análise, de forma individualizada, de acordo com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/00, com enfoque na respectiva gestão orçamentária, financeira e fiscal, com ênfase ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora na conclusão do Parecer não seja emitida opinião quanto às contas deste Tribunal de Contas, há análise quanto aos aspectos relativos aos Poderes e ao Ministério Público.

2.12.1. Poder Executivo

No *Poder Executivo*, a execução orçamentária da despesa (incluídas as Fundações, Autarquias e Fundos) registrou despesas empenhadas de R\$ 6,90 bilhões.

O Poder Executivo promoveu a inscrição de R\$ 323,55 milhões em restos a pagar (processados e não processados), sem disponibilidades financeiras, pois em 31/12/2004, antes da inscrição dos Restos a Pagar Não Processados, já apresentava insuficiência de caixa de R\$ 57,76 milhões. Após a inscrição em Restos a Pagar Não Processados, o déficit financeiro alcançou R\$ 428,17 milhões.

A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo está limitada a 49% da Receita Corrente Líquida do Estado, consoante disposição do art. 20, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2004, a Despesa Total com Pessoal representou 44,26% da Receita Corrente Líquida, resultado inferior ao limite prudencial de 46,55% e do limite legal.

Quanto às metas fiscais anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias cabe destacar o cumprimento das metas de receitas, resultado primário e dívida consolidada. Mas não houve cumprimento das metas de despesa e resultado nominal.

Segundo o Poder Executivo o não cumprimento das metas fiscais no que tange ao resultado nominal, decorre principalmente do expressivo saldo da dívida vinculada à Lei nº 9.496/97, limitando em 13% da receita líquida real a parcela a ser repassada para pagamento da dívida. Assim, no exercício de 2004, diante do limite legal, o Estado deixou de amortizar R\$ 342,15 milhões, valor agregado ao saldo da referida dívida, gerando, desta forma, resultado nominal superior ao previsto na LDO.

2.12.2 Assembléia Legislativa

A *Assembléia Legislativa* recebeu R\$ 173,17 milhões de transferências do Tesouro do Estado, correspondendo a 3,60% da Receita Líquida Disponível, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

As despesas empenhadas pela Assembléia Legislativa no exercício totalizaram R\$ 175,11 milhões. Houve inscrição de R\$ 4,40 milhões em Restos a Pagar, dos quais R\$ 4,22 milhões se referem a Restos a Pagar não Processados. Havia disponibilidade de caixa para cobertura integral dos restos a pagar.

Com relação à Despesa com Pessoal da Assembléia Legislativa, incluídos os subsídios dos Deputados, conforme apuração efetuada pelo Tribunal de Contas do Estado, no exercício de 2004 a Despesa Total com Pessoal correspondeu a 2,03% da Receita Corrente Líquida. Segundo os critérios do art. 20, II, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), coube à Assembléia Legislativa o percentual de 2,20%. Portanto, a Assembléia Legislativa encerrou o

exercício de 2004 com despesas de pessoal inferior ao do limite legal de 2,20% e prudencial de 2,09% da receita corrente líquida com base.

2.12.3. Poder Judiciário

No âmbito do Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça recebeu R\$ 325,35 milhões a título de transferências do Tesouro do Estado, como participação da Receita Líquida Disponível — RLD. Correspondeu a 6,76% da RLD, acima da previsão contida na LDO (6,75%). Considerando as receitas de aplicações financeiras e as transferências do Tesouro para pagamento de serventuários da Justiça, auxílio funeral, precatórios, e taxas judiciárias, a receita global realizada pelo Tribunal de Justiça no exercício de 2004 atingiu R\$ 373,61 milhões.

Além desse valor, o Fundo de Reaparelhamento da Justiça arrecadou mais R\$ 30,23 milhões.

As despesas do Tribunal de Justiça alcançaram 376,96 milhões (96,21% dos créditos autorizados). O Fundo de Reaparelhamento executou despesas da ordem de 28,10 milhões.

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal daquele Poder, houve inscrição de despesas de R\$ 11,71 milhões em restos a Pagar Não Processados, mas havia suficiência financeira. Porém, também havia R\$ 40,47 milhões de restos a pagar processados, não informados no relatório de gestão fiscal, pois foram cancelados e inscritos em dívida fundada pelo Poder Executivo. Este valor integra o montante de R\$ 110,08 milhões, de restos a pagar inscritos em dívida fundada, já antes referido.

Nos termos do art. 20, II, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Judiciário não poderá gastar mais que 6,00% da Receita Corrente Líquida do Estado. A Despesa Total com Pessoal do Poder Judiciário ao final do exercício de 2004 correspondeu a 4,86% da Receita Corrente Líquida, resultando em percentual inferior aos limites máximo (6,00%) e prudencial (5,70%).

2.12.4. Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas do Estado teve à disposição receitas de R\$ 59,33 milhões, incluindo receitas financeiras, recebendo transferências do Tesouro do Estado que corresponderam a 1,20% da Receita Líquida Disponível (RLD), conforme estipulado na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O Tribunal de Contas do Estado empenhou R\$ 56,94 milhões, utilizando 92,23% dos créditos autorizados. Os restos a pagar processado e não processados somaram R\$ 865 mil, para os quais havia suficiente disponibilidade financeira, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o critério estabelecido no § 1º do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual máximo de comprometimento das despesas com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida do Estado, para o Tribunal de Contas é de 0,80%. A Despesa Total com Pessoal do Tribunal de Contas, em 2004 representou 0,78% da Receita Corrente Líquida, registrando despesas com pessoal superior ao limite prudencial, mas inferior ao limite máximo estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000.

2.12.5. Ministério Público

A Lei Orçamentária Anual e as alterações no decorrer do exercício disponibilizaram créditos orçamentários de 145,16 milhões ao Ministério Público, incluindo o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (R\$ 1,0 milhão) e o Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (R\$ 635 mil) e o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público (R\$ 6,23 milhões).

O Ministério Público recebeu transferências de recursos do Tesouro do Estado, no valor global de R\$ 137,44 milhões, correspondendo a 2,83% da Receita Líquida Disponível, superior ao percentual de 2,80% fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO. Incluindo receitas financeiras e dos fundos, a receita total disponível foi de R\$ 144,44 milhões.

A execução orçamentária resultou em despesas empenhadas de R\$ 140,94 milhões (incluindo fundos), com inscrição de R\$ 2,77 milhões em Restos a Pagar, sendo R\$ 2,72 milhões referentes a restos a pagar não processados (não liquidados). Em 31/12/2004, antes da inscrição de despesas em Restos a Pagar Não Processados, o Ministério Público do Estado apresentava disponibilidade de caixa de R\$ 8,56 milhões, suficiente para o pagamento desses restos a pagar.

Nos termos da Lei Complementar nº 101/00, a Despesa Total com pessoal do Ministério Público não poderá ultrapassar a 2,00% da Receita Corrente Líquida do Estado. Em 2004 correspondeu a 2,06% da Receita Corrente Líquida do Estado, resultando em percentual superior ao seu limite máximo. Nessa circunstância, diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, deve-se tomar medidas para adequação ao limite no prazo de dois quadrimestres, reduzindo o comprometimento com pelo menos um terço no primeiro quadrimestre.

Considerando o resultado da apreciação da gestão fiscal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público estadual em relação ao cumprimento de disposições da Lei Complementar nº 101/00 sobre (a) limites de despesas com pessoal; (b) elaboração e publicação dos relatórios de gestão fiscal; e (c) metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conclui-se que:

1. O Poder Executivo do Estado de Santa Catarina cumpriu as disposições da Lei Complementar nº 101/00, salvo em relação ao cumprimento das metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias relativas a despesa e resultado nominal;
2. O Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina cumpriu as disposições da Lei Complementar nº 101/00;
3. O Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina cumpriu as disposições da Lei Complementar nº 101/00;
4. O Ministério Público do Estado de Santa Catarina cumpriu as disposições da Lei Complementar nº 101/00, salvo em relação às despesas com pessoal, que ultrapassou o limite estabelecido no art. 20 da referida Lei.

2.13. Ressalvas e recomendações relativas ao exercício de 2003

O Capítulo V do projeto de parecer prévio traz ampla análise quanto às manifestações e providências adotadas pelo Poder Executivo, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral do Ministério Público Poderes e Órgãos para atendimento às ressalvas e recomendações constantes do Parecer Prévio sobre as contas do exercício de 2003.

Considerando os esclarecimentos e argumentos contidos nas manifestações dos Poderes e Ministério Público, entendo que houve avanços em alguns aspectos, principalmente quanto às recomendações.

Quanto às ressalvas relativas ao Poder Executivo, não se denotam avanços, pois as situações que ensejaram as ressalvas, em maior ou menor grau, se repetiram em 2004, sendo objeto de novas ressalvas.

No que tange às recomendações nota-se a disposição dos órgãos e execução de ações concretas em relação à melhoria do controle interno.

Outra recomendação em processo de concretização, e também em decorrência de decisões do Tribunal de Contas, diz respeito a não realização de transferências de recursos a entidades associativas de servidores a título assistencial, exceto para as entidades organizadas na forma da lei para prestação de benefícios

previdenciários, e também como contribuição para assistência médica quando permitido por lei.

Também notam-se avanços em relação a outras recomendações, como:

- a) abstenção de captação de recursos a título de antecipação de receitas de tributos ou contribuições, pois não houve evidências de que tenha ocorrido em 2004;
- b) publicação de diárias concedidas, que se encontram disponibilizados em meios eletrônicos, embora o objetivo da recomendação de publicação no veículo oficial de publicações legais ainda não tenha sido atingido no Poder Legislativo e Ministério Público;
- c) realização de contingenciamento de despesa quando constatado que as receitas não comportarão as despesas, conforme preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ante a verificação de que o Poder Executivo determinou pelo menos três contingenciamentos em 2004, ainda que não tenha logrado integral êxito, de modo a eliminar os déficits orçamentário e financeiro;
- d) integral repasse dos valores devidos aos Poderes e Órgãos, cumprindo os percentuais previstos na LDO;

Todavia, em relação a diversas das recomendações de 2003 ainda há carência de ações mais efetivas, visando o atendimento das normas legais, contratuais e do interesse público.

A recomendação para exclusão, de forma gradativa, dos inativos como despesas na manutenção e desenvolvimento do ensino, geral ou no fundamental, também não tem sido observada, pois permanecem inalterados os índices de comprometimento das despesas com inativos em relação ao total da despesa empenhada nas funções relacionadas ao ensino.

Para as recomendações em relação ao equacionamento da questão da dívida ativa não houve demonstração de resultados efetivos, embora a implementação do Fundo Social possa resultar em maior nível de ingresso desses créditos.

Também não houve qualquer ação efetiva em relação à realização de aporte de recursos para os contratos já firmados relativos ao Projeto Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento, celebrados pelo Governo de acordo com a Lei nº 8.676/93, e Resoluções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Ao contrário, nota-se desleixo para com esse importante programa para a comunidade rural que vive em pequenas propriedades.

Assim, entendo pertinente reiterar algumas das recomendações formuladas em relação às contas do exercício de 2003, pela importância das matérias e para que haja permanente atenção para situações que afetam a confiabilidade das contas e o desempenho da gestão dos recursos públicos, sempre em vista a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento e à melhoria da qualidade de vida da nossa gente catarinense.

2.14. Obras

No Capítulo VI o projeto de parecer prévio traz informações resumidas sobre as principais programas e obras de infra-estrutura executadas ou em execução no exercício de 2004.

Na área do Transporte, a equipe técnica deu relevo à situação da Etapa IV do Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina, o mais importante programa de obras do Estado em execução, parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e executado pelo DEINFRA. Em sua concepção original o Programa abrange aproximadamente 450 km de pavimentação e 700 km de reabilitação de rodovias. O financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento é de US\$ 150 milhões, com igual contrapartida do Estado, totalizando US\$ 300 milhões. O Programa envolve pavimentação e restauração de rodovias, contratação de serviços e aquisição de bens.

Quanto à implantação e *pavimentação* de rodovias, até o final do exercício de 2004, nove trechos estavam concluídos, cinco em execução e três a iniciar. Dos 448,56 km contratados e previstos para execução até maio de 2007, 243 km estavam concluídos (54,17%). Na parte relativa à *reabilitação/restauração* de rodovias, até o final de 2004 haviam sido concluídos aproximadamente 404 km dos 496 km contratados, com quatorze rodovias integralmente reabilitadas e cinco aguardando ordem de início.

O financiamento foi viabilizado em 2001, as obras iniciaram em 2002, com previsão contratual de encerramento em maio de 2007. Até 31 de dezembro de 2004 os investimentos atingiram US\$ 144,26 milhões (R\$ 435,97 milhões), corresponderam a 48,09% dos US\$ 300 milhões. No exercício de 2004 foi aplicado, pelo DEINFRA, R\$ 144,72 milhões, representando 59,96% da previsto para o exercício. A auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, credenciado pelo BID para tal finalidade, recomendou seja mantida regularidade no aporte dos recursos da contrapartida do Estado para que não haja atraso na execução do Programa; a adoção das medidas cabíveis para que as obras de pavimentação das rodovias tenham suas execuções concluídas nos respectivos prazos contratuais, evitando aumento dos custos com supervisão das obras e atraso na entrega à

comunidade; promoção da manutenção das rodovias concluídas, exigindo das empresas executoras a regularização das pendências constatadas nas obras.

O Estado também empenhou R\$ 37,42 milhões em outras obras e serviços rodoviários com recurso da CIDE, incluindo a transferência da parte dos municípios, no valor de R\$ 10,87 milhões.

Quase metade dos recursos da CIDE foi utilizada na contrapartida do Estado nas obras do Programa BID IV (R\$ 14,04 milhões). Em convênios com Municípios houve empenho de R\$ 15,97 milhões. Na obra da Via Expressa Sul, em Florianópolis (ligação como o Aeroporto Internacional Hercílio Luz), foram utilizados R\$ 3,96 milhões.

Com relação aos recursos da CIDE, a área técnica desta Corte tem apontado para as graves deficiências na execução de obras em convênios com municípios, pois as quantias individuais por vezes acabam por não atingindo integralmente os objetivos delineados em lei. A pulverização de poucos recursos a muitos municípios tem gerado a execução de melhorias em pequenos segmentos, embora seja bem maior a extensão dos problemas. O resultado de tal medida acaba por provocar prejuízos à sociedade que não dispõe do benefício de imediato e por completo e ao próprio investimento, pois sendo executado em etapas terá ao seu final um custo mais elevado e de baixa qualidade.

Além disso, nas inspeções realizadas pelo Tribunal de Contas constatou-se precária e deficiente fiscalização exercida pelos municípios sobre as obras, sem os devidos e necessários controles quanto aos aspectos técnicos envolvidos, inclusive por falta de capacitação. Isto me leva a propor uma recomendação para que se tenha maior cuidado na aplicação dos recursos públicos, adotando-se procedimentos que atendam os princípios da eficiência na gestão dos recursos públicos.

O projeto de parecer prévio mostra a situação de algumas outras obras nos setores rodoviários, no setor de transporte aéreo (aeroportos regionais do Sul, em Jaguaruna; Planalto Serrano, em Correia Pinto; e aeroportos de Chapecó e Curitiba) e no setor marítimo (Porto de São Francisco do Sul), indicando os valores aplicados em 2004.

Além disso, consta um breve panorama das principais obras de saneamento que tiveram execução em 2004 e os valores investidos pela CASAN. Nota-se investimentos insuficientes para permitir a conclusão de obras importantes de saneamento, já com grande atraso, como os sistemas de esgoto de Lages, Chapecó, Barra da Lagoa (incluindo a Lagoa da Conceição), Jurerê/Daniela e Ingleses/Santinho, em Florianópolis.

O Tribunal de Contas também tem ampliado as auditorias de desempenho de caráter ambiental, integrando-se às ações de outros organismos, como o Ministério Público. Em 2004 o Tribunal realizou duas auditorias operacionais de desempenho ambiental, uma no município de Tubarão e outra em Lages, nos sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos, ou seja, o lixo urbano, abordando aspectos relativos à coleta, reciclagem, destino do lixo hospitalar e implantação, operação e manutenção de aterros sanitários.

Nesse segmento, merece destaque a realização de Auditoria Operacional no Sistema de Tratamento da Estação de Esgoto Insular de Florianópolis — ETE Insular, operado pela CASAN, com objetivo de verificar a capacidade de coleta estação, analisar o tratamento dado ao esgoto coletado, bem como identificar o tipo de odor que exalava da ETE e suas conseqüências, verificando se os esgotos produzidos estavam sendo devidamente coletados e tratados, de acordo com os padrões ambientais, onde foi constatado diversas divergências entre as normas de operação do sistema e a realidade encontrada no momento da auditoria.

Entre as principais conclusões destacamos: (a) a ETE Insular opera no limite de sua capacidade de coleta de esgoto em relação às Bacias em que é realizada a coleta, necessitando de obras de ampliação, que já deveriam estar concluídas em 2005; (b) os efluentes, através das variáveis estudadas, não estavam sendo tratados de forma adequada; (c) a retirada, armazenamento e tratamento dos Resíduos Sólidos — material grosseiro removido do gradeamento — não atendiam aos padrões que o Manual da ETE exige; (d) o processo de retirada da areia do tanque desarenador não atendia aos critérios de retirada, armazenamento e tempo de limpeza, estabelecidos pelo Manual da ETE; (e) o excesso de lodo desidratado (torta) não vinha sendo retirado entre abril e setembro de 2004, sendo despejado no mar, em razão dos constantes extravasamentos dos decantadores da Estação. Durante dezenove dias do mês de julho houve retirada do excesso de lodo desidratado, porém foi depositado em local impróprio (terreno no Município de Palhoça), confirmado por meio de inspeção *in-loco* no dia 19/10/04, presente a vigilância sanitária do Município de Palhoça; (f) existência indevida de odor (que não deveria extrapolar os portões da Estação de Tratamento, conforme seu manual), proveniente da detenção de efluente, por tempo superior ao previsto, no percurso das tubulações e nas elevatórias, decorrente do freqüente desligamento das bombas de recalque.

A equipe multidisciplinar de auditoria também constatou que a Licença Ambiental de Operação da ETE Insular estava vencida desde janeiro de 2002, embora houvesse pedido de renovação formulado pela CASAN à FATMA, até então não deferida. Também foram constatadas outras situações comprometedoras, como os custos operacionais elevados e ausência de informações e preenchimento dos Relatórios Diários de Operação da Estação, além de outros problemas específicos

retratados no Relatório. Com base no Relatório de Auditoria Operacional, o Tribunal Pleno, na sessão de 20/12/2004, no Processo AOR 04/05801564 exarou a Decisão nº 4174/2004, fazendo diversas determinações e recomendações e concedendo prazo para apresentação de plano de ação para a adoção de providências necessárias. No momento, o processo encontra-se em tramitação no Tribunal de Contas, estando em fase de análise das justificativas e providências adotadas pela CASAN.

Também é relevante enaltecer o Sistema de Controle de Obras — SCO, desenvolvido pelo corpo técnico (fiscalização de obras e informática) desta Corte, onde todos os órgãos e entidades estaduais e municipais devem, mensalmente, informar os dados sobre todos os eventos relativos a cada obra, desde o edital da licitação até a última medição. Esse banco de dados, que já conta com quase 9.000 obras, permitirá o acompanhamento pelo Tribunal, proporcionando ação mais rápida e efetiva. E o que é mais importante, brevemente se pretende disponibilizar todos essas informações na internet, onde qualquer cidadão ou entidade poderá verificar o andamento e os custos das obras de seu interesse. No entanto, chama-se a atenção para alguns órgãos e entidades do Estado que se encontram em atraso na atualização dos dados exigidos pela Instrução Normativa nº TC-001/2003.

2.15. Mapa da Exclusão Social do Estado de Santa Catarina

Considereei relevante incluir algumas informações acerca do Mapa da Exclusão Social, até como forma de reconhecimento pelo cumprimento de dispositivo legal. É o que consta no Capítulo VII do projeto de parecer prévio.

O Mapa da Exclusão Social do Estado de Santa Catarina atende exigência de Lei Estadual nº 11.909, de 25 de setembro de 2001. Segundo o art. 2º daquela Lei, “o Mapa da Exclusão Social consiste num diagnóstico anual, regionalizado, da exclusão social no Estado, com base em indicadores sociais referentes à expectativa de vida, renda, desemprego, educação, saúde, saneamento básico, habitação, população em situação de risco nas ruas e segurança, relativos ao ano de referência da prestação de contas governamental e ao ano imediatamente anterior para fins de comparação”.

Os diagnósticos apresentados levam em consideração as 29 regiões em que foi dividido administrativamente o Estado de Santa Catarina, representadas pelas respectivas Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Nota-se o esforço do Poder Executivo para elaboração desse mapa, principalmente pela reconhecida carência de sistemas estatísticos que ofereçam dados

e informações confiáveis e tempestivas. Por isso, a maioria dos dados se refere ao ano de 2000. Além disso, falta comparação com anos anteriores, meio para avaliar a evolução dos índices.

Entendo relevante este Mapa já que mostra muito da realidade catarinense e de aspectos que muitas vezes passa despercebido, já que Santa Catarina é intitulada como um estado rico. Apenas um dado: 12,4% da nossa população possuíam renda *insuficiente* para garantir a seu sustento, ou seja, tem renda mensal igual ou menor que R\$ 90,00. E 32,7% da população do Estado são consideradas *pessoas pobres*, pois a renda *per capita* é inferior a R\$ 180,00. Como disse, são dados de 2000. Aqueles dados também mostravam que a média da renda *per capita* mensal em Santa Catarina era de R\$ 349,32. O que falar dos lamentáveis índices de esgotamento sanitário, por exemplo?

Assim, há necessidade de ampliação dos esforços no sentido da apresentação de dados e informações atualizadas, mostrando também a evolução dos índices, o que reforça a necessidade de manter um sistema de acompanhamento das ações implementadas pelo Estado, e dos seus programas de governo, disponibilizando-os à sociedade.

Por fim, o Capítulo VIII aborda as contra-razões apresentadas pelo Governador do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda. Nelas, foram apresentados esclarecimentos, justificativas e argumentos do Poder Executivo em relação às propostas iniciais de ressalvas e recomendações.

As contra-razões foram apreciadas pela área técnica e por este Relator. Também foram consideradas ao longo deste relatório. Diante dos esclarecimentos, algumas recomendações mereceram revisão. No entanto, quanto às ressalvas e as demais recomendações, por se constituírem avaliação de fatos ocorridos no exercício a que se referiam as contas, em que não houve cumprimento de preceitos legais ou não houve apresentação de certas informações quando da apresentação das contas, conforme exigido pelas normas legais e regulamentares, considero relevante mantê-las.

Embora não se descuide da relevância dos argumentos e justificativas do Poder Executivo para algumas restrições apontadas, como é o caso dos gastos com saúde e ensino, deve-se lembrar que foram mantidos os critérios adotados na apreciação das contas do exercícios anteriores.

3. CONCLUSÕES

Assim, reiterando que o conteúdo da proposta do Parecer Prévio apresenta cunho técnico, indicando os fatos ocorridos na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, o cumprimento de preceitos constitucionais e normas legais e a análise das metas fiscais, o parecer traz um retrato geral da gestão pública estadual no exercício de 2004, com fundamento na legislação vigente e considerando o Balanço Patrimonial e suas peças anexas, os relatórios de gestão fiscal e as ações de controle externo (análise de processos, inspeções e auditorias) realizados pelo Tribunal de Contas.

Considerando o trabalho realizado pelos órgãos técnicos desta Corte, representado no Relatório Técnico, e da assessoria do gabinete deste Conselheiro, que culminou na proposta de parecer prévio, que demonstram o resultado da apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício evidenciou que o Balanço Geral do Estado, na avaliação deste Relator, o Balanço Geral, com algumas ressalvas, representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado, em 31 de dezembro de 2004, bem como, no geral, demonstra que as operações contábeis estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Estadual.

De forma genérica, as contas obedeceram aos ditames da legislação aplicável. Porém, deixou de atender à Lei Complementar nº 101/00, a Lei Complementar Estadual nº 202/00 (Lei Orgânica do Tribunal) e o Regimento Interno desta Corte ao não apresentar com as contas, o relatório do órgão central do sistema de controle interno, as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e para combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, e as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, além das informações sobre a execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas e as observações concernentes à situação da administração financeira estadual.

Tais informações são relevantes para melhor análise do desempenho da Administração Pública estadual, em especial sobre o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual, sua consonância dos mesmos com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, o alcance de metas e o reflexo da administração financeira e orçamentária estadual no desenvolvimento econômico e social do Estado, prejudicando, inclusive, a manifestação deste Tribunal, no Parecer Prévio, sobre as medidas de administração fiscal adotadas no âmbito da Administração Pública estadual em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao aspecto da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal relativas ao exercício de 2004, relacionada ao cumprimento de mandamentos constitucionais e legais a respeito da aplicação de recursos nas áreas do ensino, saúde e ciência e tecnologia e cumprimento de metas de gestão fiscal, cabe destacar os seguintes aspectos, cujas desconformidades vem se repetindo ao longo dos exercícios, sendo objeto de sucessivas ressalvas e recomendações nos Pareceres Prévios desde 2000:

- 1) as aplicações em ações e serviços públicos de saúde não atingiram o piso percentual mínimo exigido pela Constituição Federal;
- 2) na área da educação, constata-se que a aplicação de recursos mínimos na manutenção de desenvolvimento do ensino e na manutenção do ensino fundamental somente foi alcançado quando se consideram os pagamentos de inativos, não tendo havido, no exercício de 2004, avanços na direção da recomendação contida no Parecer Prévio das Contas do Exercício de 2003 para adoção de medidas pelo Poder Executivo visando a exclusão gradativa das despesas com inativos dos gastos com ensino, já que não representam nem manutenção nem contribuição para o desenvolvimento do ensino;
- 3) não foi observada a legislação em relação à aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEF para pagamento de profissionais do magistério;
- 4) permanece inalterada a situação de sucessivas aplicações de recursos na manutenção do ensino superior em valores inferiores aos previstos na Constituição Estadual;
- 5) a exemplo de exercícios anteriores, também não houve aplicação dos recursos mínimos em ciência e tecnologia, embora haja perspectiva de regularização da situação a partir de 2005, com a ampliação das despesas elegíveis para esse fim;
- 6) déficit orçamentário ajustado de R\$ 109,62 milhões, correspondendo a 1,45% da receita arrecadada;
- 7) déficit financeiro registrado no Balanço Geral de R\$ 165,85 milhões, mas efetivo de R\$ 275,95 milhões.
- 8) não cumprimento das metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004 relativas à despesa e ao resultado nominal.

Por fim, cabe lembrar que nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/00, compete ao Tribunal de Contas emitir Parecer, separadamente, sobre a gestão fiscal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público Estadual.

O Parecer Prévio sobre as contas do Tribunal de Contas, para efeitos do disposto no art. 56 da referida Lei, será proferido pela Comissão Mista Perma-

nente da Assembléia Legislativa, conforme prevê o § 2º do mesmo dispositivo legal, razão pela qual, neste tópico, não há menção sobre a gestão fiscal do Tribunal de Contas, salientando que a análise do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal por esta Corte encontra-se no corpo do Parecer Prévio e se destina a instruir o parecer da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa.

O Ministério Público assim conclui seu Parecer sobre a análise da contas do Estado do Exercício de 2004:

Este Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, conclui que o Balanço Geral do Estado Santa Catarina de 2004 apresenta de forma **ADEQUADA**, a posição: financeira, orçamentária e patrimonial, o que permite que o eminente Relator possa propor ao Egrégio Tribunal Pleno, que **RECOMENDE** à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina a **APROVAÇÃO** das contas do exercício de 2004 com fundamento no artigo 48 da Lei Complementar nº 202/2000, e **DETERMINE** que o Governo do Estado em 2005 promova economia orçamentária para buscar o restabelecimento do equilíbrio de caixa, aplique em ações e serviços públicos de saúde, na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício e no ensino superior o que deixou de aplicar em 2004, e aplique também na manutenção do ensino fundamental os valores do Salário-Educação, desviados para outras finalidades até 2004.

Pelo exposto, e considerando os relatórios da área técnica, a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, a situação geral das contas e a apreciação das contra-razões do Exmo. Sr. Governador do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda, e revisando o relatório preliminar, proponho a seguinte conclusão para o Parecer Prévio do Tribunal de Contas sobre as Contas do Estado do Exercício de 2004:

CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE A APRECIÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2004 APRESENTADAS PELO GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Considerando a prestação de contas apresentada pelo Governador do Estado, consubstanciada pelo Balanço Geral do Estado e seus anexos e os relatórios do órgão central de contabilidade do Estado e do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo;

Considerando o Relatório Técnico elaborado pela Diretoria de Controle da Administração Estadual, órgão de controle da estrutura organizacional do Tribunal de Contas;

Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, constante de seu Parecer MPTC nº 1.374/2005 (fls. 1780/1797 do Processo PCG-05/00895953);

Considerando as contra-razões apresentadas pelo Poder Executivo por meio do Ofício da Secretaria de Estado da Fazenda SEF GABS nº 0498/2005, de 23 de maio de 2005, e sua análise pelo Corpo Técnico e pelo Relator, conforme consta do Relatório Técnico juntado ao processo, do Relatório do Relator e do Capítulo VII do Parecer Prévio;

Considerando os demais esclarecimentos e documentos apresentados pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, por solicitação do Tribunal de Contas;

Considerando a análise de processos e as inspeções e auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas, relativos os atos administrativos e fatos contábeis do exercício de 2004;

Considerando que, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), compete ao Tribunal de Contas emitir Parecer, separadamente, sobre a gestão fiscal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Pú-

blico Estadual, e que o Parecer Prévio sobre as contas do Tribunal de Contas, para efeitos do § 2º do mesmo dispositivo legal, será proferido pela Comissão Mista Permanente da Assembléia Legislativa;

Considerando que, nos termos do § 1º do art. 76 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, constituem ressalvas as observações de natureza restritiva em relação a certos fatos verificados no exame das contas, quer porque se discorda do que foi registrado, quer porque tais fatos não estão em conformidade com as normas e leis aplicáveis;

Considerando que, nos termos do § 1º do art. 76 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, recomendações são medidas sugeridas para a correção das falhas e deficiências verificadas no exame de contas;

Considerando a proposta de parecer prévio formulada pelo Relator e aprovada na sessão extraordinária do Tribunal Pleno de 09 de junho de 2005;

O Tribunal de Contas do Estado assim opina:

PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, de acordo com o disposto nos arts. 1º, inciso I, 47 e 49 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e, ainda, no art. 57 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e

CONSIDERANDO que o art. 59, inciso I, da Constituição do Estado, estabelece que compete ao Tribunal de Contas “apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, às quais serão anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento”;

CONSIDERANDO que as Contas referentes ao exercício de 2004 foram prestadas pelo Governador do Estado de Santa Catarina dentro do prazo constitucional (art. 71, inciso IX, CE);

CONSIDERANDO os Relatórios apresentados pela Diretoria de Contabilidade Geral e pela Diretoria de Auditoria Geral, da Secretaria de Estado da Fazenda;

CONSIDERANDO que as Contas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demonstrações técnicas de natureza contábil, incluem, além das suas próprias, as do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, bem como as do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado, de forma consolidada, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101/2000;

CONSIDERANDO a detalhada análise realizada pelo Corpo Técnico deste Tribunal acerca da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, na qual ficou evidenciado que as peças e demonstrações contábeis integrantes das Contas Anuais do exercício de 2004, quanto à forma, no aspecto genérico, estão de acordo com os princípios e normas gerais de Direito Financeiro e de Contabilidade Pública estabelecidos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na legislação federal e estadual vigentes, e, quanto ao conteúdo, de modo geral e até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2004, com as ressalvas contidas nesta Conclusão;

CONSIDERANDO o exame do Corpo Técnico acerca da execução dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, em consonância com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

CONSIDERANDO as informações complementares encaminhadas pelos Poderes e Órgãos, por solicitação deste Relator, e consideradas pelo Corpo Técnico deste Tribunal e no Relatório;

CONSIDERANDO as contra-razões apresentadas pelo Poder Executivo no exercício do contraditório previsto no art. 78 do Regimento Interno do Tribunal de Contas;

CONSIDERANDO que as Contas apresentadas, referentes ao exercício de 2004, de modo geral, atenderam aos princípios norteadores da Administração Pública condizentes à legalidade e à legitimidade, excetuadas as falhas e deficiências anotadas;

CONSIDERANDO que as ocorrências incluídas nas ressalvas e recomendações apontadas devem ser corrigidas para que não acarretem prejuízos ao cumprimento de normas legais e dos instrumentos de planejamento e execução orçamentária, assim como, dos princípios da publicidade, da finalidade, da eficiência e da transparência da Administração Pública, em prol da sociedade catarinense;

CONSIDERANDO a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas constante de seu Parecer MPTC/nº 1.374/2005 (art. 108, inciso II, da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 74 do Regimento Interno);

CONSIDERANDO que é da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, conforme determina o art. 40, inciso IX, da Constituição Estadual, julgar as contas prestadas anualmente pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado; e

CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, não obstam, nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, e 59, inciso II, da Constituição Estadual;

É DE PARECER que os Balanços Gerais do Estado representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial em 31 de dezembro de

2004, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Estadual, bem como o resultado das ações realizadas, estando as contas prestadas pelo Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, relativas ao Poder Executivo, em condições de serem APROVADAS no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa, com as seguintes ressalvas e recomendações:

1. RESSALVAS

1.1 Aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde

Aplicação de recursos em ações e serviços de saúde em percentual inferior ao previsto no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

1.2 Déficit Orçamentário

Ocorrência de déficit orçamentário contabilizado de R\$ 95,58 milhões e ajustado de R\$ 109,62 milhões, este correspondente a 1,45% da receita arrecadada no exercício, não contribuindo para o equilíbrio das contas públicas preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Federal nº 4.320/64.

1.3 Déficit financeiro

Ocorrência de déficit financeiro contabilizado da ordem de R\$ 165,85 milhões, não contribuindo para o equilíbrio das contas públicas preconizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Federal nº 4.320/64.

1.4 Aplicação dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em percentual inferior ao previsto na Constituição Federal

Aplicação de 53,87% dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício (empenhado e liquidado), inferior ao mínimo de 60%, não atendendo o disposto no art. 60, § 5º, do ADCT/CF, com a redação da EC nº 14/96, e o art. 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

1.5 Inscrição de Restos a Pagar no Passivo Permanente

Cancelamento de restos a pagar processados relativos ao exercício de 2003, no valor de R\$ 110,08 milhões, e subsequente inscrição dos valores em dívida fundada, sem as características necessárias de que trata a Lei nº 4.320/64, resultando em redução de saldo da conta Restos a Pagar, com influência sobre o déficit financeiro do exercício.

1.6 Manutenção e desenvolvimento do ensino superior

Destinação de recurso para a manutenção e desenvolvimento do ensino superior em percentual inferior a 5% estabelecido no art. 170 da Constituição do Estado.

1.7 Não cumprimento das metas fiscais

Não cumprimento das metas fiscais exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e contidas na Lei nº 12.640/03 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) em relação ao resultado nominal e despesa total.

1.8 Realização de Despesas sem Dotação Orçamentária

Realização de despesas sem dotação orçamentária e sem prévio empenho, em desacordo com o art. 167 da Constituição Federal e art. 60 da Lei nº 4.320/64.

2 — RECOMENDAÇÕES

2.1 Informações exigidas pela LRF no relatório das contas anuais

Apresentar as contas anuais contendo relatório com as informações quanto às providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e do combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial e sobre as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições, conforme exigido no art. 58 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000.

2.2 Informações exigidas no relatório da unidade de controle interno do Poder Executivo

Apresentar o relatório da unidade de controle interno do Poder Executivo, integrante da prestação das contas anuais, contendo todos os elementos previstos no art. 70, II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas, incluindo a descrição analítica da execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas.

2.3 Outras Despesas com Pessoal

Promover a inclusão, como “Outras Despesas com Pessoal”, no Relatório de Gestão Fiscal, das despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra, (serviços de terceiros) que atendam o disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00 (caracterizam substituição de servidores e empregados públicos), adotando os parâmetros definidos no art. 39, parágrafo único, I e II, da Lei Estadual nº 12381/02.

2.4 Informações relativas ao Mapa da Exclusão Social

Promover ações visando a obter dados e informações atualizados para elaboração do Mapa da Exclusão Social do Estado de Santa Catarina, comparando-os com os dados do(s) ano(s) anterior(es), conforme exige a Lei Estadual nº 11.909/01, a fim de demonstrar a evolução dos índices.

2.5 Sistema de acompanhamento dos programas de governo

Desenvolver ações visando a implementar eficiente e integrado sistema de acompanhamento dos programas de governo, disponibilizando os resultados à sociedade.

2.6 Gestão dos depósitos judiciais

Adotar medidas visando o controle efetivo sobre o recebimento e aplicação dos recursos dos depósitos à disposição da Justiça, de que trata Lei nº 13.186, de 02 de dezembro de 2004, promovendo a adequação contábil das receitas oriundas da Conta Única como receita orçamentária, com demonstração das despesas pagas e os beneficiários da aplicação dos recursos, além da manutenção do percentual de 20% dos valores em conta corrente bancária representativa do Fundo de Reserva previsto no Decreto nº 2.763, de 15 de dezembro de 2004.

2.7 Adotar medidas para o cumprimento da Instrução Normativa nº TC-001/2003

Adotar medidas para o cumprimento da Instrução Normativa nº TC-001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, promovendo a integral remessa das informações sobre as obras públicas para o sistema de Controle de Obras Públicas — SCO.

2.8 Aplicação de recursos do FUNDEF conforme LDB

Aplicar os recursos do FUNDEF na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental exclusivamente nas despesas permitidas pelo art. 70 da Lei Federal nº 9.394/96, evitando utilização desses recursos para subvenções sociais.

2.9 Aplicação dos recursos provenientes do salário-educação

Aplicar em sua totalidade, no ensino fundamental, os recursos provenientes do salário-educação, conforme exigido pelo art. 212, § 5º, da CF, com a redação da EC nº 14/96.

2.10 Exclusão das despesas com pagamentos de inativos da base de cálculo do valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino

Excluir, de forma gradativa, as despesas com pagamentos de inativos da base de cálculo do valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino e

do ensino fundamental, por não representar contribuição para a manutenção ou para o desenvolvimento do sistema educacional, em respeito ao objetivo do art. 212 da CF.

2.11 Contingenciamento de Despesas

Realizar o contingenciamento da despesa, quando averiguado, a cada bimestre, que as receitas não comportarão as despesas, em atendimento ao art. 9º, *caput*, da lei Complementar nº 101/00, em montantes suficientes ao equilíbrio das contas, de modo a eliminar déficits orçamentários e financeiros.

2.12 Aporte de recursos para o Projeto de Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento

Realizar aporte de recursos para os contratos já firmados relativos ao Projeto de Geração de Trabalho e Renda através do Reflorestamento, celebrados pelo Governo de acordo com a Lei nº 8.676, de 17 de junho de 1993, e Resoluções do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural nº 010/1999 e nº 011/2001.

2.13 Aporte de recursos da contrapartida estadual para execução dos programas financiados por organismos internacionais

Realizar o tempestivo e suficiente aporte de recursos da contrapartida estadual para execução dos programas financiados por organismos internacionais, evitando atrasos no cumprimento dos prazos previstos nos respectivos contratos e o aumento dos custos operacionais e financeiros, bem como a postergação da disponibilização das obras, serviços e equipamentos à comunidade catarinense.

2.14 Aplicação de recursos em ciência e tecnologia

Promover ações visando a aplicação dos recursos mínimos em ciência e tecnologia previstos no art. 193 da Constituição do Estado, em especial diante da disciplina da Lei Complementar Estadual nº 284/05;

2.15 Convênios com municípios para utilização de recursos da CIDE

Adotar mecanismos para que hajam efetivo e eficaz controle técnico sobre as obras executadas pelos municípios com recursos da CIDE transferidos pelo Estado, evitando obras de baixa qualidade e reduzida vida útil, com conseqüente desperdício de recursos públicos.

Gabinete do Relator, em 09 de junho de 2005.

Conselheiro Otávio Gilson dos Santos
Relator

PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER LEGISLATIVO

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, observando o que dispõe a Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; e

CONSIDERANDO o art. 56, da LRF, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e poderes;

CONSIDERANDO que a prestação de contas do Poder Legislativo, relativa ao exercício de 2004, foi apresentada e consolidada nas Contas apresentadas pelo Governador do Estado na forma do art. 59, inciso I, da Constituição Estadual, estando integrada ao Balanço Geral do Estado, e se encontra elaborada de acordo com os preceitos de Contabilidade Pública e que demonstra os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Poderes e Órgãos do Estado;

CONSIDERANDO a análise técnica realizada na referida prestação de contas, constituída de Balanços e Demonstrativos da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

CONSIDERANDO que o Relatório Técnico que acompanha o Parecer Prévio contém informações acerca do cumprimento das normas constitucionais e legais relativas à execução dos orçamentos do Estado, incluindo o Poder Legislativo, e a sua conformidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; bem como sobre o cumprimento dos parâmetros e limites determinados pela LRF; e

CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual aos quais foram juntadas as Contas dos demais Poderes e Órgãos, não impedem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único e 59, inciso II, da Constituição Estadual,

É DE PARECER que as Contas do Poder Legislativo do Estado, prestadas pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Excelentíssimo Senhor Deputado Júlio Garcia, relativas ao exercício de 2004, da gestão do Deputado Volnei Morastoni, se encontram adequadamente instruídas com as informações necessárias e que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, estando em condições de serem APROVADAS no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa.

Gabinete do Relator, em 09 de junho de 2005.

Conselheiro Otávio Gilson dos Santos
Relator

PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PODER JUDICIÁRIO

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, observando o que dispõe a Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; e

CONSIDERANDO o art. 56, da LRF, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e poderes;

CONSIDERANDO que a prestação de contas do Poder Judiciário, relativa ao exercício de 2004, foi apresentada e consolidada nas Contas apresentadas pelo Governador do Estado de acordo com o art. 59, inciso I, da Constituição Estadual, estando integrada ao Balanço Geral do Estado, que se encontra elaborado de acordo com os preceitos de Contabilidade Pública e que demonstra os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Poderes e Órgãos do Estado;

CONSIDERANDO a análise técnica realizada na referida prestação de contas, constituída de Balanços e Demonstrativos da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

CONSIDERANDO que o Relatório Técnico que acompanha o Parecer Prévio contém informações acerca do cumprimento das normas constitucionais e legais relativas à execução dos orçamentos do Estado, incluindo o Poder Judiciário, e a sua conformidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; bem como sobre o cumprimento dos parâmetros e limites determinados pela LRF; e

CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual aos quais foram juntadas as Contas dos demais Poderes e Órgãos, não impedem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único e 59, inciso II, da Constituição Estadual,

É DE PARECER que as Contas do Poder Judiciário do Estado do exercício de 2004, prestadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Mussi, se encontram adequadamente instruídas com as informações necessárias e que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, estando em condições de serem APROVADAS no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa.

Gabinete do Relator, em 09 de junho de 2005.

Conselheiro Otávio Gilson dos Santos
Relator

PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, observando o que dispõe a Constituição Estadual e de acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal; e

CONSIDERANDO o art. 56, da LRF, que exige a apresentação de parecer prévio separado para os órgãos e poderes;

CONSIDERANDO que a prestação de contas do Ministério Público Estadual, relativa ao exercício de 2004, foi apresentada e consolidada nas Contas apresentadas pelo Governador do Estado de acordo com o art. 51, inciso I, da Constituição Estadual, estando integrada ao Balanço Geral do Estado, que se encontra elaborado de acordo com os preceitos de Contabilidade Pública e que demonstra os resultados da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Poderes e Órgãos do Estado;

CONSIDERANDO a análise técnica realizada na referida prestação de contas, constituída de Balanços e Demonstrativos da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

CONSIDERANDO que o Relatório Técnico que acompanha o Parecer Prévio contém informações acerca do cumprimento das normas constitucionais e legais relativas à execução dos orçamentos do Estado, incluindo o Ministério Público Estadual, e a sua conformidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; bem como sobre o cumprimento dos parâmetros e limites determinados pela LRF; e

CONSIDERANDO que a análise técnica e Parecer Prévio deste Tribunal, sobre as Contas Anuais do exercício de 2004 prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Estadual aos quais foram juntadas as Contas dos demais Poderes e Órgãos, não impedem nem condicionam o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes e Órgãos do Estado, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, em consonância com os arts. 58, parágrafo único e 59, inciso II, da Constituição Estadual,

É DE PARECER que as Contas do Ministério Público Estadual do exercício de 2004, prestadas pelo Procurador Geral de Justiça, Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Pedro Sérgio Steil, se encontra adequadamente instruída com as informações necessárias e que os limites e parâmetros exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal foram atendidos, com a ressalva contida nesta Conclusão, estão em condições de serem APROVADAS no julgamento a ser realizado pela Augusta Assembléia Legislativa, com as seguintes ressalva e recomendação:

1. RESSALVA

Despesa com pessoal acima do limite previsto no art. 20, inciso II, alínea *d*, da Lei Complementar nº 101/00 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. RECOMENDAÇÃO:

Adotar providências para que seja observado o art. 20, inciso II, alínea *d*, da LRF, quanto ao limite legal com gastos de pessoal.

Gabinete do Relator, em 09 de junho de 2005.

Conselheiro Otávio Gilson dos Santos
Relator



Parecer Prévio sobre as Contas Anuais do Estado Prestadas pelo Governador

RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2004

(APROVADO NA SESSÃO

EXTRAORDINÁRIA DE 09/06/2005)



RÉVIO SOBRE AS CONTAS PRESTADAS PELO GOVERNADOR DO ESTADO



PARECER PRÉVIO

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Nos termos do inciso I do art. 59 da Constituição Estadual, compete ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina apreciar as Contas prestadas anualmente pelo Governador, às quais devem estar anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, mediante emissão de Parecer Prévio, com remessa ao Poder Legislativo.

O prazo para emissão do Parecer Prévio é de sessenta dias contados da data da entrega da Prestação de Contas ao Tribunal de Contas.

O prazo para o Poder Executivo prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado está definido no art. 71, inciso IX, da Constituição Estadual, atribuindo ao Governador do Estado a competência exclusiva de prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

O Excelentíssimo Senhor Governador Luiz Henrique da Silveira, representado na ocasião pelo Exmo. Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Max Roberto Bornholdt, por meio do Ofício GG Nº PRCC 3521/052, apresentou as Contas relativas ao exercício de 2004 a este Tribunal, na data de 13 de abril de 2005, cumprindo o prazo constitucional preconizado no art. 71, inciso IX, da Carta Estadual, protocolado neste Tribunal de Contas e constituindo o Processo nº PCG — 05/00895953.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, em seus arts. 56, 57 e 58, também dispõem sobre a Prestação de Contas do Governo, estabelecendo que as Contas do Poder Executivo deverão ficar disponíveis para consulta e apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade durante todo o exercício no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração.

As Contas do Governo são analisadas a partir do Balanço Geral do Estado elaborado pela Secretaria de Estado da Fazenda e do Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo.

As Contas Anuais são apresentadas de forma consolidada, abrangendo todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, incluídos os demais Poderes e órgãos constitucionais, assim denominados aqueles dotados de autonomia orçamentária, financeira e administrativa. Devem refletir a execução orçamentária, financeira e patrimonial referente a um determinado exercício financeiro, com evidenciação do desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas quanto à fiscalização das receitas e ao combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial e as medidas destinadas ao incremento das receitas tributárias e de contribuições.

O Controle Externo, a cargo da Assembléia Legislativa, é exercido com auxílio do Tribunal de Contas, a quem compete a análise das Contas do Governo e emissão do Parecer Prévio por esta Corte de Contas, legitimadas por expressa previsão constitucional.

O julgamento das Contas Anuais, a ser realizado pela Assembléia Legislativa, abrange a apreciação da execução orçamentária, da demonstração contábil, financeira e patrimonial do Estado, no encerramento do exercício de 2004, que, por seu turno, resume todo o movimento anual.

A deliberação a cargo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina não alcança as contas de administradores e responsáveis relativas à arrecadação de receita, à realização de despesa e à guarda e aplicação de bens, dinheiros e valores públicos. Essas contas, na forma do inciso II do art. 59 da Constituição Estadual, submetem-se ao julgamento técnico-administrativo de competência do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

O Parecer Prévio do Tribunal é precedido de Relatório Técnico, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado, art. 73 da Resolução TC-06/2001.

Quanto à forma de prestação das contas, estabelece o parágrafo único do art. 47 da Lei Complementar Estadual nº 202 que “as contas consistirão no Balanço Geral do Estado e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual”.

O Regimento Interno desta Corte (arts. 69 e 70 da Resolução nº TC-06/2001) estabelece que:

[...] o relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Estadual deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- I — considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Estado;
- II — descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas;
- III — observações concernentes à situação da administração financeira estadual;
- IV — análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a Voto;
- V — balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Estadual nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta;
- VI — execução da programação financeira de desembolso;
- VII — demonstração da dívida ativa do Estado e dos créditos adicionais abertos no exercício;
- VIII — notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis;
- IX — dados e informações solicitados, com antecedência, pelo Relator.

Todavia, as contas prestadas pelo Governador relativas ao exercício de 2004 não contêm todos os elementos exigidos pelos arts. 69 e 70 do Regimento Interno. O Relatório da Diretoria de Contabilidade Geral — DCOG, da Secretaria de Estado da Fazenda atende parcialmente as informações exigidas. Porém, ainda ausente a descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Além disso, a prestação de contas apresentada neste Tribunal em 13 de abril de 2005, também não contempla relatório da unidade de controle interno com as informações previstas no art. 58 da Lei Complementar nº 101/00, relativas às:

- a) providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas;
- b) providências adotadas para combate à sonegação;
- c) ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial;
- d) demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

Estas informações são de extrema relevância para análise do desempenho da Administração Pública estadual, em especial sobre o cumprimento dos programas previstos na lei orçamentária anual, sua consonância com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, o alcance de metas e o reflexo da administração financeira e orçamentária estadual no desenvolvimento econômico e social do Estado, prejudicando, inclusive, a manifestação deste Tribunal, no Parecer Prévio, sobre as medidas de administração fiscal adotadas no âmbito da Administração Pública estadual em atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), define no art. 48 que o Parecer Prévio consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição existente em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios de contabilidade aplicados à administração pública, concluindo por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas.

O Regimento Interno do Tribunal de Contas, no art. 75, confere ao Relator do Processo de Prestação de Contas a atribuição de elaborar o Projeto de Parecer Prévio a ser submetido à deliberação do Tribunal Pleno em sessão extraordinária especialmente designada.

O Projeto de Parecer Prévio fundamenta-se em Relatório Técnico confeccionado pelos técnicos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas, conforme dispõe o art. 72 do Regimento Interno.

O Projeto de Parecer Prévio apresenta a análise técnica quanto à execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. Abrange análises quanto aos patrimônios financeiro e permanente do Estado, quanto às variações patrimoniais, quanto ao resultado econômico do exercício, quanto aos limites constitucionais e legais de aplicação de recursos e quanto às contas dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e órgãos cons-

titucionais (Tribunal de Contas e do Ministério Público), separadamente, em face da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Parecer está dividido em três capítulos. No primeiro, que trata da Análise da Gestão Fiscal da Administração Estadual, o enfoque das análises estão dirigidas a demonstrar estatísticas do orçamento, bem como as projeções iniciais e realizações das receitas e despesas.

A abordagem também passa pela análise de Funções de Governo, com especial destaque para o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais relacionados à aplicação de recursos mínimos em educação e saúde, bem como a análise consolidada das receitas e despesas orçamentárias das autarquias, fundações e fundos estaduais, e o resultado da análise dos balanços e demais demonstrações financeiras das empresas estatais. É o que trata o capítulo segundo.

O capítulo terceiro trata das Entidades da Administração Indireta, com destaque para a execução orçamentária e resultados das empresas estatais, além de destaques sobre alguns aspectos dessas entidades.

O quarto capítulo (Apreciação das Contas por Poder e Órgãos Constitucionais), o enfoque da análise está dirigido à verificação do cumprimento da Lei Complementar nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF, mormente quanto aos limites de despesas com pessoal, endividamento público, operações de crédito e demonstrações de disponibilidades de caixa, relativamente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas e Ministério Público Estadual.

O quinto capítulo analisa as manifestações dos Poderes e Órgãos Constitucionais em relação às medidas adotadas para saneamento das Ressalvas e Recomendações do Parecer Prévio sobre as Contas do Exercício Anterior. Tais análises objetivam a verificação do saneamento de apontamentos relevantes, apontadas no Parecer Prévio do exercício anterior.

Ressalta-se por último, que as análises realizadas por este Tribunal de Contas, neste processo, foram baseadas em relatórios contábeis e demonstrativos gerenciais fornecidos pelas Unidades Gestoras fiscalizadas, Diretoria de Contabilidade Geral e Sistema Informatizado do CIASC. Por terem sido constatadas algumas inconsistências nas referidas fontes de informações, consideram-se de veracidade ideológica presumida as informações constantes das peças contábeis apresentadas pelo Governo do Estado na Prestação de Contas de 2004.

CAPÍTULO I

ANÁLISE DA GESTÃO FISCAL CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

INTRODUÇÃO

Neste capítulo é analisada a gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativa às Contas do Governo Estadual do exercício de 2004, de forma consolidada, com abrangência sobre a Administração Direta (Poderes e Órgãos constitucionais), Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes.

Sob o aspecto orçamentário, a análise tem como objetivo verificar a realização das receitas e despesas. A gestão financeira aborda a movimentação do exercício. Na gestão patrimonial o enfoque está voltado para a posição dos ativos e passivos e o comportamento da dívida pública estadual.

Cabe destacar que após o advento da Lei Complementar nº 101/00, as contas anuais relativas aos Órgãos da Administração Direta (Poderes e Órgão Autônomos e Fundos) e às entidades da Administração Indireta sujeitas à Lei do Orçamento (Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes) devem ser apresentados de forma consolidada, ou seja, considerando todos as receitas e despesas em seu conjunto.

1.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

1.1.1 Mecanismos de Planejamento Orçamentário e de Ações Públicas

As principais normas referentes à elaboração e execução do orçamento anual estão previstas na Constituição Federal (artigos 165 a 169), Constituição Estadual (Capítulo II, artigos 120 ao 124), pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 (artigos 22 a 46), e pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (artigos 5º a 10).

No Brasil, um dos mecanismos que integram o planejamento é o sistema orçamentário, com destaque para o Plano Plurianual — PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO e Lei do Orçamento Anual — LOA.

O *Plano Plurianual*, de acordo com o art. 165, § 1º, da Constituição Federal, consiste em lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas a programas de duração continuada. Trata-se de instrumento de planejamento de médio prazo.

A *Lei de Diretrizes Orçamentárias* tem por objetivo estabelecer parâmetros para a forma e conteúdo da lei orçamentária de cada exercício, indicando as prioridades a serem observadas em sua elaboração, as metas de gestão fiscal, disposições sobre alterações na legislação tributária. Seu conteúdo está definido no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e art. 4º da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

As leis básicas estaduais relacionadas ao planejamento, com repercussão sobre as Contas do exercício de 2004, são:

- Lei Estadual nº 12.871, de 16 de janeiro de 2004, que aprovou o Plano Plurianual — PPA para o quadriênio 2004/2007;
- Lei Estadual nº 12.640, de 21 de julho de 2003, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO para o exercício financeiro de 2004; e
- Lei Estadual nº 12.872, de janeiro de 2004, que aprovou o Orçamento do Estado — LOA para o exercício financeiro de 2004.

A *Lei Orçamentária Anual* — LOA obedece a princípios orçamentários, consubstanciados em regras impostas ao processo orçamentário, estabelecidos pela legislação vigente, destacando-se os seguintes:

- *Anualidade*: O orçamento deve ter vigência limitada a um exercício financeiro;
- *Universalidade*: Todas as receitas e todas as despesas devem constar da lei orçamentária pelos seus totais;
- *Exclusividade*: A lei orçamentária não poderá conter matéria estranha à fixação das despesas e à previsão das receitas;
- *Clareza*: O orçamento deve ser exposto de forma clara, ordenada e completa;
- *Unidade Orçamentária*: O orçamento estadual é único, compreendendo os Poderes do Estado, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

A *Lei Orçamentária Anual* — LOA, constitui peça única e compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas.

O *Orçamento Fiscal* se refere aos Poderes do Estado, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Pública (Autarquias e Fundações criadas e mantidas pelo Estado, e Empresas Estatais dependentes), contendo a especificação das receitas previstas e despesas autorizadas para o Estado.

O *Orçamento da Seguridade Social* abrange todos os Órgãos, Entidades e Fundos da Administração Pública a ela vinculados e compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social.

O *Orçamento de Investimentos das Empresas* compreende os investimentos pretendidos pelas empresas e sociedades de economia mista em que o Estado direta ou indiretamente detém a maioria do capital social com direito a voto, que poderão ser realizados com receitas próprias, com recursos de terceiros (operações de crédito) ou com recursos repassados pelo Estado contidos nos orçamentos fiscal e da seguridade social.

O Orçamento do Estado para o exercício financeiro de 2004, em conformidade com o prescrito no art. 120, § 4º, da Constituição do Estado, incluindo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, estimou as receitas e fixou as despesas R\$ 8.814.699.131,00, distribuídos entre o *Orçamento Fiscal* (R\$ 7.509.198.732,00) e *Orçamento da Seguridade Social* (R\$ 1.305.500.399,00). A tabela a seguir mostra a distribuição da Despesa Fixada entre os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social:

TABELA 1.1.1
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$		
ITEM	VALOR	%
ORÇAMENTO FISCAL	7.509.198.732,00	85,19
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1.305.500.399,00	14,81
ORÇAMENTO TOTAL	8.814.699.131,00	100,00

■ Fonte: Lei Estadual nº 12.872/2004 — LOA.

O *Orçamento de Investimentos* das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente detém a maioria do capital social com direito a voto, foi fixado no montante de R\$ 1.468.852.399,00. Desse total, a participação do Tesouro Estadual foi prevista em R\$ 3.205.000,00, para aumento do patrimônio líquido, em virtude da participação acionária do Estado, representando 0,22% do Orçamento Estadual.

A Lei do Orçamento para o exercício de 2004 (art. 6º, I), autorizou o Poder Executivo a abrir Créditos Suplementares em até um quarto das dotações orçamentárias, excluídos os créditos para atender despesas com pessoal ativo e inativo; encargos sociais; serviços da dívida e débitos constantes de precatórios judiciais; despesas programadas à conta de receitas vinculadas; despesas relativas a transferências constitucionais aos municípios; e despesas programadas à conta de receitas próprias de entidades da administração indireta, inclusive fundos. A tabela a seguir mostra as alterações orçamentárias do exercício:

TABELA 1.1.2
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$		
DISTRIBUIÇÃO	VALOR	% sobre Total Autorizado
(+) LOA nº 12.872/04	8.814.699.131,00	97,36
(+) Créditos suplementares	2.248.544.606,39	24,84
(+) Créditos especiais	2.220.000,00	0,02
(+) Créditos Extraordinários	0,00	0,00
Total das Suplementações	2.250.764.606,39	24,86
(-) Anulação de dotações	(2.011.759.847,66)	(22,22)
Resultado — Créditos adicionados ao orçamento	239.004.758,73	2,64
Total Autorizado	9.053.703.889,73	100,00
(-) Despesa empenhada	(7.671.102.404,62)	(84,73)
Saldo — Dotações não utilizadas	1.382.601.485,11	15,27

■ Fonte: Balanço Geral do Estado exercício de 2004 e atos autorizativos de suplementações.

O *Orçamento inicial*, para o exercício, contava com dotações no valor de R\$ 8.814.699.131,00 (oito bilhões oitocentos e quatorze milhões seiscentos e noventa e nove mil cento e trinta e um reais). Durante o exercício houve adição de dotações no valor de R\$ 239.004.758,73 (duzentos e trinta e nove milhões e

quatro mil setecentos e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos). Assim, os *créditos disponíveis (autorizados)* totalizaram R\$ 9.053.703.889,73 (nove bilhões cinqüenta e três milhões setecentos e três mil oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos).

Os *Créditos Suplementares* se destinam a reforço de dotações orçamentárias específicas. Os créditos suplementares que adicionam valor ao orçamento quando as fontes de recursos utilizadas são originárias de Operações de Crédito, Superávit Financeiro e o Excesso de Arrecadação. No entanto, quando os Créditos Suplementares utilizam a fonte de recursos de Anulação de Dotações, há apenas um remanejamento de recursos previstos para uma determinada despesa para suprir necessidades de outras despesas, no âmbito do próprio orçamento, não havendo aumento no total das dotações.

Pelos dados da tabela acima, verifica-se que as anulações de dotações realizadas, no total de R\$ 2.011.759.847,66, correspondente a 25,05% do Orçamento inicial e 22,22% do dos créditos autorizados, o que pode significar deficiência no planejamento de curto prazo.

A não utilização de todas os créditos autorizados decorre, fundamentalmente, da arrecadação inferior ao previsto.

As *movimentações orçamentárias* ocorridas em 2004, tendo por base os atos legais (Leis, Decretos, Portarias, Resoluções) publicados nos Diários Oficiais do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, em confronto com os dados registrados no Balanço Geral do Estado de 2004, demonstram que as modificações tiveram as seguintes origens:

TABELA 1.1.3
ORIGEM DOS RECURSOS
PARA ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Em R\$	
FONTES DE RECURSOS SUPLEMENTADOS	VALOR
Operações de crédito	6.585.000,00
Superávit financeiro	60.033.422,69
Excesso de arrecadação	172.386.336,04
Anulação de dotações	2.011.759.847,66

■ Fonte: Balanço Geral do Estado exercício de 2004 e atos autorizativos de suplementações.

Durante a execução do Orçamento de 2004 as alterações ocorreram por meio de Créditos Suplementares, no montante de R\$ 2.248.544.606,39, e Créditos Especiais no valor de R\$ 2.220.000,00. Não houve alteração por conta de Créditos Extraordinários.

Segundo informações prestadas pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 2004, foram realizadas *Descentralização de Créditos* no valor de R\$ 42.680.565,97. Este mecanismo, instituído pela Lei nº 12.931, de 13 de fevereiro de 2004, permite a transferência da execução de parcela do orçamento previsto para uma unidade para outra unidade orçamentária. Desse modo, por exemplo, um projeto de uma Secretaria Central pode ser executado por uma Secretaria Regional. Porém, isto não significa alteração no total de créditos autorizados. Não se trata de suplementação ou créditos especiais, mas simples remanejamento na execução, pois não implica em qualquer alteração na categoria de programação nem nos respectivos valores totais aprovados pela lei orçamentária anual.

A título de esclarecimento, em 2004, não foram evidenciados mecanismos de controles específicos e publicação resumida das Descentralizações de Créditos realizadas, conforme Decisão nº 332, de 15/03/2004, através do Processo nº PDI 04/00104148, deste Tribunal de Contas, cabendo à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a regularização da restrição no exercício de 2005.

As *despesas empenhadas* somaram R\$ 7.671.102.404,62 (sete bilhões seiscientos e setenta e um milhões cento e dois mil quatrocentos e quatro reais e sessenta e dois centavos), restando um *saldo orçamentário* não utilizado no valor de R\$ 1.382.601.485,11 (um bilhão e trezentos e oitenta e dois milhões seiscientos e um mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e onze centavos). Significa dizer que se houvesse receita suficiente o Estado poderia ter investido mais R\$ 1,38 bilhões em 2004.

1.1.2 Execução Orçamentária da Receita

O propósito desta parte do Parecer é evidenciar o comportamento das receitas previstas e arrecadadas pelo Estado e identificar os fenômenos econômico-financeiros que, direta ou indiretamente, afetaram as finanças do Estado, mediante de comparações com arrecadações realizadas em exercícios anteriores.

No entanto, cabe um esclarecimento preliminar para adequada compreensão das análises relativas às *Receitas Arrecadadas* e seus reflexos. Do Total das Receitas Brutas Arrecadadas pelo Estado em 2004, no valor de R\$ 8.251.144.135,68, foram realizadas *Deduções das Receitas Correntes* no valor de R\$ 675.622.185,40. Tal fato ocorreu porque, sob o ponto de vista da legislação vigente, os recursos transferidos à conta do FUNDEF são considerados recursos arrecadados que não pertencem ao arrecadador, pois não são aplicáveis em programas e ações governamentais sob a responsabilidade do ente arrecadador.

Esse procedimento foi incorporado às demonstrações contábeis pela Portaria nº 219, de 29 de abril de 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional — STN, que aprovou o Manual de Procedimentos da Receita Pública.

Cabe esclarecer, ainda, que as Deduções da Receita Corrente encontram-se evidenciadas no Balancete do Razão Analítico de dezembro de 2004 e no Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, na conta 2.06.01.09 (Deduções da Receitas Corrente), no valor total de R\$ 675.622.185,40, lançados a débito da referida conta contábil. Trata-se de mecanismo formador do FUNDEF, que destina para conta bancária específica percentual das Receitas do ICMS, de Transferências Correntes realizadas pelo Governo Federal e das relativas ao IPI Exportação e da Lei Complementar Federal nº 87/96 (Lei Kandir).

O mecanismo já existia em exercícios anteriores, mas em cada conta individualizada de receita. Assim, embora modificado o método para demonstrar a dedução, não foi afetado o comparativo com as receitas de exercícios anteriores.

A tabela a seguir sintetiza as deduções havidas na *Receita Orçamentária Bruta* realizada em 2004 para a formação do FUNDEF, a parcela pertencente aos Municípios e a receita pertencente ao Estado:

TABELA 1.1.4

DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA REMANESCENTE
NO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$	
(+) RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA ARRECADADA	8.251.144.135,68
(-) FUNDEF	(675.622.185,40)
= RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL ARRECADADA	7.575.521.950,28
(-) TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	(1.522.818.663,41)
ITBI	(75.989,17)
IPVA	(151.220.845,69)
ICMS	(1.293.830.272,13)
IPI — Exportação	(45.683.355,00)
CIDE	(10.870.116,47)
Outras Receitas	(21.038.104,95)
= RECEITA ORÇAMENTÁRIA REMANESCENTE	6.052.703.286,87

■ Fonte: Balanço Geral do Estado exercício de 2004 e atos autorizativos de suplementações.

Portanto, para fins das análises que serão apresentadas neste Parecer, considerar-se-á a *Receita Orçamentária Total Arrecadada* de R\$ 7.575.521.950,28.

A *receita orçamentária remanescente* para o Estado — após as deduções relativas ao Fundef e transferências legais aos municípios — resultou em R\$ 6.052.703.283,87. Esta é a receita que o Estado efetivamente dispôs em 2004 para atender os projetos e atividades previstos no Orçamento.

1.1.3 Receita

A tabela registra a participação média das Receitas Correntes e de Capital realizadas em relação à Receita Total ao longo dos últimos oito anos, em valores atualizados para dezembro de 2004:

TABELA 1.1.5
RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL ARRECADADAS
NO PERÍODO DE 1997 A 2004, EM VALORES CONSTANTES

Em R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS CORRENTES (A)				RECEITAS DE CAPITAL (B)				RECEITA TOTAL C = (A+B)		
	VALOR	BASE FIXA	% NO ANO	(A/C) %	VALOR	BASE FIXA	% NO ANO	(B/C) %	VALOR	BASE FIXA	% NO ANO
1997	5.107.228.183	100,00	-	83,67	999.709.856	100,00	0,00	16,33	6.106.938.039	100,00	0,00
1998	4.793.659.099	93,86	-8,14	96,62	167.845.796	16,82	-83,18	3,38	4.961.504.895	81,28	-18,72
1999	4.726.470.796	92,58	-1,36	91,30	450.718.630	45,22	168,85	8,70	5.179.189.426	84,98	4,39
2000	5.437.151.102	106,46	14,59	74,51	1.859.590.544	186,57	312,58	28,49	7.296.741.647	119,54	40,89
2001	6.069.826.278	118,85	11,64	97,64	134.314.515	13,48	-62,78	2,16	6.204.140.793	101,64	-14,97
2002	6.417.537.892	125,66	5,73	81,20	1.485.785.623	149,07	1008,20	18,80	7.903.323.515	129,48	27,39
2003	7.180.292.644	140,59	11,89	97,82	160.164.799	16,07	-89,22	2,18	7.340.457.403	120,26	-7,12
2004	7.426.176.246	145,41	3,42	98,03	149.345.705	14,98	-6,76	1,97	7.575.521.950	124,11	3,20
Média do período:											
1º Quadrante	5.016.626.785	98,23	-	85,24	868.663.749	87,15	-	14,76	5.885.290.534	96,42	-
2º Quadrante	6.773.458.295	132,82	35,02	93,35	482.402.951	48,40	-44,47	8,85	7.255.860.915	118,87	23,29
1997-2004	5.895.942.538	115,43	-12,97	99,72	675.533.208	67,78	40,04	10,28	6.570.675.730	107,64	-8,44

■ Fonte: Balanço Geral do Estado — 1997 a 2004.
Inflator utilizado: IGP-DI (médio).

A *Receita Orçamentária Total Arrecadada* em 2004 cresceu 24,11% em relação à arrecadação obtida em 1997, enquanto que em relação a 2003 cresceu 3,20% em valores constantes.

As três maiores arrecadações de *Receitas Correntes*, obtidas ao longo dos últimos oito anos foram realizadas nos últimos exercícios, sendo de R\$ 6,41 bilhões em 2002, R\$ 7,18 bilhões em 2003 e de R\$ 7,42 bilhões em 2004, demonstrando tendência de crescimento.

As *Receitas de Capital* arrecadadas foram mais significativas em 2000, alcançando o valor de R\$ 1,85 bilhão. E, em 2002 alcançaram R\$ 1,48 bilhão. Isso se deveu a circunstâncias específicas, como a alienação das ações do sistema BESC à União.

A média do período demonstra que as Receitas Correntes representam o valor de R\$ 5,89 bilhões, enquanto que as Receitas de Capital representam R\$ 675,53 milhões, significando que as receitas correntes correspondem (em média) a 90% dos restos totais.

1.1.3.1 Receitas por Fontes de Recursos e sua Evolução

A tabela a seguir apresenta a evolução das Receitas, por *Fonte de Recursos* (origem da receita), realizadas a partir do exercício de 2000, abrangendo todas as receitas arrecadadas pela Administração Direta e Indireta Estadual:

TABELA 1.1.6

RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS, EM VALORES CONSTANTES, REALIZADAS ENTRE 2000 A 2004

Em R\$

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%
	VALOR		VALOR		VALOR		VALOR		VALOR	
RECEITAS CORRENTES	5.733.316.995,74	100,00	6.069.826.277,96	100,00	6.417.537.891,94	100,00	7.180.292.647,31	100,00	7.426.176.245,65	98,03
Receita Tributária	4.000.494.859,65	69,78	4.282.829.816,18	70,56	4.341.395.999,31	67,65	4.962.203.228,19	69,39	5.222.648.439,62	68,94
Receitas de Contribuições	277.919.409,40	4,85	316.201.368,56	5,21	279.712.369,41	4,35	290.756.371,76	4,05	306.387.013,09	4,14
Receita Patrimonial	42.888.719,72	0,75	64.455.016,66	1,06	75.598.602,26	1,18	122.414.489,50	1,70	95.823.095,11	1,29
Receita Agropecuária	244.252,25	0,00	239.716,82	0,00	1.321.490,78	0,02	2.183.316,16	0,03	1.671.767,56	0,02
Receita Industrial	4.887.456,11	0,09	4.433.083,62	0,07	13.082.051,17	0,20	10.025.270,44	0,14	8.106.723,80	0,11
Receita de Serviços	75.947.098,30	1,32	64.895.298,71	1,07	83.311.554,74	1,29	92.907.502,62	1,29	89.342.394,53	1,18
Transferências Correntes	1.144.346.498,40	19,96	1.148.265.235,63	18,92	1.409.424.104,08	21,96	1.439.454.363,86	20,05	1.505.677.841,54	19,88
Outras Receitas Correntes	186.688.701,92	3,26	188.526.742,07	3,11	207.698.694,21	3,24	240.318.025,36	3,35	198.718.980,40	2,69
RECEITAS DE CAPITAL	1.960.873.357,72	34,20	134.314.515,43	2,21	1.465.785.623,39	23,15	160.164.758,58	2,23	149.345.704,63	1,97
Operações de Crédito	1.086.775.897,31	18,96	11.360.591,66	0,19	1.164.985.555,09	18,15	119.900.300,55	1,67	90.591.231,29	1,20
Alienação de Bens	778.559.969,60	13,58	1.354.124,78	0,02	220.303.854,58	3,43	741.857,23	0,01	1.421.359,51	0,02
Amort. de Empréstimos	22.079.075,81	0,39	21.818.724,40	0,36	20.416.176,43	0,32	23.738.065,23	0,33	22.640.749,86	0,30
Transferências de Capital	88.853.368,88	1,55	98.333.943,96	1,59	72.255.962,39	1,13	12.933.011,04	0,17	26.915.828,69	0,36
Outras Receitas de Capital	4.575.047,11	0,08	3.447.730,61	0,06	7.624.074,89	0,12	3.279.724,54	0,05	7.776.535,28	0,10
TOTAL	7.694.190.353,46	134,20	6.204.140.793,39	102,21	7.903.323.515,33	123,15	7.340.457.406,49	102,23	7.575.521.950,28	100,00

■ Fonte: Balancete Consolidado Geral de dezembro de 2000 a 2004. Nota: Exercício 2004 = Base 100.

Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

Nota: Valor da receita em 2004 com deduções relativas à remessa de recursos ao Fundef.

As *Receitas Correntes* arrecadadas em 2004 totalizaram R\$ 7.426.176.245,65, representando 98,03% da Receita Orçamentária Total Arrecadada no mesmo exercício.

As *Receitas de Capital* totalizaram R\$ 149.345.704,63, representando 1,97% da Receita Orçamentária Total Arrecadada no exercício.

A *Receita Tributária*, no valor de R\$ 5.222.648.439,62, representou 68,94% da Receita Orçamentária Total Arrecadada, e comparativamente com anos anteriores, em valores atualizados, constituiu a maior arrecadação tributária da série histórica.

Quanto às *Receitas de Transferências Correntes*, totalizaram R\$ 1.505.677.841,54, representando 19,88% da Receita Orçamentária Total Arrecadada em 2004, constituindo-se na maior arrecadação da série. As Receitas de Transferências Correntes arrecadadas entre 2000 e 2004 apresentaram crescimento de 31,58%.

As *Receitas de Transferências de Capital* totalizaram R\$ 26.915.828,69, equivalente a 0,36% da Receita Orçamentária Total Arrecadada em 2004.

1.1.3.2 Receitas Correntes

A *Lei Federal nº 4.320/64 (art. 11, § 1º)* define como *Receitas Correntes* o resultado do somatório das *Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, de Serviços, de Transferidas e Outras Receitas Correntes*. Neste sentido, as *Receitas Correntes Brutas Realizadas em 2004* totalizaram R\$ 8.101.798.431,05. Com a dedução para o FUNDEF, no valor de R\$ 675.622.185,40,

o total disponível foi de R\$ 7.426.176.245,65, valor que representa 98,19% da Receita Total Arrecadada em 2004. A tabela a seguir exibe o detalhamento das Receitas Correntes Realizadas em 2004, por fontes de recursos e deduções:

TABELA 1.1.7
RECEITAS CORRENTES REALIZADAS EM 2004,
E AS DEDUÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEF

Em R\$

RECEITAS CORRENTES	VALOR (a)	DEDUÇÕES FUNDEF (b)	TOTAL (a-b)
Receita Tributária	5.818.026.523,40	(595.378.083,78)	5.222.648.439,62
Receitas de Contribuições	336.387.013,09	0,00	336.387.013,09
Receita Patrimonial	95.623.095,11	0,00	95.623.095,11
Receita Agropecuária	1.671.767,56	0,00	1.671.767,56
Receita Industrial	8.106.723,80	0,00	8.106.723,80
Receita de Serviços	89.342.384,53	0,00	89.342.384,53
Transferências Correntes	1.585.921.943,16	(80.244.101,62)	1.505.677.841,54
Outras Receitas Correntes	166.718.980,40	0,00	166.718.980,40
TOTAL	8.101.798.431,05	(675.622.185,40)	7.426.176.245,65

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

O ICMS, maior parcela das receitas tributárias, arrecadadas em 2004 (99,10%) totalizou R\$ 5.175.747.310,33, dos quais deduzindo-se o valor de R\$ 595.378.083,78 para a formação do FUNDEF, restou um total de R\$ 4.580.369.226,55, distribuído da seguinte forma:

- 75% para o Estado = R\$ 3.286.438.954,42; e
- 25% para os Municípios = R\$ 1.293.930.272,13.

A participação percentual do ICMS total arrecadado em relação às Receitas Tributárias representa 88,96%, enquanto que em relação à Receita Orçamentária Total Arrecadada, representou 68,32%. As arrecadações do ICMS entre 1997 e 2004, em valores correntes e constantes, estão demonstradas na tabela a seguir:

TABELA 1.1.8
EVOLUÇÃO DO ICMS RECOLHIDO EM SANTA CATARINA
PERÍODO DE 1997 A 2004 — VALORES CONSTANTES

Em R\$

ANO	CORRENTE	CONSTANTE	VARIACÃO %	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO
1997	1.981.273.513,28	2.994.657.927,40	1,12	100,00
1998	1.962.927.901,00	2.935.034.766,55	(1,99)	98,01
1999	2.223.840.654,00	3.005.107.618,23	2,39	100,35
2000	2.703.529.140,00	3.482.439.726,59	15,88	116,29
2001	3.234.880.129,45	3.951.629.270,15	13,47	131,96
2002	3.798.879.313,84	4.280.448.532,87	8,32	142,94
2003	4.626.072.835,31	4.949.955.217,98	15,64	165,29
2004	5.175.747.310,33	5.175.747.310,33	4,56	172,83

■ Fonte: Balanço Consolidado do Estado de 1997 a 2004 e Arquivos do TCE/DCE.

Inflator utilizado: IGP-DI (médio).

Nota: A fim de que os resultados da análise histórica não apresentassem distorções em relação ao ICMS arrecadado em 2004, estes foram considerados pelo seu total, sem deduções.

A arrecadação de ICMS no período em 2004 foi 4,56% superior a 2003, apresentando crescimento de 48,62% nos últimos cinco anos (desde 2000) e 72,83% desde 1997, em valores constantes.

Determina a Lei Federal nº 4.320/1964, em seu art. 39, que os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não-tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. As importâncias referentes a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública lançados, mas não cobrados ou não recolhidos no exercício de origem, constituem *Dívida Ativa* a partir da data de sua inscrição.

Os créditos relativos a tributos lançados e não arrecadados são representados pela *Dívida Ativa Tributária*. Todos os demais créditos líquidos e certos da Fazenda Pública conglomeram a *Dívida Ativa Não Tributária*.

Em 2004, o Estado arrecadou o total de R\$ 22.072.700,96 decorrentes de créditos que se encontravam inscritos em Dívida Ativa, sendo R\$ 20.281.914,18 relativos à Dívida Ativa Tributária, dos quais que 95,14% se referiam a créditos de ICMS. A tabela a seguir discrimina esses dados:

TABELA 1.1.9
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA
ARRECADADA EM 2004

Em R\$			
ORIGEM	ESTADO	MUNICÍPIO	TOTAL
TRIBUTÁRIA	16.060.402,35	2.966.377,40	11.044.199,77
ITBI	245,41	112,86	225,73
IPVA	489.192,53	412.744,82	825.494,46
ICMS	15.564.249,53	2.553.519,72	10.214.105,79
ITCMD	6.714,88	0,00	4.373,79
Outras Multas e Juros/Outros Tributos	722.059,00	0,00	722.059,00
NÃO TRIBUTÁRIA	1.068.727,78	0,00	1.068.727,78
TOTAL	17.851.189,13	4.221.511,83	20.072.700,96

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

Nota: Existe diferença de R\$ 90.892,96 entre os valores lançados como receitas de Dívida Ativa, incluindo receitas de Multas e Juros de Mora de Dívida Ativa (R\$ 22.072.700,96) e o valor lançado na conta contábil Cobrança da Dívida Ativa — Variações Passivas (R\$ 21.981.808,28), situação pendente de verificação em procedimento de auditoria/inspeção.

As *Receitas de Transferências* representam recursos financeiros de outros entes de direito público ou privado, recebidos pelo Estado em virtude de cota de participação legal em determinado tributo ou simplesmente para atendimento de despesas correntes e de capital a título de auxílio.

É comum que a maior parcela advenha das transferências da União, quer em decorrência da repartição de tributos, determinada pela Constituição Federal (transferências obrigatórias), quer por transferência de recursos para atendimento das necessidades de saúde, educação, transporte e outras áreas de atuação estatal (transferências voluntárias).

A classificação dessa espécie de receita dá-se em duas subcategorias econômicas: Transferências Correntes e Transferências de Capital, que em 2004 totalizaram R\$ 1.612.837.771,85, em sua maior parte originárias da União, com a seguinte composição:

- ▀ Transferências Correntes = R\$ 1.585.921.943,16;
- ▀ Transferências de Capital = R\$ 26.915.828,69;

A tabela a seguir mostra a origem dos recursos financeiros recebidos a título de Transferências Correntes e de Capital, no exercício de 2004:

TABELA 1.1.10
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, LEGAIS E VOLUNTÁRIAS,
CORRENTES E DE CAPITAL

Em R\$

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL	PARCELA ESTADUAL	PARCELA MUNICIPAL	TOTAL POR FONTE
1) Constitucionais e Legais	1.487.302.969,93	56.553.471,47	993.553.038,85
Transferências Intergovernamentais	540.017.702,90	56.553.471,47	596.571.174,37
Cota-Parte FPE	306.332.211,53	0,00	306.332.211,53
Cota-Parte IPI Exportação	137.050.064,96	45.683.355,00	182.733.419,96
Cota-Parte CIDE	32.610.349,40	10.870.116,47	43.480.465,87
Cota-Parte — Salário Educação	64.025.077,01	0,00	64.025.077,01
Outras Transferências da União	149.742.475,36	0,00	149.742.475,36
Transferências Lei nº 87/96	91.578.405,00	0,00	91.578.405,00
Demais Transferências da União	58.164.070,36	0,00	58.164.070,36
Transferências Compensação Financeira	18.196.319,20	0,00	18.196.319,20
Cota-Parte — Utilização Recursos Hídricos	6.955.896,96	0,00	6.955.896,96
Cota-Parte — Utilização Recursos Minerais	1.664.607,06	0,00	1.664.607,06
Cota-Parte — Petróleo — FEP	951.978,14	0,00	951.978,14
Outras Compensações Financeiras	8.623.837,04	0,00	8.623.837,04
Transferências Recursos — SUS	229.043.069,92	0,00	229.043.069,92
Transferências Multigovernamentais	550.303.402,55	0,00	550.303.402,55
Transferências Recursos do Fundef	550.303.402,55	0,00	550.303.402,55
2) Voluntárias	68.981.330,45	0,00	68.981.330,45
Transferências de Convênios — Correntes	42.065.501,76	0,00	42.065.501,76
Transferências de Convênios — de Capital	26.915.828,69	0,00	26.915.828,69
SUBTOTAL	1.556.284.300,38	56.553.471,47	1.612.837.771,85
Deduções para o FUNDEF	(80.244.101,62)	0,00	0,00
TOTAL	1.476.040.198,76	56.553.471,47	1.532.593.670,23

■ Fonte: Prestação de Contas do Governo e Arquivos do TCE/DCE.

Nota: As deduções para a formação do FUNDEF incidem somente sobre as Transferências Correntes.

Do total recebido pelo Estado (R\$ 1.612.837.771,85), houve dedução de R\$ 80.244.101,62 para o FUNDEF e R\$ 56.553.471,47 relativo à participação dos Municípios, restando para o Estado o total de R\$ 1.476.040.198,76, somadas as Transferências Correntes e de Capital.

Dentre as receitas correntes está a receita proveniente de *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico — CIDE*, assunto disciplinado pela Constituição Federal — arts. 159 e 177, com redação dada pelas Emendas Constitucionais nºs 33/01 e 42/03, pelas Leis Federais nºs 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.636, de 30 de dezembro de 2002 e 10.866, de 04 de maio de 2004, e pela Portaria STN/MF nº 78, de 10 de fevereiro de 2004.

De acordo com o art. 3º, da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001, a CIDE tem como fatos geradores as operações de importação e de comercialização no mercado interno de gasolina e suas correntes; diesel e suas correntes; querosene de aviação e outros querosenes; óleos combustíveis; gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado de gás natural e de nafta e álcool etílico combustível. É considerada espécie de tributo, constante do art. 145, da CF, classificada como contribuição especial de intervenção sobre o domínio econômico (art. 4º, 'c', 'c.3.1', do CTN).

Com a vigência da Emenda Constitucional nº 44, de 30 de junho de 2004, a participação dos Estados sobre os recursos da CIDE é de 29%, dos quais, 25% são destinados aos municípios, conforme o art. 159, III, da Constituição Federal.¹

Segundo dados disponibilizados pela Coordenação Geral de Política Tributária da Secretaria da Receita Federal, foi arrecadada em 2004 a importância de R\$ 7.669.000.000,00. A repartição dos recursos da CIDE, em percentuais e valores, ficou assim distribuída:

- União: R\$ 5.444.990.000,00 (71%);
- Estados: R\$ 1.668.007.500,00 (21,75%);
- Municípios: R\$ 556.002.500,00 (7,25%).

A Lei Federal nº 10.336/01 dispõe que a União repassará os recursos da CIDE aos Estados e ao Distrito Federal, para serem aplicados obrigatoriamente no financiamento de programas de infra-estrutura de transporte. A tabela a seguir registra os percentuais destinados para cada Estado e Distrito Federal:

TABELA 1.1.11
PERCENTUAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL
EM RELAÇÃO À CIDE PARA O EXERCÍCIO DE 2004

				Em %	
ESTADO	%	ESTADO	%	ESTADO	%
Acre	0,74	Maranhão	3,00	Rio de Janeiro	5,53
Alagoas	1,60	Mato Grosso	2,76	Rio Grande do Norte	2,22
Amapá	0,57	Mato Grosso do Sul	2,72	Rio Grande do Sul	6,50
Amazonas	1,39	Minas Gerais	10,72	Rondônia	1,23
Bahia	6,39	Pará	2,85	Roraima	0,74
Ceará	3,55	Paraná	1,95	Santa Catarina	3,92
Distrito Federal	1,43	Paraná	7,23	São Paulo	17,47
Espírito Santo	2,13	Pernambuco	3,67	Sergipe	1,34
Goiás	4,69	Piauí	1,98	Tocantins	1,68
TOTAL					100,00

■ Fonte: Lei Federal nº 10.336/01.

¹ Art. 159 — (...)

III — do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% para os Estados e Distrito Federal, distribuídos na forma da Lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

Segundo dados obtidos junto à Secretaria de Estado da Fazenda e à Secretaria do Tesouro Nacional, em 2004 a União repassou a Santa Catarina o valor total de R\$ 43.480.465,87, conforme tabela a seguir:

TABELA 1.1.12
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DA CIDE
ARRECADADA PELO ESTADO EM 2004

MÊS DO RECEBIMENTO	TOTAL ARRECADADO	PARCELA ESTADUAL (21,75%)	PARCELA MUNICIPAL (7,25%)
Abril	15.842.782,07	11.882.086,55	3.960.695,52
Julho	10.376.286,61	7.782.214,96	2.594.071,65
Outubro	17.261.397,19	12.946.047,89	4.315.349,3
Total	43.480.465,87	32.610.349,40	10.870.116,47

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004 e STN.

Cabe salientar, que a parcela destinada aos municípios, no valor R\$ 10.870.116,47, não está demonstrada no Balancete do Razão Analítico de dezembro de 2004, contrariando o disposto no art. 83, da Lei nº 4.320/64. Também, não foi respeitado o disposto no art. 1º B, da Lei nº 10.336/01, acrescido pela Lei nº 10.866/04, onde estabelece que “do montante dos recursos que cabe a cada Estado, com base no *caput* do art. 1º A, desta Lei, 25% serão destinados aos seus municípios para serem aplicados no financiamento de programas de infra-estrutura de transportes”.

Considerando que a parte dos Estados na arrecadação da CIDE foi de R\$ 1.668.007.500,00, o Estado de Santa Catarina deveria ter recebido a importância de R\$ 65.385.894,00, conforme percentual de 3,92% definido com base na Lei nº 10.336/01. Entretanto, em 2004, os valores repassados pelo governo federal totalizaram o montante de R\$ 43.480.465,87, representando 66,50% do valor que caberia ao Estado. Há crédito de R\$ 21,90 milhões.

A legislação federal definiu que os recursos da CIDE devem ser aplicados para financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. Este Tribunal provocado por consulta formulada pelo DEINFRA, assim se manifestou através da Decisão nº 3.056, de 06/10/04, exarada nos autos do Processo CON 04/04891675:

6.2.1 — Enquanto não se estabeleça, com precisão, via legislação ou entendimento reiterado dos Tribunais de Contas, o detalhamento das despesas elegíveis para aplicação da parcela recebida pelos entes federados, conforme critérios estabelecidos pela Lei 10.866/04, dos recursos da CIDE, instituída pela Lei 10.336/01, entende-se que abrangem todas aquelas diretamente relacionadas aos programas de transportes, incluindo obras de infra-estrutura rodoviárias, ferroviárias, hidroviárias, aéreas e outros meios de transporte, abrangendo despesas com contratação empresas especializadas em

supervisão e fiscalização das obras realizadas e outros serviços complementares imprescindíveis à sua disposição à comunidade...

Dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Infra-Estrutura, em resposta à solicitação informações deste TCE sobre as receitas e despesas realizadas pela Secretaria da Infra-Estrutura e DEINFRA, mostram o recebimento de R\$ 33.396.032,00.

No entanto, o quadro abaixo mostra que há divergência nos números referentes aos repasses de recursos da CIDE efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Estado de Santa Catarina, pois ao se confrontar as informações do Balanço Financeiro do Estado com os dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Infra-Estrutura verificou-se a diferença de R\$ 785.683,00:

FONTE DE INFORMAÇÃO	VALOR EM R\$
Secretaria do Tesouro Nacional — STN e Balanço Financeiro do Estado	32.610.349,40
Secretaria de Estado da Infra-Estrutura	33.396.032,00
DIFERENÇA	785.683,00

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004 e STN

A diferença encontrada está pendente de verificação em auditoria/inspeção pelo Tribunal de Contas.

1.1.3.2.1 Receita Líquida Disponível — RLD

Segundo o art. 28 da Lei Estadual nº 12.640, de 21 de julho de 2003 (LDO para 2004), considera-se como *Receita Líquida Disponível — RLD* o total das receitas correntes, deduzidos os valores das receitas provenientes de convênios, ajustes e acordos administrativos, de taxas, que, por legislação específica, se vinculem a determinados órgãos ou entidade, de transferências voluntárias ou doações recebidas, cota-parte do Salário-Educação e as parcelas a serem entregues aos municípios por determinação constitucional. A Receita Líquida Disponível é utilizada para cálculo das transferências de recursos financeiros aos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Fundação UDESC.

A Receita Líquida Disponível — RLD realizada de janeiro a dezembro de 2004, totalizou R\$ 4.853.170.409,74. Contudo, segundo a LDO (art. 27, V, § 2º), para fins de apuração da RLD, será sempre levada em conta a RLD do mês imediatamente anterior àquele do repasse. Assim, o montante a ser considerado para fins de repasse aos Poderes e Órgãos com autonomia financeira e à UDESC é de R\$ 4.810.351.334,43, que representa os valores mensais da RLD contabilizadas de dezembro de 2003 a novembro de 2004.

A tabela a seguir exibe os recursos financeiros repassados ao Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público e Udesc, por conta da participação na Receita Líquida Disponível, em 2004:

TABELA 1.1.13

REPASSE A PODERES E ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS
DO ESTADO COM AUTONOMIA FINANCEIRA E UDESC
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$				
PODER ÓRGÃO/ENTIDADE	% LEGAL	VALOR A REPASSAR	VALOR REPASSADO	DIFERENÇA
Assembleia Legislativa	3,60	173.172.648,04	173.172.649,97	1,93
Tribunal de Contas	1,20	57.724.216,01	57.724.216,67	0,66
Tribunal de Justiça	6,75	324.698.715,07	325.348.718,68	650.003,61
Ministério Público	2,80	134.689.837,36	137.439.838,86	2.750.001,50
UDESC	1,95	93.801.851,02	93.801.852,08	1,06
TOTAL	16,30	784.087.267,51	787.487.276,26	3.400.008,75

■ Fonte: Balanço Geral Consolidado de 2004 e TCE/DPI.

Os Poderes e Órgãos constitucionais com autonomia financeira e a Udesc, receberam repasses financeiros por conta da participação sobre a Receita Líquida Disponível, no montante de R\$ 787.487.276,26, representando 16,37% da RLD. Representa 9,69% da Receita Orçamentária Total arrecadada pelo Estado.

Nota-se que o Tribunal de Justiça e o Ministério Público Estadual receberam valores acima do previsto pela LDO, em R\$ 650.003,61 e R\$ 2.750.001,50, respectivamente.

O Poder Executivo transferiu, em sua totalidade, os valores devidos à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas do Estado, à UDESC, ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público.

O Poder Executivo teve à sua disposição, excluindo-se os valores repassados à Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e à Fundação UDESC, R\$ 4.022.864.058,17, ou seja, 84% da RLD arrecadada no exercício.

Na tabela seguinte estão discriminados os recursos financeiros disponibilizados ao Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público, conforme a participação na RLD (excluída a UDESC), rendas de aplicações financeiras, convocações extraordinárias, restituições, auxílio, e indenizações, conforme o caso:

TABELA 1.1.14

COTAS DE DESPESAS RECEBIDAS PELA ALESC, TCE, TJ E MPE,
NO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$					
ESPÉCIES DE REPASSES	ALESC	TCE	TJ	MPE	TOTAL
Receita Líquida Disponível	173.172.649,97	57.724.216,67	325.348.718,68	137.439.838,86	693.685.424,18
Rendas de Aplicações Financeiras	1.192.153,76	1.611.523,88	29.283.682,60	569.770,41	32.657.130,65
Convocação Extraordinária	936.855,00	0,00	0,00	0,00	936.855,00
Restituições	56.679,86	0,00	0,00	289.882,92	346.562,78
Serventuários da Justiça	0,00	0,00	18.949.380,25	0,00	18.949.380,25
Auxílio Funeral	0,00	0,00	29.315,29	0,00	29.315,29
Restituição Folha de Pagamento	0,00	0,00	0,00	21.706,63	21.706,63
TOTAL	175.358.338,59	59.335.740,55	373.611.096,82	138.321.198,82	746.626.374,78

■ Fonte: Balanço Geral Consolidado de 2004 e TCE/DPI.

Nota: 1 No item Rendas de Aplicações Financeiras recebidas pelo TJ, encontra-se somadas as relativas à Conta única do TJ.

Nota: 2 Foi encontrada diferença de R\$ 7.019,13 na s Rendas de Aplicações Financeiras recebidas pela ALESC no confronto entre Balanço Financeiro e Balanço do Razão.

Em 2004 foi repassado aos Poderes e Órgãos Autônomos (Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas e Ministério Público), o total de R\$ 746.626.374,78. Este valor representa 15,52% da Receita Líquida Disponível — RLD. Em relação à Receita Corrente Líquida — RCL, corresponde a 13,17% e 9,86% em relação à receita total do Estado.

1.1.3.2.2 Receita Corrente Líquida — RCL

De acordo com o conceito estabelecido pelo art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar Federal nº 101/00, a *Receita Corrente Líquida* é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.

Nos valores computados incluem-se as receitas originárias da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais dependentes. Conforme o disposto no art. 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/00, e com base na Portaria nº 589/01, da Secretaria do Tesouro Nacional, são consideradas empresas estatais dependentes a CIDASC, COHAB, EPAGRI e SANTUR. Assim, no exercício de 2004, a Receita Corrente Líquida totalizou R\$ 5.669.193.718,27, conforme indicado na tabela a seguir:

TABELA 1.1.15
COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
EXERCÍCIO DE 2004

		Em R\$ 1.000
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	
RECEITAS CORRENTES (I)	8.101.798	
Receita Tributária	5.818.027	
Receitas de Contribuições	336.387	
Receitas Patrimoniais	95.623	
Receitas Agropecuárias	1.672	
Receitas Industriais	8.107	
Receitas de Serviços	89.342	
Transferências Correntes	1.585.922	
Outras Receitas Correntes	166.719	
DEDUÇÕES (II)	2.432.605	
Transferências Constitucionais e Legais	1.522.819	
Contribuições Plano Seguridade Social do Servidor	225.540	
Servidor	151.726	
Patronal	73.814	
Contribuições p/ Custeio Pensões Militares	-	
Compensação Financiamento entre Regimes Previdenciários	8.624	
Dedução da Receita p/ Formação do FUNDEF	675.622	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I — II)	5.669.194	

■ Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária — 6º bimestre/2004 publicado pelo Poder Executivo.

A *Receita Corrente Líquida* é parâmetro para verificação dos limites de despesas com pessoal e endividamento. Por isso, constitui uma das principais definições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.1.3.3 Receitas de Capital

Nas *Receitas de Capital* estão compreendidas as fontes de receitas relativas às Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital, conforme estabelecido na Lei Federal nº 4.320/64 (art. 11, § 4º), explicitadas na tabela abaixo:

TABELA 1.1.16
COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL
PREVISTA E REALIZADA EM 2004

				Em R\$
FONTE DE RECEITA	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	% REALIZADO	
Operações De Crédito	222.444.699,00	90.591.231,29	40,73	
Internas	20.595.000,00	6.905.900,00	33,53	
Externas	201.849.699,00	83.685.331,29	41,46	
Alienações de Bens	1.545.000,00	1.421.359,51	92,00	
Móveis	1.495.000,00	1.286.359,51	86,04	
Imóveis	0,00	135.000,00	-	
Amortizações de Empréstimos	41.860.242,00	22.640.749,86	54,09	
Transferências de Capital	591.435.618,00	26.915.828,69	4,55	
Outras Receitas de Capital	17.251.000,00	7.776.535,28	45,08	
TOTAL	874.536.559,00	149.345.704,63	236,44	

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

Considerando-se a arrecadação consolidada realizada em 2004, que inclui a Administração Direta e Indireta, as Receitas de Capital totalizaram R\$ 149.345.704,63, representando 17,08% em relação ao total previsto de R\$

874.536.559,00. Também representava 1,97% da receita de capital total arrecadada no exercício.

Dentre as expectativas de receitas não realizadas, as mais significativas referiam-se a Transferências de Convênio da União e suas Entidades, no valor de R\$ 591.435.618,00, e Outras Operações de Crédito Externa Relativas a Programação de Governo, no valor de R\$ 201.849.669,00.

1.1.3.3.1 — Operações de Crédito

Segundo a Lei Orçamentária Anual — LOA, as *Operações de Crédito Internas e Externas* previstas para 2004 totalizavam R\$ 222.444.699,00. No decorrer do exercício foram realizadas Operações de Crédito no total de R\$ 90.591.231,29, representando 40,73% do total previsto e 1,20% da Receita Orçamentária total arrecadada. Os ingressos de recursos a título de Operações de Crédito tiveram as seguintes origens:

TABELA 1.1.17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS REALIZADAS
NO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$	
FONTE DE RECURSOS	REALIZADO
Operações de Crédito Internas	6.905.900,00
CEF — PNAF	6.905.900,00
Operações de Crédito Externas	83.685.331,29
BID — Rodoviário	81.627.049,97
BIRD — Microbacias	2.058.281,32
TOTAL	90.591.231,29

■ Fonte: Balanço Consolidado da Administração Estadual de 2004.

O art. 7º, da Resolução nº 43/01 do Senado Federal, estabelece que o montante global das Operações de Créditos realizadas em um exercício não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da Receita Corrente Líquida — RCL. Considerando que a Receita Corrente Líquida realizada em 2004 totalizou R\$ 5.669.193.718,27, constata-se que as Operações de Crédito realizadas em 2004 representaram 1,60%.

1.1.3.3.2 Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital

A Constituição Federal (art. 167, inciso III), a Constituição Estadual (art. 123, inciso IV) e a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal (art. 6º, § 1º), dispõem que as Operações de Crédito não podem ser superiores às Despesas de Capital.

Em 2004, verificou-se que as Operações de Crédito totalizaram R\$ 90.591.231,29, enquanto as Despesas de Capital totalizaram R\$ 948.295.943,01, cumprindo as normas legais, uma vez que as Operações de Crédito representaram 9,55% das Despesas de Capital.

1.1.3.3.3 Destinação da Receita de Alienação de Bens e Direitos

Foram estimadas, para o exercício de 2004, Receitas de Alienação de Bens e Direitos no valor de R\$ 1.545.000,00. Houve realização de R\$ 1.421.359,51.

Segundo o Relatório Resumido da Execução Orçamentária — Anexo XIV, da Portaria nº 441/03 da STN — relativo ao 6º bimestre de 2004, restou um saldo de Receitas de Alienação de Ativos não aplicado no exercício de 2004, no valor de R\$ 135 mil. Somando-se ao saldo não aplicado em 2003, no valor de R\$ 161 mil, o saldo em 31.12.2004 era de R\$ 296 mil.

A Lei Complementar Federal nº 101/00, em seu art. 44, dispõe que é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Cabe salientar que no Processo nº LRF 05/00514402, referente à Verificação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal do 3º quadrimestre de 2004, em tramitação no Tribunal de Contas, o relatório técnico aponta que o Estado não demonstrou corretamente a aplicação dos recursos relativos às Receitas de Alienação de Bens e Direitos, a exemplo do ocorrido no exercício de 2003.

1.1.3.4 Receita Efetiva

A *Receita Efetiva* constitui uma das diversas estruturas de receitas utilizadas na Administração Pública para fins de acompanhamento e gerenciamento da execução orçamentária. Consiste na Receita Orçamentária Arrecadada no exercício financeiro para a qual não concorreu um aumento no passivo ou uma diminuição no ativo, contribuindo para o aumento efetivo do patrimônio. Também pode ser definida como sendo a Receita Total deduzida as Mutações Patrimoniais da Receita.

Nestes termos, considerando que a Receita Arrecadada em 2004 totalizou R\$ 7.575.521.950,28 e que as Mutações Patrimoniais da Receita totalizaram R\$ 239.911.333,02, as Receitas Efetivas foram de R\$ 7.335.610.617,26.

1.1.4 Despesa

A Despesa Pública tem sua regulamentação principal na Lei Federal nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. No seu art. 12 estabelece a classificação da despesa orçamentária, distinguindo-as entre correntes e de capital.

A Portaria Interministerial nº 163/2001, que trata das normas gerais de consolidação das Contas Públicas Nacionais, também dispõe sobre a classificação da despesa segundo a sua natureza, distinguindo-as por Categoria Econômica, Grupo de Natureza e Elemento de Despesa.

1.1.4.1 Despesas por Categoria Econômica

A tabela a seguir apresenta a evolução da *Despesa Orçamentária*, por categoria econômica (correntes e de capital), realizada entre os exercícios de 1997 a 2004:

TABELA 1.1.18
EVOLUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA
REALIZADAS NOS EXERCÍCIOS DE 1997 A 2004

Em R\$							
ANO	DESPESAS CORRENTES (A)	% A/C	DESPESAS DE CAPITAL (B)	% B/C	DESPESA TOTAL	BASE 1997	BASE S/ ANO ANTERIOR
1997	4.769.066.552	75,99	1.506.613.229	24,01	6.275.679.781	100,00	(0,61)
1998	4.705.553.707	89,00	581.769.147	11,00	5.287.322.854	-15,75	(15,75)
1999	4.394.571.007	85,54	743.002.915	14,46	5.137.573.922	-18,14	(2,83)
2000	4.928.573.615	68,34	2.283.656.014	31,66	7.212.229.629	14,92	40,38
2001	5.430.500.259	89,63	628.033.151	10,37	6.058.533.410	-3,46	(16,00)
2002	6.035.201.294	74,49	2.067.194.529	25,51	8.102.395.823	29,11	33,74
2003	6.712.093.746	88,80	846.330.670	11,20	7.558.424.415	20,44	(6,71)
2004	6.893.627.492	89,86	777.474.913	10,14	7.671.102.405	22,24	1,49
Média:							
1º Quadrênio	4.699.441.220	78,61	1.278.760.326	21,39	5.978.201.547	-4,74	
2º Quadrênio	6.267.855.698	85,30	1.079.758.316	14,70	7.347.614.014	17,08	22,91
1997/2004	5.483.648.459	82,30	1.179.259.321	17,70	6.662.907.780	6,17	

■ Fonte: Balanete Geral Consolidado dos exercícios de 2000 a 2004 e Parecer das Contas do Governo do Estado dos exercícios de 1997 a 1999.

Nota: Inflator utilizado: IGP-DI (médio).

A *Despesa Orçamentária Realizada* em 2004 totalizou R\$ 7.671.102.404,62.

Pelos registros, considerando o período dos últimos oito anos (1997 a 2004), independente das oscilações ocorridas, nota-se aumento de 22,24% em relação ao exercício de 1997, em valores constantes. Em relação ao exercício anterior, o total da Despesa Orçamentária Realizada em 2004 representa um aumento de 1,49%, em valores atualizados.

A disparidade nos totais das despesas de 2000 e 2002 em relação aos demais exercícios se deve, em grande parte, às despesas de capital. Não resultaram de Investimentos, mas das Inversões Financeiras para aumento de capital de empresas e Transferências de Capital para amortização da dívida interna.

Outro aspecto importante a ser destacado diz respeito à composição do total da Despesa Orçamentária quanto às categorias econômica, ou seja, Despesas Correntes e as Despesas de Capital. Com exceção dos exercícios de 1997, 2000 e 2002 — nos quais as Despesas de Capital apresentam valores acima dos demais — as Despesas Correntes constituem a maior parcela da Despesa Orçamentária, mantendo um percentual sempre próximo a 90% do total da despesa.

1.1.4.2 Despesa por Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa no Exercício de 2004

As *Despesas Correntes* são aquelas destinadas ao custeio, enquanto as Despesas de Capital, são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital (investimentos e participações no capital de empresas).

A tabela a seguir apresenta as despesas fixada, autorizada e executada, referentes ao exercício de 2004:

TABELA 1.1.19

DESPESAS FIXADA, AUTORIZADA E REALIZADA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA
EXERCÍCIO DE 2004

CATEGORIA ECONÔMICA/ GRUPOS DE NATUREZA	Em R\$								
	FIXADA (A)	%	AUTORIZADA (B)	%	REALIZADA (C)	%	% (B/A)	% (C/B)	% (C/A)
Despesas Correntes	6.924.144.904,00	78,55	7.327.933.033,79	80,94	6.893.627.491,69	89,86	5,83	94,07	99,56
Pessoal e Encargos	2.960.633.698,00	33,59	3.449.090.673,27	38,10	3.367.933.993,67	43,90	16,50	97,65	113,76
Juros e Enc. da Dívida	393.501.000,00	4,46	466.562.400,00	5,15	466.375.539,20	6,08	18,57	99,96	118,52
Outras Desp. Correntes	35.710.310.206,00	40,50	3.412.279.960,52	37,69	3.059.317.958,82	39,88	(4,42)	89,66	85,69
Despesas de Capital	1.889.554.227,00	21,44	1.725.770.855,94	19,06	777.474.912,93	10,14	(8,67)	45,05	41,15
Investimentos	1.534.697.043,00	17,41	1.399.187.685,52	15,45	501.538.301,74	6,54	(8,83)	35,84	32,68
Inversões Financeiras	104.856.684,00	1,19	84.777.984,40	0,94	34.242.627,43	0,45	(19,15)	40,39	32,66
Amortização da Dívida	250.000.500,00	2,84	241.805.186,02	2,67	241.693.983,76	3,15	(3,28)	99,95	96,68
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	(100,00)	0,00	0,00
TOTAL	8.814.699.131,00	100	9.053.703.889,73	100	7.671.102.404,62	100	104,44	84,73	87,03

■ Fonte: Lei Estadual nº 12.872/2004/2004 (Lei Orçamentária Anual) e Balanete Consolidado Geral de 2004.

A *Despesa Orçada* para o exercício de 2004 foi de R\$ 8.814.699.131,00, sendo R\$ 6.924.144.904,00 — equivalentes a 78,55% — como previsão para Despesas Correntes e R\$ 1.889.554.227,00 para Despesas de Capital.

As alterações orçamentárias efetuadas durante o exercício de 2004 resultaram em aumento de R\$ 239.004.758,73 nas dotações iniciais, correspondente a 2,71%. Em relação às categorias econômicas, tais alterações resultaram em aumento de 5,83% nas Despesas Correntes e diminuição de 8,67% nas Despesas de Capital inicialmente fixadas.

Nos *Grupos de Natureza de Despesa*, as alterações aumentaram as despesas com Pessoal e Encargos Sociais e com Juros e Encargos da Dívida em 16,50% e 18,57%, respectivamente. As despesas inicialmente fixadas para Investimentos foram reduzidas em 8,83%, e as Inversões Financeiras foram reduzidas em 19,15%. As outras Despesas Correntes e a Amortização da Dívida também tiveram suas dotações reduzidas, em 4,42% e 3,28%, respectivamente.

A *Despesa Orçamentária Realizada* atingiu R\$ 7.671.102.404,62. As Despesas Correntes totalizaram R\$ 6.893.627.491,69, representando 89,86% do total da Despesa Orçamentária Realizada. As *Despesas de Capital* atingiram R\$ 777.474.912,93, equivalentes a 10,14% da despesa total do Estado, consolidada.

Considerando as categorias econômicas, constata-se que na categoria Despesas Correntes foi executado 94,07% da previsão (despesa autorizada), enquanto que as Despesas de Capital a execução foi de 45,05% da despesa autorizada.

Em relação aos Grupos de Natureza de Despesa, as despesas ficaram concentradas em *Pessoal e Encargos sociais* (despesas correntes), equivalentes a 43,90% das despesas correntes. *Outras Despesas Correntes* corresponderam a 39,88% da Despesa Orçamentária Realizada.

Os *Investimentos* (Despesa de Capital) atingiram R\$ 501.538.301,74, representando 6,54% da Despesa Total Realizada no exercício.

Os *Juros e Encargos da Dívida* (R\$ 466.375.539,20) correspondem a 6,08% da despesa corrente. As *Amortizações da Dívida* (R\$ 241.693.983,76) representaram 31,09% da despesa de capital. Totalizaram R\$ 708.069.522,96, que constitui o chamado *Serviço da Dívida*, e representou 9,23% da despesa total, valor 41,18% superior aos gastos em Investimentos (R\$ 501.538.301,74).

Cabe ressaltar que a discrepância entre as Despesas Correntes, as Despesas de Capital, especialmente Investimento e Inversões Financeiras, decorre da circunstância de que estas são dependentes, em grande parte, de recursos oriundos de Convênios, Transferências Voluntárias, Operações de Crédito, caracterizados pelo maior grau de incerteza. Isto explica, em parte, os baixos percentuais na relação entre Despesa Realizada/Despesa Autorizada ou Despesa Fixada.

A Despesa Orçamentária, discriminada por Categoria Econômica e Grupos de Natureza, realizada no período entre 2002 e 2004, em valores constantes, encontram-se na tabela a seguir:

TABELA 1.1.20

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE
DESPESA REALIZADAS NOS EXERCÍCIOS DE 2002 A 2004

Em R\$

DESPESA	2002 (A)	%	2003 (B)	%	2004 (C)	%	% (B/A)	% (C/B)	% (C/A)
Despesas Correntes	6.035.201.294,30	74,49	6.712.093.745,49	88,80	6.893.627.491,69	89,86	11,22	2,70	14,22
Pessoal e Encargos	2.994.684.141,43	36,96	3.272.459.473,34	43,30	3.387.933.993,67	43,90	9,28	2,92	12,46
Juros e Enc. da Dívida	320.695.718,39	3,96	432.568.320,04	5,72	466.375.539,20	6,08	34,88	7,82	45,43
Outras Despesas Correntes	2.719.821.434,49	33,57	3.007.065.952,11	39,78	3.059.317.958,82	39,88	10,56	1,74	12,48
Despesas de Capital	2.067.194.529,16	25,51	846.330.669,73	11,20	777.474.912,93	10,14	(59,06)	(8,14)	(62,39)
Investimentos	511.947.983,17	6,32	547.527.553,22	7,24	501.538.301,74	6,54	6,95	(8,40)	(2,03)
Inversões Financeiras	1.126.930.843,17	13,91	54.698.560,16	0,72	34.242.627,43	0,45	(95,15)	(37,40)	(96,96)
Amortização da Dívida	428.315.702,82	5,29	244.104.556,34	3,23	241.893.983,76	3,15	(43,01)	(0,99)	(43,57)
Reserva Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.102.395.823,46	100,00	7.558.424.415,22	100,00	7.671.102.404,62	100,00	(6,71)	1,49	(5,32)

■ FONTE: Balanete Consolidado Geral dos exercícios de 2000 a 2004.
Inflator utilizado: IGP-DI (médio).

Os dados mostram que as Despesas Correntes (Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes) vem aumentando a participação no total da despesa, enquanto que as Inversões Financeiras e a Amortização da Dívida diminuiram seu percentual.

Na relação entre os Juros e Encargos da Dívida e a despesa total de cada ano do triênio 2002-2004, nota-se, em termos percentuais, que houve o aumento de 3,96% em 2002 para 6,08% em 2004, na participação dos juros e Encargos da Dívida no total da Despesa Orçamentária Realizada.

No caso da Amortização da Dívida, os gastos em 2004 representam redução de 43,57% em relação ao ano de 2002, e de 0,99% em relação à 2003. Tal redução, se analisada em conjunto com o aumento das despesas com Juros e Encargos da Dívida, permite concluir que, muito embora os gastos com o Serviço da Dívida venham aumentando constantemente, o Estado vem pagando cada vez mais juros e encargos, e diminuindo a amortização destes valores. Diante deste contexto, vislumbra-se uma situação de dificuldades para a quitação de seu Passivo Permanente.

A tabela seguinte mostra a execução orçamentária do Estado, por elemento de despesa do Plano de Contas, relativa ao exercício de 2004:

TABELA 1.1.21

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO – POR ELEMENTO DE DESPESA — EXERCÍCIO DE 2004

R\$ 1.000

ELEMENTOS DE DESPESA	TOTAL GERAL DO ESTADO (A)	% EXECUTADA/ TOTAL DESPESA (B/A)
DESPESAS CORRENTES	6.893.627	89,86%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.367.934	43,90%
Aplicações Diretas	3.367.934	43,90%
Aposentadorias e reformas	937.863	12,23%
Pensões	267.064	3,48%
Contratação por tempo determinado	97.507	1,27%
Contribuições a entidades fechadas de previdência	4.611	0,06%
Salário-família	357	0,00%
Vencimentos e vantagens fixas — pessoal civil (ativo)	1.425.688	18,59%
Vencimentos e vantagens fixas — pessoal militar (ativo)	324.146	4,23%
Obrigações patronais	200.209	2,61%
Outras despesas variáveis — pessoal civil	20.586	0,27%
Outras despesas pessoal — terceiros	962	0,01%
Outras Despesas Variáveis — Pessoal Militar	2.423	0,03%
Sentenças judiciais	23.073	0,30%
Despesas exercícios anteriores	56.415	0,74%
Indenizações e restituições trabalhistas	1.273	0,02%
Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado	5.736	0,07%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	466.375	6,08%
Aplicações diretas pelo Estado	466.375	6,08%
Juros dívidas por contrato	462.190	6,03%
Outros encargos s/ dívidas por contrato	4.185	0,05%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.059.318	39,88%
Transferência à União	789	0,01%
Contribuições	789	0,01%
Indenizações e restituições	0	0,00%
Transferência aos estados e ao DF	45	0,00%
Diárias — civil	0	0,00%
Material de consumo	0	0,00%
Subvenções sociais	45	0,00%
Transferências a municípios	1.582.591	20,63%
Contribuições	31.093	0,41%
Distribuição de receita	1.546.243	20,16%
Despesas de exercícios anteriores	5.174	0,07%
Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	114.580	1,49%
Outros serviços de terceiros — pessoa jurídica	2.862	0,04%
Contribuições	46.059	0,60%
Subvenções sociais	65.480	0,85%
Transferências instituições privadas c/ fins lucrativos	100	0,00%
Contribuições	100	0,00%
Aplicações diretas pelo Estado	1.361.013	17,74%
Contrato tempo determinado	1.103	0,01%
Outros benefícios previdenciários	44.284	0,58%
Outros benefícios assistenciais	4.271	0,06%
Diária-civil	30.070	0,39%
Diária-militar	13.223	0,17%
Auxílios financeiros a estudantes	21.931	0,29%
Material de consumo	321.232	4,19%
Premiações culturais/científicas/ desportivas	387	0,01%
Material distribuição gratuita	579	0,01%
Passagens e despesas c/ locomoção	9.204	0,12%
Serviços de consultoria	7.924	0,10%
Outros serviços de terceiros — pessoa física	58.800	0,77%
Locação mão-de-obra	102.704	1,34%
Outros serviços de terceiros — pessoa jurídica	543.785	7,09%
Auxílio-alimentação	138.533	1,81%
Obrigações tributárias e contribuições	26.471	0,35%
Outros auxílios financeiros — pessoa física	511	0,01%
Auxílio-transporte	1.678	0,02%
Sentenças judiciais (precatórios)	6.919	0,09%
Despesas de exercícios anteriores	14.867	0,19%
Indenizações e restituições	12.537	0,16%
DESPESAS DE CAPITAL	777.475	10,14%
INVESTIMENTOS	501.538	6,54%
Transferências à união	1.210	0,02%
Auxílios	78	0,00%
Indenizações e restituições	1132	0,01%
Transferência à municípios	53.845	0,70%
Contribuições	85	0,00%

continua

continuação

ELEMENTOS DE DESPESA	TOTAL GERAL DO ESTADO (A)	% EXECUTADA/ TOTAL DESPESA (B/A)
Auxílios	53.742	0,70%
Obras e instalações	18	0,00%
Transferência e instituições privadas sem fins lucrativos	23.974	0,31%
Contribuições	952	0,01%
Auxílios	23.022	0,30%
Obras e instalações	0	0,00%
Equipamentos e materiais permanentes	0	0,00%
Aplicações diretas pelo Estado	422.509	5,51%
Serviços e consultoria	1.779	0,02%
Outros serviços de terceiros — pessoa jurídica	14	0,00%
Obras e instalações	327.095	4,26%
Equipamentos e materiais permanente	75.448	0,98%
Aquisição de imóveis	8.540	0,11%
Sentenças judiciais (precatórios)	287	0,00%
Despesas de exercícios anteriores	9.298	0,12%
Indenizações e restituições	50	0,00%
INVERSOES FINANCEIRAS	34.243	0,45%
Aplicações diretas pelo Estado	34.243	0,45%
Aquisição de imóveis	604	0,01%
Aquisição de produtos p/ revenda	5.838	0,08%
Constituição/aumento de capital em empresas estatais	5.464	0,07%
Concessão de empréstimos e financiamentos	22.287	0,29%
Despesas de exercícios anteriores	50	0,00%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	241.694	3,15%
Aplicações diretas pelo Estado	241.694	3,15%
Obrigações tributárias e contributivas	2.165	0,03%
Principal da dívida contratual resgatada	239.529	3,12%
TOTAL EMPENHADO	7.671.102	100,00%

■ Fonte: Balanço Geral do Estado — Dezembro/2004.

1.1.4.3 Despesa Autorizada e Realizada por Poder e Órgão

A síntese da execução orçamentária em 2004, representada pela despesa autorizada e realizada, especificada por Poder e Órgão com autonomia prevista na Constituição Federal, encontra-se demonstrada na tabela a seguir:

TABELA 1.1.22
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PODER E ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS EM 2004

PODER / ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS	AUTORIZADA (A)		REALIZADA (B)		%(B/A)	% S/ TOTAL (A)
	VALOR	%	VALOR	%		
Poder Executivo	8.238.338.234,20	91,00	6.893.051.731,93	89,86	69,24	76,14%
Assembleia Legislativa	175.350.892,22	1,94	175.110.102,48	2,28	99,86	1,93%
Tribunal de Contas	61.741.631,11	0,68	56.944.861,98	0,74	92,23	0,63%
Tribunal de Justiça	433.109.134,83	4,78	405.055.491,88	5,28	93,52	4,47%
Ministério Público Estadual	145.163.997,37	1,60	140.940.216,35	1,84	97,09	1,56%
Total	9.053.703.889,73	100,00	7.671.102.404,62	100,00	84,73	84,73%

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

O orçamento (inicial + suplementações) disponibilizou 91% dos créditos autorizados no Orçamento do Estado ao Poder Executivo, 4,78% para o Poder Judiciário, 1,94% para a Assembleia Legislativa, 1,60% para o Ministério Público Estadual e 0,68% para o Tribunal de Contas do Estado.

Em decorrência da execução do Orçamento do Estado (Despesa Orçamentária Realizada), ao final do exercício de 2004 as despesas executadas pelo Poder Executivo representaram 76,14% do orçamento autorizado, enquanto as despesas realizadas pelo Tribunal de Justiça representaram 4,47%, da Assembleia Legislativa 1,93%, o Ministério Público Estadual 1,56%, e o Tribunal de Contas do Estado participou com 0,63% em relação à despesa total autorizada.

As despesas do Poder Executivo representaram 89,86% das despesas totais do Estado no exercício de 2004. As despesas realizadas pelo Tribunal de Justiça representaram 5,28%, a Assembleia Legislativa 2,28%, o Ministério Público Estadual 1,84% e o Tribunal de Contas 0,74% do total. Assim, os Poderes Legislativo e Judiciário e os Órgãos com autonomia representaram 10,14% das despesas do Estado.

1.1.4.4 Transferências Voluntárias de Recursos Financeiros a Municípios e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

A tabela a seguir mostra, por elemento de despesa, os valores das *transferências voluntárias* realizadas pelo Estado aos Municípios e instituições privadas sem fins lucrativos, referentes aos exercícios de 2002 a 2004:

TABELA 1.1.23
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS A MUNICÍPIOS E INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
EXERCÍCIOS DE 2002 A 2004

DENOMINAÇÃO	2002		2003		2004		Em R\$	
	(A)	%	(B)	%	(C)	%	C/A	C/B
Transferências a Municípios — Correntes	62.160.176,73	25,10	55.954.326,95	24,69	36.347.479,31	15,89	(41,53)	(35,04)
Material de Consumo	1.307.910,68	0,53	0,00	0,00	0,00	0,00	(100,00)	0,00
Outros Serviços de Terceiros — PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Outros Serviços de Terceiros — PJ	149.296,51	0,06	0,00	0,00	73.897,71	0,03	(50,50)	-
Contribuições	60.082.290,41	24,26	55.417.711,06	24,46	31.093.280,60	13,59	(48,25)	(43,89)
Subvenções Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	620.679,12	0,25	536.815,90	0,24	5.174.301,00	2,26	733,65	864,26
Transferências a Municípios — Capital	64.807.504,42	26,17	48.149.736,81	21,25	53.845.322,67	23,54	(16,91)	11,83
Contribuições	194.605,64	0,08	170.199,38	0,08	85.000,00	0,04	(56,32)	(50,06)
Auxílios	64.612.898,78	26,09	47.934.596,91	21,15	53.741.965,75	23,49	(16,82)	12,12
Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	18.356,92	0,01	-	-
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	44.940,52	0,02	0,00	0,00	-	(100)
Subtotal — Transferências a Municípios	126.967.681,15	51,27	104.104.063,76	45,94	90.192.801,98	39,43	(28,96)	(13,36)
Tr. a Inst. Priv. s/ Fins Lucrat. — Correntes	106.681.040,26	43,08	111.128.366,27	49,04	114.580.064,93	50,09	7,40	3,11
Outros Serviços de Terceiros — PJ	591.218,47	0,24	1.150.220,71	0,51	2.861.875,35	1,25	384,06	148,81
Contribuições	23.115.371,74	9,33	39.956.124,22	17,63	46.058.726,48	20,14	99,26	15,27
Subvenções Sociais	82.760.364,48	33,42	70.022.021,34	30,90	65.479.763,10	28,63	(20,88)	(6,49)
Material de Consumo	214.085,56	0,09	0,00	0,00	179.700,00	0,08	(16,06)	-
Tr. a Inst. Privada s/ Fins Lucrativos-Capital	13.999.738,12	5,05	11.363.872,17	5,01	23.974.441,19	10,48	71,25	116,97
Contribuições	397.633,92	0,16	453.941,08	0,20	951.800,00	0,42	139,37	109,67
Auxílios	13.541.048,03	5,47	10.101.762,94	4,46	23.022.641,10	10,06	70,02	127,91
Obras e Instalações	61.056,18	0,02	802.509,29	0,35	0,00	0,00	(100,00)	(100)
Equipamentos e Material Permanente	0,00	0,00	5.458,86	0,00	0	0,00	-	(100)
Subtotal — Transf. a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos	120.680.778,38	48,73	122.492.238,44	54,06	138.554.506,03	60,57	14,81	13,11
TOTAL	247.648.459,53	100,00	226.596.102,21	100,00	228.747.308,01	100,00	(7,63)	0,95

■ Fonte: Balancete Geral Consolidado dos exercícios de 2000 a 2004.

Nota: Inflator utilizado: IGP-DI (médio).

Os valores das transferências realizados em 2004 totalizaram R\$ 228.747.308,01. Tal quantia representa redução de 7,63% em relação ao exercício de 2002, em valores constantes. Já em relação ao exercício de 2003, tal despesa apresentou aumento de 0,95%.

Nota-se tendência ao aumento das transferências às instituições privadas sem fins lucrativos e redução para os municípios. Em 2002, do total repassado, 51,27% foram transferidos a municípios e 48,73% a instituições privadas sem fins lucrativos. Já em 2003 os municípios receberam 45,94% dos recursos, e as instituições privadas receberam 54,06%. Em 2004, as transferências aos municípios representaram 39,43%, enquanto 60,57% foram destinados a instituições privadas sem fins lucrativos. Verifica-se que, em 2004, em relação a 2002, houve uma redução 28,96% nos repasses aos municípios, enquanto que nos repasses a instituições privadas sem fins lucrativos, no mesmo período, houve aumento 14,81%.

Em relação aos elementos de despesa, constata-se que as *Contribuições*² compreendem 34,15% do total das transferências realizadas pelo Estado em 2004; os *Auxílios*³ representaram 33,55%; e as *Subvenções Sociais*⁴ corresponderam a 28,63%.

1.1.4.5 Despesa nas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional

A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária das vinte e nove *Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional* nos exercícios de 2003 e 2004, pela ordem decrescente do total das despesas realizadas em 2004:

² “Título que designa, na Classificação das Despesas segundo a sua Natureza, o Elemento de Despesa apropriado para que o setor público transfira recursos para entidades públicas ou privadas com vistas a atender despesas com a sua manutenção (em sentido amplo), sem necessária contraprestação direta de bens e serviços” (Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins. Osvaldo Maldonado Sanches, 2ª ed. Brasília OMS, 2004, p. 88).

³ “Modalidade de despesa prevista no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320/64 (...) por intermédio da qual se realiza a transferência de recursos para outras esferas de governo (...), com vista à realização de despesas de capital (investimentos e inversões financeiras), bem como para a concessão, por meio da Lei Orçamentária Anual, de recursos do setor público para investimentos por entidades privadas sem fins lucrativos”. (Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins. Osvaldo Maldonado Sanches, 2ª ed. Brasília OMS, 2004, p. 42).

⁴ “Categoria da despesa pública, do nível Elemento de Despesa, que consoante estabelece a Lei nº 4.320/64 (arts. 16 e 17) é apropriada para a destinação de recursos, por meio de transferência, para suplementação dos recursos de entidade privada sem fins lucrativos, de caráter assistencial — prestadora de ações de saúde ou assistência social — ou cultural”. (Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins. Osvaldo Maldonado Sanches, 2ª ed. Brasília OMS, 2004, p. 347).

TABELA 1.1.24EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS SECRETARIAS REGIONAIS,
NOS EXERCÍCIOS DE 2003 E 2004

Em R\$

SDR	2003			2004					
	AUTORIZADA (A)	REALIZADA (B)	% (B/A)	ORÇADA (C)	AUTORIZADA (D)	REALIZADA (E)	% (E S/ TOTAL)	% (E/D)	% (E/C)
1ª São José	769.135,98	601.862,07	78,25	30.655.024,00	24.170.448,39	11.665.775,54	8,98	48,26	38,06
2ª Araranguá	731.685,54	400.426,83	54,73	15.202.276,00	12.624.930,97	8.213.283,23	6,33	65,06	54,03
3ª Criciúma	730.080,52	518.054,41	70,96	14.565.938,00	11.280.301,77	6.933.875,02	5,34	61,47	47,60
4ª S. Miguel	735.430,57	446.667,23	60,76	12.062.319,00	8.371.501,79	6.791.147,33	5,23	81,12	56,30
5ª Joinville	654.736,97	686.348,15	80,30	16.034.472,00	11.661.900,81	5.832.134,62	4,49	50,01	36,37
6ª Itajaí	720.129,41	611.537,15	84,92	12.007.264,00	7.427.966,12	5.828.485,82	4,49	78,47	46,23
7ª Tubarão	746.665,72	509.670,03	68,29	13.865.214,00	10.889.427,27	5.759.464,58	4,47	53,26	41,83
8ª Lages	626.624,33	615.090,66	98,13	13.228.025,00	8.954.174,75	5.328.917,67	4,10	59,51	40,28
9ª Xaxaim	716.845,38	443.593,96	61,71	11.873.414,00	7.589.016,66	5.286.872,46	4,07	69,66	44,53
10 Blumenau	729.545,51	622.473,63	85,32	14.829.487,00	7.255.598,61	4.648.236,67	3,58	64,06	31,34
11 Chapecó	795.886,27	689.848,90	86,88	11.004.437,00	6.144.287,04	4.613.504,59	3,55	75,09	41,92
12 Joaçaba	741.957,65	697.622,24	94,05	9.338.445,00	6.214.056,79	4.546.222,53	3,19	66,72	44,41
13 Maravilha	740.245,63	526.673,89	71,15	8.968.516,00	5.095.401,81	3.993.067,93	3,08	78,37	57,30
14 Mafra	613.984,18	380.344,45	61,95	10.137.350,00	8.146.354,05	3.989.059,19	3,07	48,97	39,35
15 Rio do Sul	712.425,31	457.817,32	64,26	8.611.924,00	5.170.076,75	3.950.047,35	3,04	76,40	45,87
16 Concórdia	744.525,68	492.880,37	66,20	9.458.993,00	5.483.901,78	3.938.994,04	3,03	71,83	41,64
17 Jaraguá	623.614,29	440.555,02	70,65	8.468.803,00	6.399.139,07	3.881.448,72	2,99	60,66	45,83
18 Canoinhas	609.704,13	488.066,80	80,05	8.274.352,00	6.681.159,24	3.549.157,01	2,73	53,12	42,89
19 S. Lourenço	732.755,54	500.338,36	68,28	7.388.561,00	4.779.893,99	3.505.555,12	2,70	73,34	47,45
20 Laguna	725.265,47	468.970,33	64,66	8.056.230,00	6.453.049,89	3.248.313,25	2,50	50,34	40,32
21 Caçador	730.615,52	564.285,20	77,23	5.563.317,00	3.777.249,57	3.080.846,06	2,37	81,56	56,38
22 Ibirama	754.155,79	546.529,39	72,47	7.140.157,00	4.158.110,29	2.965.712,65	2,28	71,32	41,54
23 Brusque	711.355,31	474.403,75	66,69	7.919.264,00	4.710.661,15	2.945.406,39	2,27	62,53	37,19
24 Ituporanga	740.245,63	503.745,73	68,05	6.340.809,00	3.937.955,54	2.914.144,90	2,24	74,00	45,96
25 Palmitos	610.239,14	412.242,80	67,55	5.681.786,00	4.311.883,47	2.821.195,70	2,17	65,43	49,65
26 Curitiba	726.870,48	383.939,16	52,82	5.070.314,00	3.374.036,72	2.739.537,90	2,11	81,19	54,03
27 C. Novos	730.615,52	424.447,66	58,09	5.076.042,00	3.351.189,12	2.727.568,76	2,10	81,39	53,73
28 Videira	729.545,51	477.603,26	65,47	6.247.304,00	3.746.721,05	2.665.670,02	2,05	71,15	42,67
29 S. Joaquim	610.774,14	423.340,45	69,31	4.442.046,00	3.157.191,09	1.841.296,88	1,42	58,32	41,45
Total	20.747.861,11	14.809.979,20	71,38	296.110.093,00	205.317.555,55	129.844.949,95	1,90	63,24	43,85

■ Fonte: Parecer das Contas do Governo do exercício de 2003/Relatório Comparativo da Despesa Autorizada com a Executada de Dezembro de 2004 das SDR's.

A Lei nº 12.872/2004 — LOA — fixou para as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional despesa no montante de R\$ 296.110.093,00. Este valor corresponde 3,36% da Despesa Orçamentária autorizada total do Estado para o exercício de 2004 (Orçamento Original).

Após as alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício, restaram às Secretarias Regionais despesas autorizadas de R\$ 205.317.555,55. Considerando o total da Despesa Autorizada do Estado no valor de R\$ 9.053.703.889,73, este valor representa 2,27%. As alterações orçamentárias reduziram em 30,66% o orçamento das Secretarias Regionais (corresponde a R\$ 90.792.537,45), principalmente em razão de limitações de empenhos para contenção de despesas. Todas as Secretarias Regionais sofreram redução orçamentária. Em termos percentuais, a maior redução ocorreu na Secretaria Regional de Blumenau (50,01%), enquanto que a menor ocorreu na Secretaria Regional de Araranguá (16,95%).

Individualmente, a maior Despesa Fixada (R\$ 30.655.024,00) foi destinada à S.E.D.R. de São José. Já a menor Despesa Fixada foi destinada à S.E.D.R. de São Joaquim, com R\$ 4.442.046,00.

No exercício de 2004, as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional executaram despesas no montante de R\$ 129.844.949,95. Em relação à Despesa Orçamentária Realizada pelo Poder Executivo (6.893.051.731,93), a despesa realizada pelas Secretarias Regionais equivale a 1,88%.

A Secretaria Regional de São José — atual Grande Florianópolis — realizou o maior montante de despesas, atingindo R\$ 11.665.775,74, equivalentes a 8,98% do total da Secretarias Regionais.

Já a Secretaria com menor Despesa Orçamentária Realizada foi a Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, com R\$ 1.841.296,88, que correspondem a 1,42% do total das Secretarias Regionais.

Em conjunto, as Secretarias Regionais executaram 63,24% do total das Despesas Autorizadas. Comparado com o ano anterior, representa diminuição da relação despesa realizada/despesas autorizada, pois em 2003 as secretarias realizaram 71,38% de sua Despesa Autorizada.

A Secretaria Regional em Caçador executou de 81,56% da Despesa Autorizada (maior percentual), enquanto que a Secretaria Regional de Joinville apresentou o menor percentual (50,01%).

A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária da despesa, por categoria econômica e grupos de natureza de despesa, pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regionais:

TABELA 1.1.25
SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DESPESA EXECUTADA EM NÍVEL DE CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS
DE NATUREZA — EXERCÍCIOS DE 2003 E 2004

Em R\$

SDR	CORRENTES						CAPITAL		DESPESA TOTAL EXECUTADA
	TOTAL	%	PESSOAL	%	OUTRAS	%	INVESTIMENTOS	%	
São José	5.361.466,37	45,96	988.622,36	8,47	4.372.844,01	37,48	6.304.309,17	54,04	11.665.775,54
Azaraquã	3.881.404,64	47,26	681.176,94	8,29	3.200.227,70	36,96	4.331.878,59	52,74	8.213.283,23
Criciúma	3.931.002,84	56,69	611.748,33	8,62	3.319.254,51	47,87	3.002.872,18	43,31	6.933.875,02
S. Miguel	3.079.132,65	45,34	764.911,94	11,26	2.314.220,71	34,08	3.712.014,68	54,66	6.791.147,33
Joinville	2.929.007,06	50,22	818.244,55	14,03	2.110.812,51	36,19	2.903.077,56	49,78	5.832.134,62
Itajaí	2.497.975,88	42,86	682.013,55	11,70	1.815.962,33	31,16	3.330.519,94	57,14	5.828.485,82
Tubarão	3.659.873,37	63,11	658.329,52	11,35	3.001.543,85	51,76	2.139.591,21	36,89	5.799.464,58
Lages	3.446.712,74	64,68	795.368,08	14,93	2.651.344,66	49,75	1.882.204,93	35,32	5.328.917,67
Xanxerê	3.225.974,84	61,02	682.449,17	12,91	2.543.525,67	48,11	2.060.897,54	38,98	5.286.872,48
Blumenau	2.817.592,40	60,62	764.981,00	16,46	2.052.611,40	44,16	1.830.644,27	39,38	4.648.236,67
Chapadô	2.626.031,53	56,92	786.399,75	17,05	1.839.631,78	39,87	1.987.473,06	43,08	4.613.504,59
Joaçaba	2.305.789,45	55,61	773.488,53	18,62	1.532.300,92	36,96	1.840.433,08	44,39	4.146.222,53
Maravilha	2.022.290,46	50,65	655.792,04	16,42	1.366.498,42	34,22	1.970.777,47	49,35	3.993.067,93

continua

continuação

SDR	CORRENTES						CAPITAL		DESPESA TOTAL EXECUTADA
	TOTAL	%	PESSOAL	%	OUTRAS	%	INVESTIMENTOS	%	
Mafra	2.525.047,26	63,30	762.807,76	19,12	1.762.239,50	44,18	1.464.011,93	36,70	3.989.059,19
Rio do Sul	1.823.535,78	46,16	721.024,00	18,25	1.102.511,78	27,91	2.126.511,57	53,84	3.950.047,35
Concórdia	2.200.693,32	55,87	646.789,77	16,42	1.553.903,55	39,45	1.738.300,72	44,13	3.938.994,04
Jaraguá	1.991.977,93	51,32	629.718,25	16,22	1.362.259,68	35,10	1.889.468,79	48,68	3.881.446,72
Canoinhas	2.526.588,35	71,19	638.831,15	18,00	1.887.757,20	53,19	1.022.568,66	28,81	3.549.157,01
S. Lourenço	2.185.047,96	62,33	541.521,90	15,45	1.643.526,06	46,88	1.320.507,16	37,67	3.505.555,12
Laguna	2.002.123,95	61,64	634.962,41	19,55	1.367.161,54	42,09	1.246.189,30	38,36	3.248.313,25
Caçador	1.790.241,25	58,11	689.852,27	22,39	1.100.388,98	35,72	1.290.604,81	41,89	3.080.846,06
Ibirama	2.340.525,25	78,02	632.035,42	21,31	1.708.489,83	57,61	625.187,40	21,08	2.965.712,65
Brusque	1.910.178,72	64,85	678.093,25	23,02	1.232.085,47	41,83	1.035.227,67	35,15	2.945.406,39
Ituporanga	2.125.542,01	72,94	583.936,65	20,04	1.541.605,36	52,90	788.602,89	27,06	2.914.144,90
Palmitos	1.475.112,67	52,29	568.571,62	19,80	916.541,05	32,49	1.346.083,03	47,71	2.821.195,70
Cilbano	1.281.822,44	48,79	579.784,17	21,16	702.038,27	25,63	1.457.715,46	53,21	2.739.537,90
C. Novas	1.333.428,77	48,69	565.712,46	20,74	767.716,31	28,15	1.384.139,99	51,11	2.727.568,76
Videira	1.582.753,99	59,75	528.881,80	19,84	1.053.872,19	39,91	1.072.916,03	40,25	2.665.670,02
S. Joaquim	1.356.622,60	73,68	551.049,19	29,93	805.573,41	43,75	484.674,28	26,32	1.841.296,88
Total	72.245.546,48	55,64	19.607.677,83	15,10	52.638.468,65	40,54	57.599.403,47	44,36	129.844.949,95

■ Fonte: Relatórios Comparativos da Despesa Autorizada com a Executada de Dezembro de 2004 das SDR's.

As Despesas Correntes corresponderam a 55,64% da despesa global das Secretarias Regionais, e 44,36% se referiram a Despesas de Capital, estas exclusivamente em Investimentos, principalmente relativas a obras e instalações.

As Secretarias Regionais aplicaram 44,36% no grupo de despesa Investimentos, 10,15% foram despesas com Pessoal e Encargos Sociais e 40,54% foram Outras Despesas Correntes, que inclui a contratação de serviços. No entanto, na Secretaria Regional de São Joaquim os gastos com Pessoal e Encargos Sociais atingiram 29,93% de despesa realizada naquele órgão.

A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária da despesa, por ações (projeto/atividade), pelas vinte e nove Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional:

TABELA 1.1.26

SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL,
DESPESA EXECUTADA POR AÇÕES — EXERCÍCIO DE 2004

AÇÃO DE GOVERNO (PROJETO/ATIVIDADE)	Em R\$	
	DESPESA REALIZADA	% S/ TOTAL
Construção Ampliação e Reforma — Ensino Fundamental	54.739.700,21	42,16
Administração de Recursos Humanos	19.267.405,19	14,84
Atendimento Transporte Escolar — Ensino Fundamental — SDR	15.495.511,47	11,93
Descentralização Financeira das Escolas Estaduais	11.633.284,52	8,96
Atendimento Transporte Escolar — Ensino Fundamental — Central	7.014.105,26	5,40
Demais Ações	21.694.943,31	16,71
Total	129.844.949,96	100,00

■ Fonte: Relatórios Comparativos da Despesa Autorizada com a Executada de Dezembro de 2004 das SDR's.

As despesas das Secretarias Regionais foram executadas em noventa e duas ações (projetos e atividades). Destas, constata-se que as cinco ações de governo indicadas na tabela corresponderam a 83,29% do total das Despesas Realizadas pelas Secretarias Regionais.

Na Construção, Ampliação e Reforma — Ensino Fundamental, ação pertencente ao grupo de despesa Investimentos, foi aplicado R\$ 54.739.700,21, corresponde a 42,16% da despesa total executada pelas Secretarias Regionais.

A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária da despesa, por elemento de despesa, pelas Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional:

TABELA 1.1.27
DESPESA POR ELEMENTO DE DESPESA
REALIZADA PELAS SDRS NO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1,00

SDR	Vantagens Fixas (pessoal)	Contribuições	Diárias	Material Consumo	Obras e Instalações	Equipam. E Material Perman.	Serviços terceiros	Locação mão de obra	Outros	TOTAL	%
São José	901.496	1.177.724	48.766	1.501.177	5.404.471	899.838	879.761	151.369	301.173	11.665.776	8,98
Araraquã	583.448	1.590.654	62.187	364.067	4.188.568	143.311	1.004.135	99.760	177.154	8.213.283	6,33
Criciúma	514.757	1.468.450	23.196	742.426	2.813.603	189.269	798.105	179.907	204.162	6.933.875	5,34
S. Miguel	858.896	1.407.331	65.034	406.501	3.865.859	46.156	278.307	88.256	175.009	6.791.147	5,23
Joinville	573.588	693.246	13.669	395.591	2.555.865	29.120	757.012	197.501	616.541	5.832.135	4,49
Itajaí	613.196	490.208	149.806	431.200	3.101.062	49.427	492.870	181.178	319.458	5.828.496	4,49
Tubarão	566.311	1.154.404	39.732	542.234	2.087.131	52.460	1.028.327	172.960	155.905	5.799.465	4,47
Lages	700.928	574.745	61.884	842.859	1.648.828	233.377	648.964	306.348	310.984	5.328.918	4,10
Xanxerê	589.618	1.178.734	52.000	746.799	1.801.276	209.621	456.862	92.351	159.611	5.286.872	4,07
Blumenau	589.377	649.039	56.670	329.161	1.784.532	46.113	681.551	196.880	314.914	4.648.237	3,58
Chapadão	696.466	791.198	39.355	546.252	1.964.193	23.280	314.312	99.080	139.369	4.613.505	3,55
Jacupá	688.871	789.512	33.881	343.186	1.802.950	37.483	274.677	31.417	144.265	4.146.223	3,19
Maravilha	567.666	676.069	25.772	246.737	1.784.768	169.009	240.748	97.073	185.226	3.993.058	3,08
Mafra	658.477	620.845	49.052	505.465	1.264.589	199.423	303.785	44.357	143.068	3.989.059	3,07
Rio do Sul	582.889	641.072	28.850	230.174	2.006.689	29.823	121.532	0,00	219.219	3.950.047	3,04
Concórdia	559.084	860.439	53.625	273.677	1.711.670	26.631	189.326	106.083	158.459	3.938.994	3,03
Jaraguá	540.996	648.714	34.939	224.272	1.787.232	82.247	281.886	102.927	178.234	3.881.447	2,99
Canoinhas	550.135	442.043	49.256	556.764	909.965	112.603	643.123	159.501	125.766	3.549.157	2,73
S. Lourenço	453.400	992.911	42.480	255.067	1.208.529	6.978	160.548	116.070	269.572	3.505.555	2,70
Laguna	557.093	381.421	138.035	371.344	1.181.950	24.239	290.910	168.318	157.003	3.248.313	2,50
Caçador	591.586	377.399	54.579	248.611	1.246.563	44.022	273.894	62.043	181.929	3.080.846	2,37
Ibirama	551.456	923.173	36.966	223.670	578.220	46.967	357.440	108.137	139.683	2.965.713	2,28
Brusque	584.160	688.059	17.198	52.394	1.023.747	11.481	167.258	230.034	171.076	2.945.406	2,27
Ituporanga	507.362	940.786	39.651	200.806	767.233	21.370	191.954	134.981	109.998	2.914.145	2,24
Palmitos	483.018	519.719	33.845	228.116	1.289.617	56.466	87.577	12.915	108.921	2.821.196	2,17
Curitibanos	494.790	252.751	25.387	247.959	1.400.357	57.358	134.654	11.278	115.004	2.739.538	2,11
C. Neves	477.097	371.696	34.033	123.714	1.229.347	4.793	150.966	48.438	278.484	2.727.560	2,10
Videira	442.030	492.300	22.355	267.009	1.024.300	48.616	191.994	59.951	117.034	2.665.670	2,05
S. Joaquim	458.542	389.829	17.970	138.420	423.577	26.097	138.576	49.069	199.216	1.841.297	1,42
Total	16.736.335	22.384.476	1.359.233	11.985.915	53.746.742	2.927.579	11.559.853	3.396.180	5.877.430	129.844.950	198,09
% s/ total	12,89	17,22	1,04	9,23	41,39	2,26	8,99	2,55	4,53	100,00	
Média	577.115	771.189	46.560	413.307	1.853.336	106.951	398.278	114.056	202.679	4.477.412	577.115

■ Fonte: Relatórios Despesa Mensal Empenhada por Subitem e Unidade Orçamentária (ORC 542.00), do mês de Dezembro, de 2004, de cada SDR S.

A despesa das Secretarias Regionais foi executada em vinte e três elementos de despesa. Contudo, os oito elementos descritos na tabela representam 95,47% da despesa orçamentária executada pelas secretarias.

Os elementos de despesa com maior aplicação foi Obras e Instalações, com R\$ 53.746.741,56, correspondentes a 41,39% do total das Secretarias Regionais.

Nota-se grande discrepância entre as Secretarias no que tange aos gastos em um mesmo elemento das despesas correntes, como por exemplo, material de consumo e diárias. No caso das diárias, os valores despendidos pelas Secretarias Regionais de Itajaí (R\$ 149.866,00) e de Laguna (R\$ 138.035,00) em 2004,

foram cerca de três vezes superiores à média dessas despesas pelas Secretarias Regionais.

1.1.4.6 Despesas com Pessoal do Estado por Elemento de Despesa

A tabela a seguir demonstra a *Despesa Orçamentária com Pessoal* realizada pelo Estado em 2004, incluindo a Administração Direta e Indireta, bem como os respectivos valores realizados nos exercícios de 2002 e 2003, corrigidos pelo IGP-DI Médio:

TABELA 1.1.28

DESPESA COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA NOS EXERCÍCIOS DE 2002 A 2004

Em R\$									
ELEM.	DENOMINAÇÃO	2002 (A)	%	2003 (B)	%	2004 (C)	%	% C/A	% C/B
	Pessoal e Encargos Sociais	2.994.684.141,43	100,00	3.272.459.473,34	100,00	3.367.933.993,67	100,00	12,46	2,92
1	Aposentadorias e Reformas	843.848.957,67	28,18	927.910.361,54	28,36	937.863.241,88	27,85	11,14	1,07
3	Pensões	223.708.523,61	7,47	251.651.779,67	7,69	267.064.736,90	7,93	19,38	6,12
4	Contratação de Tempo Determinado	53.817.016,69	1,80	117.790.700,77	3,60	97.507.467,79	2,90	81,18	(17,22)
7	Cont. Entd. Fechada de Prev.	3.717.047,34	0,12	5.279.642,68	0,16	4.610.982,90	0,14	24,05	(12,66)
9	Salário-família	385.507,80	0,01	397.018,30	0,01	358.911,99	0,01	(2,35)	(10,10)
11	Venc. Vant. Fixas – Pessoal Civil	1.272.186.480,36	42,48	1.353.756.329,72	41,37	1.425.687.510,48	42,33	12,07	5,31
12	Venc. Vant. Fixas – Pessoal Militar	289.736.490,69	9,68	311.236.725,60	9,51	324.145.788,04	9,62	11,88	4,15
13	Obrigações Patronais	174.174.274,88	5,82	185.402.796,53	5,67	200.209.507,13	5,94	14,95	7,99
19	Outras Desp. Variáveis – Pessoal Civil	21.722.724,37	0,73	27.892.383,12	0,85	20.586.180,84	0,61	(5,23)	(26,19)
17	Outras Desp. Variáveis – Pessoal Militar	2.756.854,39	0,09	3.484.548,03	0,11	2.423.004,56	0,07	(12,11)	(30,48)
34	Outras Desp. Pessoal Contr. Terceir.	0,00	0,00	0,00	0,00	981.961,05	0,03	0,00	0,00
67	Depósitos Compulsórios	42.506,24	0,00	11.642,85	0,00	0,00	0,00	(100,00)	(100,00)
91	Sentenças Judiciais	45.282.688,57	1,51	23.872.764,53	0,73	23.072.960,56	0,69	(49,05)	(3,35)
92	Despesas de Exercícios Anteriores	55.296.308,60	1,85	54.721.187,11	1,67	56.414.678,06	1,68	2,02	3,09
94	Indenização e Restituições Trabalhistas	2.629.512,52	0,09	4.517.199,85	0,14	1.273.337,38	0,04	(51,50)	(71,61)
96	Ressarc. Desp. Pessoal Requisitado	5.399.247,48	0,18	4.534.373,04	0,14	5.735.726,29	0,17	6,23	25,49
Total		2.994.684.141,43	100,00	3.272.459.473,34	100,00	3.367.933.993,67	100,00	12,46	2,92

■ Fonte: Balanete Consolidado Geral dos exercícios de 2002 a 2004.

Nota: Inflator utilizado: IGP-DI (médio)

Ressalta-se que nos valores acima descritos contemplam todos os Elementos de Despesas registrados no Anexo 11, da Lei Federal nº 4.320/64, de forma consolidada. Cabe alertar que o cálculo da despesa total com pessoal na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal exclui as indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial; despesas de exercícios anteriores e inativos com recursos vinculados, resultando em valores distintos do apresentado na tabela acima.

Verifica-se que as despesas executadas no grupo de natureza Pessoal e Encargos Sociais, em 2004, totalizaram R\$ 3.367.933.993,67, representando acréscimo de 12,46% em relação a 2002, e 2,92% em relação a 2003.

Todavia, as despesas de pessoal demonstradas pelo Poder Executivo, relativas ao período de jan/2004 a dez/2004, não espelham a realidade, uma vez que deixaram de ser computados R\$ 13,60 milhões, relativos à despesa de pessoal da Polícia Militar, o que eleva os gastos com pessoal do Poder Executivo para R\$ 2,52 bilhões, modificando o percentual de gastos para 44,50% da Receita Corrente Líquida.

1.1.4.7 Ausência de Registro de Despesas Classificadas pelo art. 18, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, como “Outras Despesas de Pessoal”, no Poder Executivo

Foi constatado que os Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo não contêm informações relativas às despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, que devem ser contabilizadas como “Outras Despesas de Pessoal”, nos termos do art. 18, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, computando-se para os fins dos limites de despesa total com pessoal de cada Poder e Órgão.

Nesse sentido, o art. 37, parágrafo único, I e II, da Lei Estadual nº 12.381/2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2003), assim dispôs:

Art. 37. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividade que, simultaneamente:

I — sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência do órgão ou entidade; e

II — não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Assim, as despesas com contratos de terceirização que caracterizem substituição de servidores, não sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência do órgão ou entidade e sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade deveriam integrar as despesas com pessoal no Relatório de Gestão Fiscal, como “outras despesas de pessoal”, para fins de verificação dos limites dos gastos com pessoal fixados nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Observou-se nos demonstrativos das despesas com pessoal que compõe o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, a inexistência de registro de despesas relativas a “Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização”. Tal informação consta apenas no Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário.

Segundo o levantamento realizado por este Tribunal de Contas em 2003, o total de gastos com “Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização” não registrado como despesas com pessoal do Poder Executivo provocaria a elevação do percentual em relação à receita corrente líquida em 1,75% pontos percentuais, passando de 44,11% para 45,86%.

Em outros termos, a demonstração dos gastos com Pessoal do Poder Executivo Estadual não atende integralmente o art. 20, II, “c”, da Lei Complementar Federal nº 101/00 — LRF.

1.1.4.8 Despesas Realizadas e não Empenhadas no Exercício de 2004

O *empenho* é o segundo estágio da despesa, constituindo-se ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

As regras estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101/00 (arts. 15 e 16) e Lei Federal nº 4.320/64 (art. 60), impõem à Administração Pública dos três níveis de Governo, que nenhuma despesa poderá ser realizada sem expressa autorização na lei de orçamento anual ou em lei de créditos adicionais e sem prévio empenho.

O Tribunal de Contas encaminhou a todos os Órgãos e Entidades Estaduais, solicitação para que fosse informado o montante de Despesas realizadas e não empenhadas no exercício 2004, sem autorização na lei orçamentária anual ou em leis de créditos adicionais, bem como as justificativas e os motivos do não empenhamento.

Em resposta foram encaminhadas informações que confirmam a existência de Despesas Realizadas e Não Empenhadas no valor de R\$ 435.268,67.

1.1.4.9 Aplicação do Percentual Mínimo em Ciência e Tecnologia

Consoante disposto no artigo 193 da Constituição Estadual, o Estado destinará à *pesquisa científica e tecnológica* pelo menos dois por cento de suas receitas correntes, delas excluídas as parcelas pertencentes aos Municípios. Desse montante, metade (1% das receitas correntes) será destinada à pesquisa agropecuária.

A Lei Estadual nº 7.958, de 5 de junho de 1990, alterada pela Lei Estadual nº 8.519, de 08 de janeiro de 1992, disciplina a aplicação dos recursos previstos no art. 193 da Constituição do Estado, distribuindo 50% (cinquenta por cento) ao

Fundo Rotativo do Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina — FUNCITEC, e 50% (cinquenta por cento) ao Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina — FEPA.

Posteriormente, pela Lei Estadual nº 10.355, de 09 de janeiro de 1997 foi criada a Fundação de Ciência e Tecnologia — FUNCITEC, substituindo o foi instituído o Fundo Rotativo de Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina — FUNCITEC. A Fundação FUNCITEC foi instituída como entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Gabinete do Governador, com patrimônio e receitas próprias e autonomia técnico-científica, administrativa e financeira. Assim, a parcela de 1% (um por cento) das receitas correntes do Estado — antes destinada ao Fundo Rotativo — passou a integrar a receita da Fundação.

A tabela a seguir mostra os valores que deveriam ser aplicados e os efetivamente aplicados na área de pesquisa científica e tecnológica:

TABELA 1.1.29
APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

EXERCÍCIO 2004	RECEITA CORRENTE ARRECADADA DEDUZIDAS AS PARCELAS DOS MUNICÍPIOS	VALOR MÍNIMO LEGAL DE APLICAÇÃO		RECURSOS EMPENHADOS		
		VALOR (A)	% SOBRE RECEITA CORRENTE	VALOR (B)	% SOBRE RECEITA CORRENTE	% B/A
FEPA		51.054.957,18	1,00	1.569.553,53	0,03	3,07
FUNCITEC		51.054.957,18	1,00	16.159.345,82	0,32	31,65
TOTAL	5.105.495.717,53	102.109.914,35	2,00	17.728.899,35	0,35	17,36

■ Fonte: Balanço Geral do Estado/Balanços do Fundo e Fundação.

Constata-se que a aplicação em ciência e tecnologia, no exercício de 2004, atingiu o montante de R\$ 17.728.899,35, representando 0,35% das Receitas Correntes Arrecadadas pelo Estado, delas deduzidas as parcelas pertencentes aos Municípios e os valores decorrentes de transferências de convênios por se tratar de recursos vinculados. Seriam necessários mais R\$ 84.381.015,00 para cumprimento do dispositivo constitucional. Em verdade, foram aplicados 17,36% dos valores exigidos na Carta Estadual. A exemplo dos exercícios anteriores, em 2004 também não houve integral cumprimento do art. 193 da Constituição do Estado e das leis regulamentadoras.

Esta situação vem de longa data, não sendo cumprido em qualquer dos exercícios desde a inserção do dispositivo na Constituição do Estado, em 1989. Houve retração nos investimentos, pois em 2002 foi investido 0,64% e em 2003 foi aplicado, inclusive, o equivalente a 0,63%, e enquanto em 2004 os investimentos corresponderam a 0,35% da receita corrente.

Nos últimos exercícios, quando da apreciação das contas anuais do Estado, esta Corte tem proposto à Assembléia Legislativa que se faça recomendação ao Poder Executivo para providências visando o cumprimento da norma constitucional. Também nesses pareceres, o Tribunal de Contas sugeriu a alteração da legislação para ampliar a abrangência das despesas elegíveis, que estavam restritas às aplicações por meio da FUNCITEC e do Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina — FEPA.

Como exemplo, no Parecer Prévio sobre as Contas do Exercício de 2003, o Tribunal de Contas admitiu que “seria possível sua inclusão no cálculo para verificação do atendimento do art. 193 da Constituição Estadual, desde que fossem alteradas as Leis Estaduais 7.958/1990, 8.519/1992, 10.355/1997 para incluir os recursos destinados à EPAGRI para aplicação na política estadual de geração e difusão de tecnologia agropecuária, florestal e pesqueira”.

Com efeito, o Decreto Estadual nº 1.080, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a constituição da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A. — EPAGRI, deixa evidente que a atividade daquela empresa estatal está voltada basicamente para a pesquisa e difusão tecnológica. A Lei Complementar de nº 247, de 04 de julho de 2003, também define como objetivos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A. — EPAGRI, “executar a política estadual de geração e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural”.

Se forem somadas as despesas da EPAGRI na função 20 — Agricultura, no exercício de 2004 (R\$ 134.588.795,37), executadas com recursos do Tesouro do Estado, “Fonte 00 — Recursos do Tesouro — Recursos Ordinários”, a aplicação em ciência e tecnologia atingiria R\$ 152.317.694,72, o que representaria 2,98% das receitas correntes (base de cálculo para apuração do cumprimento do limite mínimo estabelecido no art. 193 da Constituição Estadual), ultrapassando o percentual mínimo de 2,00%.

Ressalte-se que a partir do exercício de 2005, a apuração dos recursos aplicados na pesquisa científica e tecnológica exigidos pelo art. 193 da Constituição do Estado compreenderá as despesas realizadas pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina — FAPESC (substituída da FUNCITEC) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A — EPAGRI, na função 20 — Agricultura, conforme arts. 97, I, 107, § 2º, e 157, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Estadual nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, que estabelece modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo.

1.1.4.10 Despesa com Pessoal da Administração Pública Estadual Consolidada em relação à Receita Corrente Líquida, conforme LRF

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, estabelece limites específicos de despesas com pessoal para o Poder Executivo, Poder Legislativo (incluindo o Tribunal de Contas), Poder Judiciário e Ministério Público, que somados limitam a despesa em 60% da Receita Corrente Líquida — RCL.

Além das despesas de caráter assistencial e Outras Despesas de Pessoal, o § 1º, do art. 19 da Lei Complementar Federal nº 101/00 enumera outras que não serão computadas para o cálculo da Despesa Total com Pessoal:

- Indenização por demissão de servidores ou empregados;
- Relativas a incentivos à demissão voluntária;
- Derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;
- Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18; e
- Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:
 - a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
 - b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição; e
 - c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

A tabela abaixo apresenta os gastos de pessoal realizados pelo Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Ministério Público Estadual, bem como os respectivos percentuais em relação à receita corrente líquida, conforme cálculos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal:

TABELA 1.1.30

DESPESA TOTAL COM PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, POR PODER E ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS REALIZADA EM 2004

Em R\$					
PODER E ÓRGÃO CONSTITUCIONAL	DESPESA TOTAL COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	%	% LRF	% LIMITE PRUDENCIAL
Poder Executivo	2.509.350.577,15	5.669.193.718,27	44,26	49,00	46,55
Poder Legislativo	159.179.983,05	5.669.193.719,27	2,81	3,00	2,85
Assembleia Legislativa	115.115.742,36	5.669.193.720,27	2,03	2,20	2,09
Tribunal de Contas	44.064.983,05	5.669.193.721,27	0,78	0,80	0,76
Tribunal de Justiça	275.678.321,59	5.669.193.722,27	4,86	6,00	5,70
Ministério Público	116.541.403,53	5.669.193.723,27	2,06	2,00	1,90
TOTAL	3.060.750.881,79		53,99	60,00	57,00

■ Fonte: Balancete Consolidado Geral de 2004/Relatórios de Gestão fiscal dos Poderes, TCE e MP.

A *Despesa Total com Pessoal*, apurada conforme a Lei Complementar nº 101/00, totalizou R\$ 3.060.750.881,74, correspondendo a 53,99% da Receita Corrente líquida, de R\$ 5.669.193.718,27.

Constata-se que a Despesa Orçamentária total com Pessoal da Administração Direta e Indireta, incluindo as empresas estatais dependentes, em 31 de dezembro de 2004, encontrava-se 3,01 pontos percentuais inferior ao limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e 6,01% inferior ao limite de gastos com pessoal estabelecido pela respectiva lei.

O Poder Judiciário, o Poder Executivo e a Assembléia Legislativa encerraram o exercício com comprometimento das despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida do Estado em percentuais inferiores ao fixado como limite prudencial.

No Tribunal de Contas do Estado o comprometimento resultou em percentual de 0,78%, ultrapassando o limite prudencial (0,76%), mas inferior ao limite de gastos de 0,80% da Receita Corrente Líquida fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A despesa total com pessoal do Ministério Público Estadual, em 31.12.2004, eram equivalentes a 2,06% da RCL, portanto, 0,06% pontos percentuais acima de seu limite legal de gastos, descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.1.4.11 Recursos Financeiros da Conta Única de Depósitos à disposição da Justiça, disponibilizados ao Poder Executivo

Por intermédio do Ofício nº 2.979, de 15 de março de 2005, o Tribunal de Contas solicitou à Secretaria de Estado da Fazenda, informações quanto aos Recursos Financeiros da Conta Única de Depósitos à Disposição da Justiça disponibilizados ao Poder Executivo, nos termos da Lei Estadual nº 13.186/2004 e Decreto Estadual nº 2.763/2004, incluindo informações quanto às ações realizadas e a serem realizadas com aqueles recursos. Também foi solicitada a remessa dos extratos da conta corrente bancária, de cópias dos atos de instituição e de informações acerca dos controles relativos ao Fundo de Reserva, estabelecidos pelo Decreto nº 2.763/04.

Em atenção à solicitação da Diretoria do Tesouro do Estado (através do Ofício nº 0287 de 06 de abril de 2005, e informação nº 088/05) a Secretaria de Estado da Fazenda informou:

- 1) (...) Informamos que os recursos repassados serão utilizados para o pagamento de precatórios judiciais de qualquer natureza, pagamento da defensoria

dativa e em investimentos e custeio em segurança pública, nos termos da citada Lei Estadual;

2) (...) Em 2004 não foram empenhadas despesas à conta dos recursos oriundos dos depósitos judiciais;

3) (...) O Fundo de Reserva, relativo aos 20% (vinte) por cento dos depósitos judiciais, que atendem ao disposto na Lei Estadual nº 13.186/04, deverá receber recursos mediante depósitos na Conta Corrente 801.822-0, da Agência 0068-0, BESC/CONAG;

4) (...) Quanto aos lançamentos contábeis, será efetuado como segue:

Ativo Circulante	Passivo Circulante
Bancos e Correspondentes	Depósitos Judiciais
1.111.299.220.211	21.142

As informações e dos documentos apresentados pela Secretaria de Estado da Fazenda permitem a realização da seguinte análise:

De acordo com a norma legal, do valor passível de utilização pelo Poder Executivo, vinte por cento deve ser destinado a fundo específico, mantido em conta corrente específica. Embora tenha ingressado na Conta Única do Poder Executivo (conta 990.000-7) o valor de R\$ 13.225.441,22, a conta específica no Banco do Estado de Santa Catarina (conta nº 801.822-0, da Agência 0068-0, BESC / CONAG) somente foi aberta no exercício de 2005.

A Secretaria de Estado da Fazenda não demonstrou possuir um plano de aplicação para os recursos da Conta Única do Judiciário.

1.1.4.12 Despesas com Publicidade na Administração Pública Estadual

Neste item serão analisadas as despesas com *serviços de publicidade e propaganda* prestados por pessoa jurídica, incluindo a geração e a divulgação por veículos de comunicação. Foram consideradas as despesas registradas no subelemento de despesa 3.3.90.39.67, considerando os valores empenhados pela Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Estatais Dependentes e as despesas pagas pelas Empresas Não Dependentes no ano de 2004.

O subelemento 3.3.90.39.67 registra as despesas com serviços de publicidade e propaganda, prestadas por pessoa jurídica, incluindo a geração e a divulgação por meio de veículos de comunicação. Essas despesas incluem campanhas institucionais, campanhas de caráter promocional, social, informativo e institucional, à divulgação de produtos e/ou serviços e à elaboração de anúncios e campanhas institucionais e de material promocional, patrocínio a eventos econô-

micos, turísticos, culturais, comunitários e esportivos e à promoção de eventos relacionados ao meio ambiente e publicidade e divulgação de estudos e pesquisas.

Não estão consideradas as despesas registradas no subelemento 3.3.90.2932, onde devem ser apropriadas as despesas com publicidade e divulgação obrigatória relativa a atos administrativos, incluindo publicação de editais, extratos de contratos, convocações, correios e outros assemelhados, desde que não tenham caráter de propaganda e afins.

Para efeito de análise comparativa dos valores consolidados, será tomado como parâmetro os totais da Despesa Orçamentária e da Receita Corrente Líquida do Estado para a Administração Direta, as Autarquias, as Fundações, os Fundos e as Empresas Estatais Dependentes, enquanto que para as Empresas Estatais Não Dependentes utilizar-se-á à Receita e Despesa Operacionais. A tabela seguinte mostra os gastos pelas unidades da estrutura organizacional do Estado:

TABELA 1.1.31
DESPESAS COM SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

UNIDADE	DESPESA EMPENHADA	%	% SOBRE TOTAL
Secretaria de Estado da Informação	30.761.486,85	94,68%	57,03%
Assembleia Legislativa do Estado	985.046,26	3,03%	1,83%
Secretaria de Estado da Educação e Inovação	521.971,20	1,61%	0,97%
Tribunal de Justiça do Estado	199.241,99	0,61%	0,37%
Secretaria do Desenvolvimento Regional de Itajaí	9.110,00	0,03%	0,02%
Secretaria do Desenvolvimento Regional de Ibirama	5.699,80	0,02%	0,01%
Secretaria do Desenvolvimento Regional de Xanxerê	3.628,04	0,01%	0,01%
Secretaria do Desenvolvimento Regional de Araranguá	1.440,60	0,00%	0,00%
Secretaria de Estado da Infra-estrutura	793,80	0,00%	0,00%
Gabinete do Governador do Estado	700,00	0,00%	0,00%
Secretaria da Seg. Pública e Defesa do Cidadão	538,56	0,00%	0,00%
Secretaria do Desenvolvimento Regional de Tubarão	500,00	0,00%	0,00%
Secretaria do Desenvolvimento Regional de Lages	450,00	0,00%	0,00%
Secretaria do Desenvolvimento Regional de Caçador	400,00	0,00%	0,00%
Secretaria do Desenvolvimento Regional de Campos Novos	98,00	0,00%	0,00%
Secretaria do Desenvolvimento Regional de Brusque	42,00	0,00%	0,00%
Subtotal Administração Direta	32.491.147,10	100,00%	60,24%
Administração do Porto de São Francisco do Sul	1.162.633,07	79,01%	2,16%
Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina	297.571,74	20,22%	0,55%
Departamento de Transportes e Terminais	11.303,80	0,77%	0,02%
Subtotal Autarquias	1.471.508,61	100,00%	2,73%
Fundação do Meio Ambiente	499.001,05	72,11%	0,93%
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	169.535,55	24,50%	0,31%
Fundação Catarinense de Educação Especial	11.503,55	1,66%	0,02%
Fundação de Ciência e Tecnologia	7.800,00	1,13%	0,01%
Fundação Catarinense de Cultura	4.120,00	0,60%	0,01%
Subtotal Fundações	691.960,15	100,00%	1,28%
Fundo Estadual de Saúde	724.321,80	51,35%	1,34%
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	368.989,57	26,16%	0,68%
Fundo de Esforço Fiscal	233.701,76	16,57%	0,43%
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	83.417,00	5,91%	0,15%
Subtotal Fundos	1.410.430,13	100,00%	2,61%
SANTUR	3.747.917,62	99,74%	6,95%
EPAGRI	8.800,00	0,23%	0,02%
COHAB/SC	852,60	0,02%	0,00%
Subtotal — Empresas estatais dependentes	3.757.570,22	100,00%	6,97%
CELESC	5.928.171,00	42,00%	10,99%
CASAN	3.244.726,76	22,99%	6,02%
CODESC	1.980.004,50	14,03%	3,67%
BADESC	1.781.393,83	12,62%	3,30%

continua

continuação

UNIDADE	DESPESA EMPENHADA	%	% SOBRE TOTAL
SCGAS	865.704,00	6,13%	1,61%
CIASC	180.700,94	1,28%	0,34%
BESCOR	76.278,60	0,54%	0,14%
IAZPE	18.006,20	0,13%	0,03%
CEASA	13.742,12	0,10%	0,03%
INVESC	11.414,20	0,08%	0,02%
CODISC	9.634,40	0,07%	0,02%
REFLORESC	4.242,00	0,03%	0,01%
Subtotal — Empresas estatais não dependentes	14.114.018,55	100,00%	26,17%
TOTAL	53.936.634,76	100,00%	100,00%

■ Fonte: Balanços da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações, dos Fundos e das Empresas Estatais Dependentes e informações prestadas pelas Empresas não dependentes, relativos a 2004.

A análise das despesas segundo as espécies de órgãos e entidades podem ser sintetizadas nos itens seguintes:

a) Administração Direta

No exercício de 2004, o total da Despesa Empenhada com *serviços de publicidade e propaganda pela Administração Direta* do Estado foi de R\$ 32.491.147,10. Isto corresponde a 0,42% da Despesa Orçamentária do Estado (de R\$ 7.671.102.404,62) e 0,57% da Receita Corrente Líquida do Estado (de R\$ 5.669.193.718,27).

Na Administração Direta, a Secretaria de Estado da Informação foi responsável por 94,68% do total da despesa empenhada com serviços de publicidade e propaganda. Deve-se ressaltar que a Lei Complementar Estadual nº 243/2003 definiu como competência da Secretaria de Estado da Informação, o desenvolvimento e a coordenação dos serviços de imprensa, relações públicas, comunicação e informações das atividades governamentais; a coordenação e a articulação do processo de uniformização dos diversos setores de comunicação e informações da administração direta e indireta; e a celebração de contratos, convênios ou acordos visando a execução da política de relacionamento, comunicação e informações da administração direta e indireta.

Cumprindo ainda sua função legal, a Secretaria de Estado da Informação realizou despesas com publicidade e propaganda de campanhas de caráter social, informativo e institucional; patrocínio de eventos culturais, comunitários, esportivos e educativos; e publicidade, dos órgãos do Poder Executivo, que atingiram o montante de R\$ 30.761.486,85. Os gastos com campanhas de caráter social, informativo e institucional corresponde a mais de 90,% das despesas nessa área.

Na Administração Direta, o Poder Executivo realizou gastos com publicidade e propaganda no valor de R\$ 31.306.858,85, correspondente a 96,35% dessa espécie de despesa. A Assembléia Legislativa realizou gastos de R\$ 985.046,26 (3,03%), e o Tribunal de Justiça desembolsou R\$ 199.241,99 (0,61%).

A Secretaria de Estado da Informação participa com 94,68% no total da despesa empenhada com serviços de publicidade e propaganda pela Administração Direta do Estado.

A legalidade dessas despesas será oportunamente apurada por meio de auditorias, inspeções e apreciação de contas de administrador, sujeitas ao julgamento do Tribunal de Contas, de acordo com a programação do Tribunal.

b) Fundações Públicas

No exercício de 2004, o total da *Despesa Empenhada com serviços de publicidade e propaganda pelas Fundações Públicas* foi de R\$ 691.960,15. Este valor corresponde a 0,009% da Despesa Orçamentária do Estado e a 0,012% da Receita Corrente Líquida do Estado.

A Fundação do Meio Ambiente — FATMA e a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina — UDESC despenderam a maior parcela dos recursos com despesas de publicidade e propaganda (R\$ 668.536,60), correspondendo a 96,61% do total.

Do total empenhado com despesas de publicidade e propaganda pelas Fundações Públicas, 3,59% refere-se à promoção de eventos relacionados ao meio ambiente, o restante 96,41% é relativo à publicidade legal.

c) Autarquias

No exercício de 2004, o total da *Despesa Empenhada com serviços de publicidade e propaganda pelas Autarquias* foi de R\$ 1.471.508,61, conforme discriminado na tabela acima.

O valor corresponde a 0,02% da Despesa Orçamentária do Estado (de R\$ 7.671.102.404,62) e a 0,03% da Receita Corrente Líquida do Estado (R\$ 5.669.193.718,27).

A Administração do Porto de São Francisco do Sul despendeu a maior parcela dos recursos com despesas de publicidade e propaganda (R\$ 1.162.633,07), correspondendo a 79,01% do total das autarquias, sendo tais despesas relativas à publicidade legal.

d) Fundos Especiais

No exercício de 2004, o total da *Despesa Empenhada com serviços de publicidade e propaganda por conta do orçamento dos Fundos Especiais* foi de R\$ 1.410.430,13, conforme indicado na tabela acima.

As despesas dos fundos com serviços de publicidade e propaganda representaram 0,018% da Despesa Orçamentária do Estado e 0,025% da Receita Corrente Líquida do Estado. Dessas despesas, 35,84% refere-se a campanhas de caráter social, informativo e institucional, e 64,16% são relativas à publicidade legal.

O Fundo Estadual de Saúde executou despesas com publicidade e propaganda que representaram 51,35% do total empenhado pelos Fundos Especiais.

e) Empresas Estatais Dependentes

No exercício de 2004, o total da *Despesa Empenhada com serviços de publicidade e propaganda pelas Empresas Estatais Dependentes* (SANTUR, CIDASC, EPAGRI e COHAB) foi de R\$ 3.757.570,22. O valor corresponde a 0,05% da Despesa Orçamentária do Estado e 0,07% da Receita Corrente Líquida do Estado.

Entre as Empresas Estatais dependentes do Tesouro, a Santa Catarina Turismo S/A — Santur foi que mais dispendeu recursos com despesas de publicidade e propaganda (99,74%). Do total empenhado com despesas de publicidade e propaganda pelas Empresas Estatais Dependentes, 99,88% refere-se a campanhas de caráter social, informativo e institucional, 0,10% é relativo a patrocínios em eventos e o restante (0,02%) diz respeito à publicidade legal.

f) Empresas Não Dependentes

No exercício de 2004, as *Empresas não dependentes* realizaram *despesas com publicidade e propaganda* no montante de R\$ 14.114.018,55, equivalente a 1,31% da sua Despesa Operacional (R\$ 1.078.887.243,73) e a 0,30% da sua Receita Operacional no exercício (R\$ 4.744.617.900,12).

Em 2004 os gastos mais significativos foram realizados pelas seguintes empresas: CELESC, CASAN, CODESC e BADESC (R\$ 12.934.296,09), representando 91,64% do total.

Do total gasto com despesas de publicidade e propaganda pelas Empresas não dependentes, 49,55% refere-se a campanhas de caráter social, informativo e institucional, 32,44% é relativo a patrocínios em eventos e o restante 18,01% diz respeito à publicidade legal. A tabela seguinte mostra, de forma resumida, os gastos realizados por espécie de órgão e entidade:

TABELA 1.1.32

DESPESAS COM SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
TODOS OS ÓRGÃOS E ENTIDADES
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$		
ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	%
Administração Direta	32.491.147,10	60,24
Autarquias	1.471.508,61	2,73
Fundações	691.960,15	1,28
Fundos Especiais	1.410.430,13	2,61
Empresas Estatais Dependentes	3.757.570,22	6,97
Empresas Não Dependentes	14.114.018,55	26,17
TOTAL	53.939.634,76	100,00

■ Fonte: Balanços da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações, dos Fundos e das Empresas Estatais Dependentes e informações prestadas pelas Empresas não dependentes, relativos a 2004.

Considerando os programas a que se referem as despesas de publicidade e propaganda consolidado, 74,44% refere-se a campanhas institucionais, 13,51% é relativo a patrocínios e o restante 12,05% diz respeito a outras formas de publicidade.

A tabela seguinte mostra comparativo entre o valor total das despesas com serviços de publicidade e propaganda da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes custeadas com recursos do Tesouro do Estado (R\$ 39.822.616,21) com os valores executados nas Funções de Governo:

TABELA 1.1.33

COMPARATIVO ENTRE AS DESPESAS COM SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA E AS FUNÇÕES DE GOVERNO
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$		
FUNÇÃO	VALOR EXECUTADO NA FUNÇÃO	COMPARATIVO ENTRE AS DESPESAS COM SERVIÇOS DE PUBLICIDADE (R\$ 39.822.616,21), E O VALOR EXECUTADO NAS FUNÇÃO DE GOVERNO
01 — Legislativa	212.912.098,90	18,70%
02 — Judiciária	9.701.640,87	410,47%
03 — Essencial à Justiça	563.323.378,27	7,07%
04 — Administração	569.966.814,79	6,99%
06 — Segurança Pública	856.601.581,91	4,65%
08 — Assistência Social	3.017.679,29	1.319,64%
09 — Previdência Social	339.611.246,93	11,73%
10 — Saúde	830.847.983,73	4,79%
11 — Trabalho	6.648.950,31	596,93%
12 — Educação	1.363.376.677,20	2,92%
13 — Cultura	12.053.290,03	330,39%
16 — Habitação	14.237.860,22	279,70%
18 — Gestão Ambiental	15.434.414,29	258,01%
19 — Ciência e Tecnologia	19.891.875,90	200,20%
20 — Agricultura	269.177.839,63	14,79%
22 — Indústria	283.500,00	14.046,78%
23 — Comércio e Serviços	13.031.312,10	305,59%
26 — Transporte	310.652.791,72	12,62%
27 — Desporto e Lazer	8.394.764,81	474,37%
28 — Encargos Especiais	2.251.936.703,72	1,77%
TOTAL	7.671.102.404,62	0,52%

■ Fonte: Balanço Geral do Estado — Exercício de 2004.

Constata-se que as aplicações nas Funções de Governo importantes como Judiciária, Assistência Social, Trabalho, Cultura, Habitação, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Indústria, Comércio e Serviços e Desporto e Lazer foram significativamente inferiores às despesas com serviços e publicidade e da propaganda pelo Poder Público.

Observa-se que as despesas com serviços de publicidade e propaganda representam um desembolso significativo para o Poder Público, quando comparado com os gastos com algumas Funções de Governo.

1.1.5 Relação entre Receita e Despesa Orçamentária

A Lei Orçamentária Anual — LOA de cada ente federativo deve conter todas as receitas que espera arrecadar no exercício a que ela se referir. As receitas são identificadas em receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes, outras receitas correntes, operações de crédito, receitas de alienação de bens, receitas de amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital. Deste elenco, algumas competem ao próprio ente arrecadar, enquanto outras são recebidas via transferências realizadas por outros entes ou por pessoas físicas e jurídicas.

A tabela a seguir mostra as Receitas Próprias, que compreende o resultado da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, outras receitas correntes e receitas de alienação de bens e de terceiros, e a comparação com as despesas correntes e de capital realizadas:

TABELA 1.1.34
RECEITA PRÓPRIA E DE TERCEIROS, E DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
EXERCÍCIO DE 2004

TÍTULO	VALOR REALIZADO	Em R\$
		% SOBRE A RECEITA E DESPESA TOTAL
RECEITA TOTAL	7.575.521.950,28	100,00
Arrecadação Própria	6.517.297.847,40	86,03
Recebidas de Terceiros (transferências)	1.058.224.102,88	13,97
DESPESA TOTAL	7.671.102.404,62	100,00
Corrente	6.893.627.491,69	89,86
De Capital	777.474.912,93	10,14
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	(95.580.454,34)	1,26

■ Fonte: Balanço Consolidado Geral do Estado de 2004.

Nota: A Receita Orçada e Realizada apresentadas na tabela acima constam pelos seus valores líquidos, com Deduções da Receita Corrente para a formação do FUNDEF.

As *Receitas Próprias Arrecadadas* totalizaram R\$ 6.517.297.847,40, equivalendo a 86,03% da Receita Orçamentária Total Arrecadada em 2004, enquanto que as Receitas de Terceiros totalizaram R\$ 1.058.224.102,88, equivalente a 13,97% da Receita Total Arrecadada em 2004. Em relação às Despesas Orça-

mentárias Realizadas, no valor de R\$ 7.671.102.404,62, verifica-se que as Receitas Próprias cobriram 84,96%.

Comparando-se a receita total com a despesa total, observa-se *déficit de execução* orçamentária de R\$ 95.580.454,34, significando que as despesas orçamentárias foram superiores às receitas.

1.1.5.1 Evolução das Receitas e Despesas Orçamentárias

Demonstra-se a seguir a evolução das Receitas e Despesas Orçamentárias totais, incluindo as Estatais dependentes, realizadas pelo Estado no período de 1997 a 2004:

TABELA 1.1.35
RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS REALIZADAS
NO PERÍODO DE 1997 A 2004 — CONSOLIDADA

Em R\$ 1,00

ANO	RECEITA REALIZADA		DESPESA REALIZADA		RESULTADO C = (A-B)	% C/A
	NOMINAL	CONSTANTE (A)	NOMINAL	CONSTANTE (B)		
1997	4.038.380.040	6.103.936.038	4.152.006.661	6.275.680.555	(171.744.517)	-2,81%
1998	3.318.081.222	4.961.304.865	3.536.119.491	5.287.322.901	(326.018.036)	-6,57%
1999	3.832.705.483	5.179.189.626	3.801.908.492	5.137.573.212	41.616.414	0,80%
2000	5.664.685.732	7.296.731.647	5.599.084.118	7.212.229.629	84.502.018	1,16%
2001	5.078.829.617	6.204.140.793	4.959.632.598	6.058.533.410	145.607.383	2,35%
2002	7.014.164.984	7.903.323.516	7.190.840.785	8.102.395.824	(199.072.308)	-2,52%
2003	6.860.161.172	7.340.457.402	7.063.866.303	7.558.424.415	(217.967.013)	-2,97%
2004	7.575.521.950	7.575.521.950	7.671.102.405	7.671.102.405	(95.580.454)	-1,26%

■ Fonte: Balanço Geral do Estado — 1997 a 2004 — Arquivos da DCE.
Inflator: IGP-DI (médio).

No período em análise, a Administração Pública Estadual registrou déficits de execução orçamentária — despesas superiores às receitas — nos exercícios financeiros de 1997, 1998 e 2002, 2003 e 2004.

A ocorrência de déficits não se coaduna com os princípios da gestão fiscal responsável, preconizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF.

O déficit de 2004 apresentado na tabela acima resulta dos registros do Balanço Geral do Estado contido nas contas apresentadas a este Tribunal. Todavia, o déficit real é superior, em decorrência de despesas realizadas e não empenhadas, conforme adiante demonstrado.

1.1.5.2 Balanço Orçamentário

O *Balanço Orçamentário* tem por objetivo demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Nos termos do art. 102, da Lei

Federal nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário deve registrar, de forma consolidada, todas as Receitas e Despesas realizadas pela Administração Pública Direta e Indireta, incluindo as empresas estatais dependentes, resultando nos seguintes valores, no exercício de 2004:

TABELA 1.1.36
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO
DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1,00

RECEITAS				DESPESAS			
GRUPOS	ESTIMATIVA	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	GRUPOS	AUTORIZADO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	7.940.162.572	8.101.790.431	2.09	DESPESAS CORRENTES	7.327.933.034	6.893.627.492	(6,39)
Receita Tributária	5.851.552.459	5.818.026.523	2,88	Pessoal e Encargos	3.449.090.673	3.367.933.994	(2,41)
Receitas de Contribuição	333.324.295	336.387.013	0,91	Juros e Encargos Dívida	466.562.400	466.375.539	(0,04)
Receita Patrimonial	114.600.206	95.623.085	(19,85)	Outras Desp. Correntes	3.412.279.961	3.059.317.959	(11,54)
Receita Agropecuária	3.461.546	1.671.708	(107,05)				
Receita Industrial	8.422.611	8.106.724	(3,90)				
Receitas de Serviços	156.808.765	89.342.385	(75,51)				
Transferências Correntes	1.431.019.832	1.585.921.943	9,77				
Outras Receitas Correntes	240.972.858	166.718.960	(44,54)				
RECEITAS DE CAPITAL	874.536.559	140.345.705	(485,58)	DESPESAS DE CAPITAL	1.725.770.856	777.474.913	(121,97)
Operações de Crédito	222.444.699	90.591.231	(148,55)	Investimentos	1.399.187.695	501.538.302	(178,68)
Alienação de Bens	1.545.000	1.421.360	(8,70)	Inserções Financeiras	84.777.964	34.242.627	(147,58)
Amortização de Empréstimos	41.890.242	22.640.750	(84,89)	Amortização da Dívida	241.805.186	241.693.964	(0,05)
Transferências de Capital	591.435.618	26.915.829	(2.097,35)	Reserva de Contingência	0	0	
Outras Receitas de Capital	17.251.000	7.776.535	(121,83)				
SUBTOTAL 1	8.814.699.131	8.251.144.136	(6,83)	SUBTOTAL	9.053.703.890	7.671.102.405	(18,02)
Deduções da Receita	(679.262.097)	(675.622.185)	(0,54)				
SUBTOTAL 2	8.135.437.034	7.575.521.950	(7,39)				
DEFICIT	-	(95.580.454)	-	SUPERÁVIT	-	-	-
TOTAL GERAL	8.135.437.034,00	7.479.941.495,94	(8,76)	TOTAL	9.053.703.890	7.671.102.405	(18,02)

■ Fonte: Balanço Geral do Estado do exercício de 2004.

Consta do Balanço Orçamentário, que a Receita Orçamentária Total Arrecadada totalizou R\$ 7.575.521.950,28, valor inferior às Despesas Orçamentárias Totais Realizadas, resultando em *Déficit de Execução Orçamentária* no valor de R\$ 95.580.454,34. Este é o déficit registrado no Balanço.

Quanto ao déficit, convém fazer as seguintes considerações:

- 1) Consta o anexo Razão Analítico do Balanço Geral do Estado, na conta contábil nº 2.05.06 — *Despesa de Pessoal a Regularizar*, o valor de R\$ 13.600.595,12, lançado a débito, que se referem a despesas de Pessoal da Polícia Militar realizada em dezembro de 2004 sem o devido empenhamento, por falta de dotação orçamentária. Tendo em vista que este valor não foi considerado no Balanço Orçamentário de 2004 como despesa realizada, devendo a ele ser agregado, pois representa despesa daquele exercício (regime de competência). Dessa forma, com o ajuste, o Déficit de Execução Orçamentária totaliza R\$ 109.181.049,46.
- 2) Este Tribunal de Contas realizou levantamento junto às Unidades Gestoras Estaduais, solicitado informações quanto à existência de despesas realizadas e não empenhadas, tendo apurado valor de R\$ 435.268,67, verificadas junto à SEDUMA, CIDASC, COHAB e FUNCITEC. Soma-

do ao valor de R\$ 109.181.049,46, constata-se que o *Déficit de Execução Orçamentária ajustado* em 2004 foi de R\$ 109.616.318,13. Este seria o efetivo déficit caso houvesse o integral registro das despesas executadas.

Além disso, o Tribunal de Contas solicitou informações a todos os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, e junto ao Ministério Público Estadual e Tribunal de Contas, com vista apurar o montante de *despesas realizadas liquidadas e não liquidadas, canceladas no exercício de 2004*, para posterior reconhecimento no exercício de 2005 como despesas de exercício anterior, conforme regulamento contido no Decreto nº 2.773/2004. Considerando as informações prestadas pelas unidades gestoras, foi apurado o montante de R\$ 86.775.697,28, conforme tabela a seguir:

TABELA 1.1.37

DESPESAS CANCELADAS NO EXERCÍCIO DE 2004, LIQUIDADAS E NÃO LIQUIDADAS, PARA REEMPENHAMENTO COMO DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR, EM 2005

ADMINISTRAÇÃO	NÃO LIQUIDADADA (A)	LIQUIDADADA (B)	A+B	Em R\$	
				% A/Total	% B/Total
DIRETA	13.476.453,09	756.298,80	14.232.751,89	16,62	13,32
Órgãos Centrais	8.670.996,43	373.094,04	9.044.090,47	10,69	6,57
Secretarias Regionais	4.805.456,66	383.204,76	5.188.661,42	5,93	6,75
INDIRETA	67.620.551,48	4.922.393,91	72.542.945,39	83,38	86,68
Autarquias	51.054.967,82	0,00	51.054.967,82	62,96	0,00
Fundações	4.320.937,06	4.617.873,51	8.938.810,57	5,33	85,71
Fundos	9.291.168,28	280.959,40	9.572.127,68	11,46	4,95
Empresas Dependentes	2.953.478,32	23.561,00	2.977.039,32	3,64	0,41
TOTAL	81.097.004,57	5.678.692,71	86.775.697,28	100,00	100,00

■ FONTE: Informações prestadas pelos órgãos e entidades estaduais, em atendimento aos ofícios encaminhados ao TCE.

Cabe aduzir que foi indevido o cancelamento das despesas liquidadas no exercício de 2004, no valor de R\$ 5.678.692,71, por constituir despesas do exercício de 2004 (regime de competência).

Caso as despesas registradas não houvessem sido canceladas em 2004, deveriam integrar os restos a pagar (processados e não processados), situação que influenciaria no resultado orçamentário do exercício, elevando o montante de restos a pagar em R\$ 86.775.697,28. Nessa situação, o Déficit de Execução Orçamentária de 2004 seria de R\$ 196.392.015,41.

As despesas canceladas em 2004, no valor de R\$ 86.775.697,28, quando forem re-empenhadas no Elemento de Despesa 92 — Despesas de Exercícios Anteriores, causarão comprometimento para o equilíbrio das Finanças Estaduais em 2005.

O Elemento de Despesa 92 — Despesas de Exercícios Anteriores — não se presta ao reconhecimento dessas despesas canceladas no exercício de 2004, as

quais, segundo informações prestadas pelos órgãos e entidades Estaduais, foram canceladas após terem sido processadas pela Contabilidade, por conta de determinação do Decreto Estadual nº 2.773, de 17 de dezembro de 2004 e Instrução Normativa nº 04/04.

As Unidades Gestoras apresentaram os seguintes motivos para os cancelamentos efetivados em 2004:

- Anulado pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- Anulação de ofício pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Cancelados por ordem da Secretaria de Estado da Fazenda;
- Efetuado pela SEF, para fins de ajuste fiscal e encerramento do exercício 2004;
- Estornado pela SEF para pagamento do 13º;
- Despesas reempenhadas no ano de 2005, que eram de competência do exercício de 2004 e que inadvertidamente foram estornadas.

Embora os valores computados na tabela sejam preliminares, haja vista que o seu valor definitivo só poderá ser evidenciado ao final do exercício de 2005, depois de verificado o montante classificado no Elemento de Despesa 92 — Despesas de Exercícios Anteriores, verifica-se que o procedimento permitiu a diminuição do Déficit de Execução Orçamentária de 2004.

Ainda quanto ao Déficit de Execução Orçamentária, cabe esclarecer que o art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 — LRF, prescreve que se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

A Lei Estadual nº 12.640, de 21 de julho de 2003, LDO para 2004, em seu art. 47 e parágrafo único, estabelecia que caso fosse necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal previstas no Anexo de Metas Fiscais, os ajustes seriam realizados de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras de cada Poder e do Ministério Público do Estado, hipótese em que o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público do Estado o montante de recursos indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

Na execução do orçamento de 2004, o Poder Executivo, visando a contenção de gastos, editou atos para contingenciamento das despesas de custeio, investimentos e demais despesas correntes e de capital dos órgãos e entidades do Poder Executivo, excetuando-se as despesas com pessoal, relativamente aos recursos da fonte 00 — Recursos do Tesouro, em decorrência do efetivo comportamento da Receita, como o Decreto nº 1.475, de 18.02.2004 (contingenciamento médio de 21,71%), Decreto nº 1.611, de 31.03.2004 (ampliação para 39,02%), e Decreto nº 2.077, de 28/06/2004 (ampliou o contingenciamento para 51,1%).

A análise a seguir, destina-se a demonstrar o comportamento das receitas frente às despesas, mês-a-mês, considerando-se a Execução Orçamentária Consolidada Geral do Estado no exercício de 2004:

TABELA 1.1.38

FLUXO MENSAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA E DESPESA CONSOLIDADO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA EXERCÍCIO DE 2004

MÊS	Em R\$						
	RECEITA (A)	DESPESA (B)	DÉFICIT/ SUPERÁVIT C = (A-B)	DÉFICIT/ SUPERÁVIT ACUMULADO	% B/A	% RECEITA MENSAL S/ TOTAL DA RECEITA	% DESPESA MENSAL S/ TOTAL DA DESPESA
Janeiro	634.100.591,17	1.014.303.031,79	(380.202.440,62)	(380.202.440,62)	59,96%	8,37%	13,22%
Fevereiro	543.250.071,14	713.851.702,38	(170.601.631,24)	(550.804.071,86)	31,40%	7,17%	9,31%
Março	599.718.874,99	710.760.208,49	(111.041.333,50)	(661.845.405,36)	18,52%	7,92%	9,27%
Abril	634.545.606,34	668.887.857,77	(34.342.251,43)	(696.187.656,79)	5,41%	8,38%	8,72%
Maio	638.643.166,86	591.355.665,37	47.287.501,49	(648.900.155,30)	(7,40%)	8,43%	7,71%
Junho	601.657.439,44	659.399.497,88	(57.742.058,44)	(706.642.213,74)	9,60%	7,94%	8,60%
Julho	652.067.796,25	527.922.340,47	124.145.455,78	(582.496.757,96)	(19,04%)	8,61%	6,88%
Agosto	622.722.343,22	503.257.596,63	119.464.746,59	(463.032.011,37)	(19,18%)	8,22%	6,56%
Setembro	620.380.818,51	948.421.192,07	(328.040.373,56)	(791.072.384,93)	52,88%	8,19%	12,36%
Outubro	635.540.723,55	434.248.760,59	201.291.962,96	(589.780.421,97)	(31,67%)	8,39%	5,66%
Novembro	654.222.541,72	426.571.270,74	227.651.270,98	(362.129.150,99)	(34,80%)	8,64%	5,56%
Dezembro	738.671.977,09	472.123.280,44	266.548.696,65	(95.580.454,34)	(36,08%)	9,75%	6,15%
TOTAL	7.575.521.950,28	7.671.102.404,62	(95.580.454,34)	(95.580.454,34)	1,26%	100,00%	100,00%

■ Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda — Diretoria de Contabilidade.

Pode-se observar que no mês de janeiro a Administração Pública Estadual registrou o maior déficit orçamentário do exercício, no valor de R\$ 380.202.440,62, seguido pelo mês de setembro no valor de R\$ 328.040.373,56.

Um dos motivos que justificam o déficit no mês de janeiro refere-se aos empenhamentos globais de alguns elementos de despesas, principalmente os relativos a contratos e os empenhos por estimativas. De outro lado, o Poder Executivo realizou contingenciamentos de despesas de custeio e de capital, no que ainda havia a programar, nos meses de fevereiro (21,71%), março (39,02%) e junho (51,1%). Porém, as contenções de despesas não foram suficientes para eliminar déficit de execução orçamentária, que ao final do exercício era de R\$ 95.580.454,34.

Nota-se que no primeiro quadrimestre houve crescimento do déficit orçamentário, que ao final de abril atingia R\$ 696,19 milhões. Houve parcial redução

no segundo quadrimestre. Mas, em setembro houve novo abrupto crescimento, de modo que em 30/09/2004 o déficit de execução orçamentária era de R\$ 791,07 milhões. No último trimestre os relatórios apontam drástica redução das despesas orçamentárias (empenhamento).

Cabe salientar que os contingenciamentos ocorreram em fevereiro, março e junho de 2004, e o fluxo mensal não demonstra que tenham obtido o êxito desejado. Entretanto, a partir de outubro observou-se drástica redução das despesas, e por consequência, do déficit. No último trimestre, a despesa orçamentária foi, em média, 34,18% inferior às receitas arrecadadas. Nos nove meses anteriores, a despesa média mensal era de 14,68% superior às receitas. Os relatórios que acompanham os demonstrativos contábeis das contas não esclarecem o fenômeno.

A tabela a seguir destina-se a demonstrar a origem dos desequilíbrios orçamentários verificados durante a execução do Orçamento 2004, na Administração Direta e Indireta Estadual, conforme segue:

TABELA 1.1.39

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA ESTADUAL, EXCLUÍDO OS REPASSES DO TESOUREIRO NO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	RECEITA (A)	DESPESA (B)	DÉFICIT/SUPERÁVIT (A-B)	% RECEITA SOBRE TOTAL DA RECEITA	% DESPESA SOBRE TOTAL DA DESPESA
Administração Direta	6.769.698.530,38	5.795.762.488,16	973.936.042,22	89,36	75,55
Autarquias	430.162.478,55	680.503.975,36	(250.341.496,81)	5,68	8,87
Fundações	23.043.797,19	170.009.813,87	(146.966.016,68)	0,30	2,22
Fundos	315.175.322,84	762.661.168,38	(447.485.845,54)	4,16	9,94
Empresas Dependentes	37.441.821,32	262.164.958,85	(224.723.137,53)	0,49	3,42
TOTAL	7.575.521.950,28	7.671.102.404,62	(95.580.454,34)	100,00	100,00

■ Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda — Diretoria de Contabilidade.

Sem levar em consideração os repasses financeiros efetuados pelo Tesouro do Estado, o Déficit de Execução Orçamentária, em ordem decrescente de valor, teve origem nos Fundos Especiais, com R\$ 447.485.845,54, seguido pelas Autarquias com R\$ 250.341.496,81, Empresas Estatais Dependentes com R\$ 224.723.137,53 e nas Fundações com R\$ 146.966.016,68.

Na tabela a seguir demonstra-se o Resultado da Execução Orçamentária na Administração Direta e Indireta, incluindo os repasses financeiros efetuados pelo Tesouro do Estado, em 2004:

TABELA 1.1.40

RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, INCLUINDO OS REPASSES DO TESOUREIRO
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

ÓRGÃOS / ENTIDADES	RECEITA (A)	TRANSFERÊNCIAS INTRA- GOVERNAMENTAIS (B)	TOTAL RECEITA DISPONÍVEL (C) = (A+B)	DESPESA (D)	SUPERÁVIT/ DÉFICIT (E) = (D- C)
Administração Direta	6.769.698.530,38	(957.395.229,84)	5.812.303.300,54	5.795.762.488,16	16.540.812,38
Autoridades	430.162.478,55	245.106.275,18	675.268.753,73	680.503.975,36	(5.235.221,63)
Fundações	23.043.797,19	157.514.899,52	180.558.696,71	170.009.813,87	10.548.882,84
Fundos	315.175.322,84	334.219.503,10	649.394.825,94	762.061.168,38	(113.266.342,44)
Empresas Dependentes	37.441.821,32	220.554.552,04	257.996.373,36	262.164.958,85	(4.168.585,49)
TOTAL	7.575.521.950,28	0,00	7.575.521.950,28	7.671.102.404,62	(95.580.454,34)

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2003.

A coluna *Transferências Intragovernamentais* refere-se aos recursos repassados pelo Tesouro do Estado, para a Administração Indireta e Fundos. Tais recursos estão registrados na contabilidade como Cotas de Despesas Concedidas pelo Tesouro e Cotas de Despesas Recebidas do Tesouro.

Cabe salientar, que os recursos repassados pelo Tesouro do Estado para a Administração Indireta não são empenhados, caso contrário geraria duplicidades. Pelo mesmo motivo, a Administração Indireta não efetua os registros de receita.

Considerando as despesas não empenhadas, o efetivo déficit orçamentário seria de R\$ 109,62 milhões:

TABELA 1.1.41

DÉFICIT DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (AJUSTADO) — CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Déficit constante Balanço Geral	95.580.454,34
Despesas a Regularizar (Resultado Pendente)	
Polícia Militar	13.600.595,12
Sec. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma)	76.531,75
Cidasc	53.774,89
Cohab	250.000,00
Funcitec	54.962,03
TOTAL	109.616.318,13

■ Fonte: Balanços da Administração Direta, das Autoridades, das Fundações, dos Fundos e das Empresas Estatais Dependentes e informações prestadas pelas Empresas não dependentes, relativos a 2004.

1.2 GESTÃO FINANCEIRA

1.2.1 Movimentação Financeira

A movimentação financeira está refletida no *Balanço Financeiro*, que, nos termos da Lei nº 4.320/64, art. 103, deverá apresentar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício

anterior e os que se transferirem para o exercício seguinte. O total das movimentações está exposto na tabela seguinte:

TABELA 1.2.1
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA EM 2004

	Em R\$
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31/12/2003 (SALDO DAS CONTAS DISPONÍVEL LIVRE E DISPONÍVEL VINCULADO)	621.985.903,56
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.575.521.950,28
Receita Corrente	8.101.798.431,05
(-) Dedução da Receita Corrente ¹	(675.622.185,40)
Receita de Capital	149.345.704,63
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	(7.671.102.404,62)
Despesa Corrente	(6.893.627.491,69)
Despesa de Capital	(777.474.912,93)
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	(95.580.454,34)
Receita Extra-Orçamentária	28.146.731.116,90
Despesa Extra-Orçamentária	(27.933.647.027,90)
RESULTADO DA EXECUÇÃO EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	213.084.089,00
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31/12/2004 (SALDO DISPONÍVEL E VINCULADO)	739.489.538,22

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

Nota: ¹ A inclusão do item "Dedução da Receita Corrente", obedece o disposto na Portaria nº 248/2003, da Secretaria do Tesouro Nacional, que divulga o detalhamento das naturezas de receita para 2004.

Verifica-se que as disponibilidades financeiras ao final do exercício de 2004 corresponderam a 72,01% do saldo do Passivo Financeiro.

1.3 GESTÃO PATRIMONIAL

O *Balanço Patrimonial* representa as variações sofridas pelo patrimônio do Estado, nos seus aspectos qualitativo e quantitativo, como consequência dos atos de gestão praticados no exercício. Excluindo-se os bens de uso comum, que não são incorporados ao patrimônio do Estado, todos os fatos e atos de natureza econômico-financeira concorrem para modificá-lo, sejam esses originados da execução extra-orçamentária ou orçamentária.

Os componentes patrimoniais estão evidenciados no Balanço Patrimonial, classificados nos seguintes grupos:

- *Ativo Financeiro* que compreende os valores numerários, bem como os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária;
- *Passivo Financeiro*, que compreende os compromissos exigíveis de curto prazo, cujo pagamento não depende de autorização orçamentária;
- *Ativo Permanente*, que reflete os bens, créditos e valores utilizados na exploração da atividade estatal e cuja alienação ou mobilização dependa de autorização legislativa;
- *Passivo Permanente*, que compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

A situação patrimonial do Estado em 31/12/2004 comparativamente com o exercício anterior, está ilustrada na tabela a seguir, em valores correntes:

TABELA 1.3.1
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31/12/2003 E 31/12/2004

Em R\$ 1.000

TÍTULO	ATIVO			TÍTULO	PASSIVO		
	VALOR				VALOR		
	2003	2004	Variação %		2003	2004	Variação %
Ativo Financeiro	754.694	861.084	14,10%	Passivo Financeiro	1.165.083	1.026.935	-11,86%
Disponível	214.666	264.909	23,41%	Restos a Pagar	569.906	343.263	-39,77%
Vinculado	407.320	474.580	16,51%	Dep. Diversas Origens	478.229	547.684	14,52%
Realizável	121.842	107.994	-11,37%	Depósitos Especiais	8.171	88	-98,92%
Resultado Pendente	10.866	13.601	25,17%	Consignações	103.407	130.985	26,67%
				Resultado Pendente	5.370	4.915	-8,47%
Ativo Permanente	8.567.196	9.104.475	6,27%	Passivo Permanente	9.796.959	10.775.588	9,99%
Bens	1.256.820	1.382.487	10,00%	Dívida Fundada Interna	8.569.480	9.521.196	11,11%
Créditos	5.247.805	5.611.213	6,92%	Dívida Fundada Externa	495.237	475.764	-3,93%
Valores	2.062.570	2.110.775	2,34%	Credores	563.416	578.790	2,73%
				Diversos	168.826	199.839	18,37%
Saldo Patrimonial							
Passivo Real a Descoberto	1.640.152	1.836.963	12,00%				
TOTAL DO ATIVO	10.962.042	11.802.522	7,67%	TOTAL DO PASSIVO	10.962.042	11.802.522	7,67%

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 2003 e 2004.

Nos tópicos seguintes será analisado o comportamento patrimonial registrado no exercício de 2004.

1.3.1 Patrimônio Financeiro

O *Patrimônio Financeiro* do Estado, em 31/12/2004, de acordo com o Balanço Patrimonial, compreendia o Ativo Financeiro no valor de R\$ 861,08 milhões e o Passivo Financeiro no valor de R\$ 1,03 bilhões. O resultado financeiro apontou déficit de R\$ 165,85 milhões, o que equivale a 19,26% do Ativo Financeiro. Houve redução de R\$ 294,32 milhões no déficit financeiro em relação ao exercício de 2003, em valores constantes.

1.3.1.1 Ativo Financeiro

A composição do *Ativo Financeiro*, no período 2000-2004, em valores constantes, está representada na tabela seguinte:

TABELA 1.3.2**ATIVO FINANCEIRO DOS EXERCÍCIOS DE 2000-2004**

TÍTULO	2000		2001		2002		2003		2004	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Disponível	241.700	72,79	308.415	54,09	216.995	37,30	240.706	31,89	264.909	30,76
Vinculado	49.445	14,89	367.250	64,41	354.086	60,86	456.729	60,52	474.580	55,11
Realizável	268.339	80,81	194.523	34,11	131.316	22,57	136.622	18,10	107.994	12,54
Resultado Pendente	0		0		0		12.184	1,61	13.601	1,58
TOTAL¹	559.484	168,48	870.187	152,61	702.396	120,72	846.241	112,13	861.084	100,00

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 2000 a 2004.

Nota: ¹ Totais dos Ativos Financeiros de 2000 a 2003 ajustados pelo TCE/SC.

Inflator: IGP-DI (dezembro).

O somatório do Disponível, Vinculado, Realizável e Resultado Pendente (Despesas de Pessoal a Regularizar), representativos do Ativo Financeiro, apurado em 2004, foi de R\$ 861,08 milhões, expressando aumento de 1,75% em relação ao exercício de 2003, em valores constantes.

Com relação ao *Ativo Disponível*, que é composto essencialmente por contas de caixa e bancos, em 31/12/2004 apresentava saldo de R\$ 264,91 milhões.

O *Ativo Vinculado*, que denota os valores numerários depositados em contas bancárias cuja movimentação obedece a disposições legais (destinação específica), em 31/12/2004 registrava saldo de R\$ 474,58 milhões. Assim, as disponibilidades financeiras (recursos livres e recursos vinculadas a finalidades específicas) eram de R\$ 739,49 milhões.

A conta *Realizável*, que apresenta os créditos financeiros da Fazenda Pública a curto prazo, totalizou R\$ 107,99 milhões, representando 12,54% do Ativo Financeiro em 2004.

Na conta *Resultado Pendente*, o balancete consolidado geral — Dezembro/2004, apresentava lançamento de R\$ 13.600.595,12, lançados à conta “Despesas de Pessoal a Regularizar”, referente ao exercício de 2004. Trata-se do registro, pela Polícia Militar, de despesas com a folha de pagamento de seu pessoal, relativas a dezembro/2004, incluindo 13º salário, não empenhados por falta de dotação orçamentária.

1.3.1.2 Passivo Financeiro

O *Passivo Financeiro* abrange as contas representativas da *Dívida Flutuante*. Destina-se a registrar a soma das despesas regularmente empenhadas e não pagas até o último dia do exercício; os valores recebidos de origens diversas, tais como: depósitos para recursos judiciais, depósitos para quem de direito, garantias e cauções diversas etc.; os valores especiais por conta de convênios com a

União, Prefeituras Municipais e outros; os valores específicos de diversas vinculações, tais como: alimento de família, IRRF e outros consignatários autorizados em geral; e despesas impugnadas pela contabilidade que se apresentam de modo não subsistente. A tabela seguinte mostra a posição em 31/12/2004:

TABELA 1.3.3
PASSIVO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	%
Restos a Pagar	343.263	33,43
Depósitos de Diversas Origens	547.684	53,33
Depósitos Especiais	88	0,01
Consignações	130.985	12,75
Resultado Pendente	4.915	0,48
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	1.026.935	100,00

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

Destaca-se que em 2004 a conta *Depósitos de Diversas Origens*, cujos valores referem-se a recursos de terceiros recolhidos pelo Estado (responsável pela sua intermediação a quem de direito), bem como os depósitos judiciais, as cauções em dinheiro ou as garantias recebidas de terceiros para execução de contratos de obras e fornecimento, representaram 53,33% do Passivo Financeiro, sendo o subgrupo de maior representatividade.

1.3.1.2.1 Restos a Pagar

De acordo com o art. 36, *caput* da Lei Federal nº 4.320/64, são classificados em *Restos a Pagar* as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro de origem, distinguindo-se as processadas das não processadas. Em geral, os Restos a Pagar representam compromissos financeiros (dívidas) de curto prazo, pois devem ser pagas durante o exercício seguinte.

Restos a Pagar Processados compreendem as despesas empenhadas, cujas obrigações foram executadas pelos terceiros contratados (fornecedores, prestadores de serviços, empreiteiros, etc.), prontas para pagamento, em virtude do direito líquido e certo adquirido pelo credor. São as chamadas despesas liquidadas. Os *Restos a Pagar Não Processados* referem-se às obrigações que se encontram a executar ou em execução em face do implemento da condição, não existindo ainda direito líquido e certo do credor ao pagamento.

As despesas inscritas em restos a pagar em 31/12/2004, por poder e órgão, estão especificadas a seguir:

TABELA 1.3.4

RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS
EXISTENTES EM 31/12/2004

PODER/ÓRGÃO	Em R\$			
	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	TOTAL	%
1. PODER EXECUTIVO	152.292.049,77	171.260.747,73	323.552.797,50	94,26
1.1. Secretarias	30.779.735,45	20.849.065,10	51.628.800,55	15,04
1.2. Autarquias	24.116.864,81	19.615.098,86	43.731.963,67	12,74
1.3. Fundações	1.504.713,93	487.548,46	1.992.262,39	0,58
1.4. Fundos	84.990.873,32	128.538.331,83	213.529.205,15	62,21
1.5. Empresas Estatais Dependentes	10.899.862,26	1.770.703,48	12.670.565,74	3,69
2. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	120.680,84	4.240.657,05	4.361.337,89	1,27
3. PODER JUDICIÁRIO	-	11.713.952,23	11.713.952,23	3,41
3.1. Tribunal de Justiça do Estado	-	5.687.378,18	5.687.378,18	1,66
3.2. Fundo Reparelhamento da Justiça	-	6.026.574,05	6.026.574,05	1,76
4 TRIBUNAL DE CONTAS	210.031,36	654.707,63	864.738,99	0,25
5. MINISTÉRIO PÚBLICO	50.390,00	2.719.876,44	2.770.266,44	0,81
4.1. Ministério Público	11.890,00	1.027.622,29	1.039.512,29	0,30
4.2. Fundo p/ Recuperação de Bens Lesados	-	24.535,00	24.535,00	0,01
4.3. Fundo Esp. Aperfeiçoamento Funcionários MP	-	99.222,39	99.222,39	0,03
4.4. Fundo Esp. Reparelhamento Moder. do MP	38.500,00	1.568.496,76	1.606.996,76	0,47
TOTAL	152.673.151,97	190.589.941,08	343.263.093,05	100,00

■ Fonte: Balanços Gerais dos Poderes e Órgãos — Dezembro/2004.

A composição da conta “Restos a Pagar” classificados em Processados e Não Processados, por exercício financeiro de origem, está evidenciada a seguir:

TABELA 1.3.5

SALDO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E
NÃO PROCESSADOS EM 2003 E 2004

ANO	Em R\$			
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	%
2003	1.884,00	20.490,29	22.374,29	0,01
2004	152.671.267,97	190.569.450,79	343.240.718,76	99,99
TOTAL	152.673.151,97	190.589.941,08	343.263.093,05	100,00

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

O saldo da conta Restos a Pagar alcançou a cifra de R\$ 343,26 milhões, representando 33,43% do total da Dívida Flutuante, integrado por R\$ 152,67 milhões processados e R\$ 190,59 milhões não processados.

Segundo a Instrução Normativa Conjunta DIOR, DITE, DCOG e DIAG nº 04/04 (art. 7º), da Secretaria de Estado da Fazenda, os saldos de Restos a Pagar Não Processados relativos à execução orçamentária de 2003 e de exercícios anteriores, deveriam ser anulados até o dia 31/12/2004, haja vista que somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar as despesas que efetivamente forem liquidadas no exercício financeiro (art. 3º, da Instrução Normativa Conjunta DIOR, DITE, DCOG e DIAG nº 03/04). No entanto, nota-se saldo de R\$ 20,49 mil referentes a despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados relativas ao exercício de 2003.

Constatou-se que em 2004, o Poder Executivo transferiu para o Passivo Permanente o montante de R\$ 110.078.590,71, referente a Restos a Pagar Processados e Não Processados de 2003 e exercícios anteriores, que se encontra-

vam no Passivo Financeiro. O procedimento adotado não encontra amparo na Lei Federal nº 4.320/64, especificando que os Restos a Pagar integram a dívida fluante, ou seja, o passivo financeiro.

Além disso, naquele valor estava compreendido o montante de R\$ 5.621.074,12, que se referem a Restos a Pagar Não Processados. Significa que houve inscrição de valores em dívida fundada sem que tenha havido a liquidação da despesa.

A tabela a seguir apresenta a composição do saldo da conta Restos a Pagar classificado em Processados e Não Processados, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

TABELA 1.3.6
SALDOS DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
E NÃO PROCESSADOS POR CATEGORIA ECONÔMICA
E GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA, EM 2004

Em R\$

CATEGORIA ECONÔMICA/GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	%
DESPESAS CORRENTES	132.634.114,57	141.536.705,24	274.170.819,81	79,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.784.583,33	5.405.756,95	37.190.340,28	10,84
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.849.531,24	136.130.948,29	236.980.479,53	69,04
DESPESAS DE CAPITAL	20.037.153,40	49.032.745,55	69.069.898,95	20,12
INVESTIMENTOS	19.819.170,74	47.966.718,77	67.785.889,51	19,75
INVERSÕES FINANCEIRAS	217.982,66	1.066.026,78	1.284.009,44	0,37
TOTAL GERAL	152.671.267,97	190.569.450,79	343.240.718,76	100,00

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

Em 2004, a maior parcela dos valores inscritos em Restos a Pagar (79,88%) pertence à categoria econômica “Despesas Correntes”, dos quais, 69,04% referem-se ao grupo de natureza de despesa “Outras Despesas Correntes”.

1.3.1.2.2 Depósitos de Diversas Origens

Os *Depósitos de Diversas Origens* significam recursos de terceiros recolhidos e em poder do Estado (responsável pela sua intermediação a quem de direito), bem como as cauções em dinheiro ou as garantias recebidas de terceiros para execução de contratos de obras e fornecimento. A composição da conta “Depósitos de Diversas Origens” classificada por tipo de recurso e por exercício está evidenciada na tabela a seguir:

TABELA 1.3.7

DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS POR TIPO DE RECURSO
E POR EXERCÍCIO DE ORIGEM EM 31/12/2004

Em R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1990 a 1999	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
Depósitos para Garantia de Recursos	1	0	0	0	0	2.994	2.995
Depósitos para Quem de Direito	34.267	674	2.046	9.377	8.065	456.281	510.709
Depósitos Judiciais	347	2	206	262	7.415	17.756	25.987
Cauções	559	351	274	800	977	3.518	6.479
Vencimentos e Sal. Não Reclamados	0	0	0	0	1	0	1
Depósitos Abandonados	0	0	1	0	0	0	2
Vencimentos em Verificação de Direito	0	0	26	145	492	599	1.262
Caixa Econômica Federal	7	0	0	0	0	0	7
Fianças	165	10	10	26	5	13	229
Multas — AF — CIDASC (*)	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	3	3
Taxa de Publicações	0	0	0	0	0	11	11
TOTAL	35.346	1.037	2.563	10.610	16.955	481.173	547.684

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

Nota: (*) Valores inferiores a R\$ 1.000,00.

Observa-se que do total dos Depósitos de Diversas Origens do Estado, 83,31% refere-se a Depósitos para Quem de Direito. A referida conta inclui os Depósitos à Disposição da Justiça no valor de R\$ 396,93 milhões, que correspondem a 72,47% dos Depósitos de Diversas Origens.

Confrontado o saldo de R\$ 547,68 milhões existente em 31.12.2004 em Depósitos de Diversas Origens — DDO com o Ativo Financeiro Disponível, de R\$ 264,91 milhões, verifica-se que para cada R\$ 1,00 (um real) a pagar existiam recursos financeiros nos cofres do Estado correspondente a R\$ 0,48 (quarenta e oito centavos).

No tocante aos valores de Depósitos Judiciais, que totalizavam R\$ 17,76 milhões em 31/12/2004, cabe esclarecer que com o advento da Lei Federal nº 10.482/02 (que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos) e da Lei Estadual nº 13.186/04 (dispõe sobre a gestão dos depósitos judiciais), foram repassados pelo Poder Judiciário ao Poder Executivo o total de R\$ 17,53 milhões. Tal espécie de recurso disponibilizado ao Poder Executivo deve ser utilizada exclusivamente no pagamento de precatórios judiciais de qualquer natureza, no pagamento da defensoria dativa e em investimentos e custeio em segurança pública.

Conforme informado pela Secretaria de Estado da Fazenda (Ofício nº 287, de 06/04/2005) no exercício de 2004 não foram empenhadas despesas à conta dos recursos oriundos dos depósitos judiciais.

1.3.1.2.3 Dívida Flutuante

A *Dívida Flutuante*, que corresponde ao Passivo Financeiro, compreende os valores contabilizados como Receita Extra-Orçamentária, tendo como principais características a procedência nacional, o resgate programado para o curto

prazo, inferior a doze meses e a independência da autorização legislativa para ser contraída.

A tabela a seguir exibe a evolução da Dívida Flutuante nos últimos quatro exercícios:

TABELA 1.3.8
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE NOS EXERCÍCIOS DE 2000 A 2004

Em R\$ 1.000

TÍTULO	2000		2001		2002		2003		2004		Variação %	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	2000/ 2004	2003/ 2004
Restos a Pagar	909.536	98,63	633.189	73,26	526.607	56,85	639.038	54,85	343.263	33,43	(54,23)	(46,28)
Depósitos de Diversas Origens	547.379	56,27	553.297	64,02	480.165	51,84	536.240	46,03	547.684	53,33	0,06	2,13
Depósitos Especiais	374	0,04	39	0,00	9.887	1,07	9.162	0,79	88	0,01	(76,52)	(99,04)
Consignações	122.103	12,56	123.724	14,32	96.487	10,31	115.951	9,95	130.985	12,75	7,27	12,97
Resultado Pendente	9.671	0,99	8.732	1,01	6.098	0,66	6.022	0,52	4.915	0,48	(49,18)	(18,38)
TOTAL	1.639.062	168,48	1.318.980	152,61	1.118.244	120,72	1.306.411	112,13	1.026.935	100,00	(37,35)	(21,39)

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 2000 a 2004.
Inflator: IGP-DI (dezembro).

A *Dívida Flutuante* em 31/12/2004, em valores constantes, apresentou redução de 21,39% em relação ao final do exercício de 2003.

Cabe aduzir que a redução do saldo da conta Restos a Pagar em relação ao exercício anterior se deve, em grande parte, à transferência de R\$ 110.078.590,71 ao Passivo Permanente — Dívida Fundada Interna, mecanismo não previsto na legislação contábil vigente. Esse valor deveria permanecer como restos a pagar de exercícios anteriores, integrando o passivo financeiro (dívida fluante).

1.3.1.3 Situação Líquida Financeira

O Balanço Patrimonial revela que em curto prazo o Estado não dispõe de recursos que permitam honrar os compromissos vencidos e de exigibilidade imediata, comprometendo, assim, a execução orçamentária do exercício financeiro de 2005.

O comportamento da *situação líquida financeira* no período de 1998 a 2004 está evidenciado na tabela a seguir em valores constantes:

TABELA 1.3.9

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA — VALORES CONSTANTES — EXERCÍCIOS DE 1998 A 2004

Em R\$ 1.000

EXERCÍCIOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA	SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REAL ¹
1998	1.277.460	2.381.372	(1.103.911)	(2.110.647)
1999	1.073.991	1.913.631	(839.639)	(1.483.717)
2000	559.484	1.639.062	(1.079.578)	(1.079.578)
2001	870.186	1.318.979	(448.793)	(448.793)
2002	702.396	1.118.244	(415.848)	(415.848)
2003	846.241	1.306.411	(460.171)	(460.171)
2004	861.084	1.026.935	(165.850)	(165.850)

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1998 a 2004.

Notas: ¹ Valores apurados, descontando-se os Títulos do Tesouro do Estado que se encontravam bloqueados, no período de 1998 e 1999.

Inflator: IGP-DI (dezembro).

O *Déficit Financeiro* de 2004, em valores constantes, apresentou diminuição de 63,96% em relação ao ano de 2003 e redução de 92,14% quando confrontando com o saldo existente em 1998. No entanto, cabe lembrar que nesse período houve exclusão dos valores que haviam sido contabilizados no Ativo Financeiro Realizável relativo aos Títulos do Tesouro do Estado, em razão do cancelados no exercício financeiro de 2000, pois não representavam recursos financeiros efetivos.

Também convém consignar que o cancelamento de restos a pagar anteriores a 2004, no montante de R\$ 110,08 milhões, com inscrição em dívida fundada interna, produziu redução artificial do déficit financeiro. Considerando esse montante (pois em verdade se referem a despesas de curto prazo) o déficit financeiro seria de R\$ 275,93 milhões.

1.3.2 Patrimônio Permanente

1.3.2.1 Ativo Permanente

O *Ativo Permanente* — grupo de contas que consigna os Bens de Uso Especial do Estado, os Créditos e os Valores — somava R\$ 9,10 bilhões em 31/12/2004. Comparado ao exercício de 2003, em valores constantes, houve redução do ativo permanente em 5,23%, como mostra a tabela seguinte:

TABELA 1.3.10

ATIVO PERMANENTE — VALORES CONSTANTES,
EM 31/12/2003 E 31/12/2004

ATIVO PERMANENTE	2003	%	2004	%	Em R\$
					VARIAÇÃO %
BENS	1.409.276.863,29	16,45	1.382.486.670,65	15,18	(1,90)
Bens Móveis	502.055.829,31	5,86	521.461.181,22	5,73	3,87
Bens Imóveis	904.767.710,30	10,56	858.697.539,37	9,43	(5,09)
Bens de Natureza Industrial	2.453.323,67	0,03	2.327.950,06	0,03	(5,11)
CRÉDITOS	5.884.381.084,79	68,69	5.611.213.385,36	61,63	(4,64)
Dívida Ativa	3.005.777.290,26	35,08	3.044.060.346,18	33,43	1,27
Diversos	2.878.603.794,53	33,60	2.567.153.039,18	28,20	(10,82)
VALORES	2.312.766.895,36	27,00	2.110.775.041,44	23,18	(8,73)
TOTAL	9.606.424.843,44	112,13	9.104.475.097,45	100,00	(5,23)

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 2003 e 2004.

Inflator: IGP-DI (dezembro).

O saldo da conta Dívida Ativa apresentou crescimento de 1,27% em relação ao ano anterior em valores constantes.

Na conta Valores do Ativo Permanente são contabilizados os valores relativos às ações que o Estado detém nas sociedades de economia mista, os títulos do Tesouro Nacional e os valores dos bens do almoxarifado, verificando-se redução de 8,73% no saldo, em relação a 2003, em valores constantes.

Os *Créditos* do Estado são o subgrupo mais representativo do Ativo Permanente, representando 61,63%. Atingiram a cifra de R\$ 5,61 bilhões em 31/12/2004, evidenciando decréscimo de 4,64% em relação ao exercício de 2003, em valores constantes. Os valores mais expressivos dos Créditos do Estado são representados pela conta Dívida Ativa.

O art. 39 da Lei Federal nº 4.320/64 determina que as importâncias referentes a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública lançados, mas não cobrados ou não recolhidos no exercício de origem, constituem *Dívida Ativa* a partir da data de sua inscrição. Os créditos relativos a tributos lançados e não arrecadados são representados pela Dívida Ativa Tributária. Todos os demais créditos líquidos e certos da Fazenda Pública conglomeram a Dívida Ativa Não Tributária.

A evolução da inscrição, cobrança e cancelamento da Dívida Ativa Estadual está demonstrada na tabela a seguir em valores nominais:

TABELA 1.3.11

COBRANÇA E CANCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA, EM VALORES NOMINAIS — EXERCÍCIOS DE 1998 A 2004

Em R\$ 1,00

ANO	SALDO INÍCIO DO EXERCÍCIO (A)	INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO (B)	COBRANÇA NO EXERCÍCIO (C)	CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO (D)	SALDO TOTAL FINAL DO EXERCÍCIO E = (A + B — C — D)	% C/(A+B)	% D/(A+B)
1998	969.161.461	490.483.417	31.707.378	86.554.877	1.341.382.623	2,17	5,93
1999	1.341.382.623	323.028.166	32.854.683	20.143.192	1.611.412.914	1,97	1,21
2000	1.611.412.914	369.087.077	30.297.986	232.431.851	1.717.770.154	1,53	11,74
2001	1.717.770.154	388.207.233	16.064.915	240.821.061	1.849.091.411	0,76	11,44
2002	1.849.091.411	523.760.730	19.559.377	30.874.981	2.322.417.783	0,82	1,30
2003	2.322.417.783	551.609.653	70.827.950	122.589.091	2.680.610.395	2,46	4,27
2004	2.680.610.395	434.247.368	21.981.808	48.815.609	3.044.060.346	0,71	1,57

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1998 a 2004.

Nota-se que mantido o resultado efetivo da cobrança da Dívida Ativa (ingresso de recursos no Tesouro) realizada no exercício de 2004, para recuperação apenas do valor existente ao final de 2004, seriam necessários 138 anos para a cobrança do total. Nos últimos sete exercícios, a recuperação de créditos inscritos em dívida ativa resultou em receita de R\$ 223,29 milhões. Todavia, em 2004 as inscrições atingiram R\$ 434,34 milhões, ou seja, quase o dobro das receitas obtidas desde 1998.

De outro lado, sabe-se que grande parte dos créditos inscritos em dívida ativa não se converterá em receitas. Entretanto, os relatórios das contas anuais não trazem informações quanto ao montante considerado iliquidável.

O saldo da *Dívida Ativa* existente em 31/12/2004 de R\$ 3,04 bilhões corresponde a 40,18% da Receita Orçamentária arrecadada pelo Estado no ano de 2004 (R\$ 7,57 bilhões). A receita arrecadada, em 2004, originária da dívida ativa corresponde a 0,0033% da receita própria do Estado (R\$ 6,52 bilhões).

1.3.2.2 Passivo Permanente

O *Passivo Permanente* abrange os saldos da Dívida Fundada Interna e Externa e de Credores, bem como os Empréstimos e Financiamentos, os Débitos Trabalhistas e Previdenciários e as demais contas do Passivo Exigível a Longo Prazo das Empresas Estatais Dependentes. Em 31/12/2004, registrava saldo de R\$ 10,77 bilhões:

TABELA 1.3.12

PASSIVO PERMANENTE DO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$

DISCRIMINAÇÃO	VALOR	%
Dívida Fundada Interna	9.521.195.818,44	88,36
Dívida Fundada Externa	475.763.618,07	4,42
Credores	578.789.578,80	5,37
Diversos	199.838.831,31	1,85
TOTAL	10.775.587.846,62	100,00

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

1.3.2.2.1 Dívida Fundada

A *Dívida Fundada*, também denominada Dívida Consolidada, equivale à dívida contraída pelo Tesouro mediante a emissão de títulos ou contratação com instituições financeiras, com exigibilidade superior a doze meses e destinada ao equacionamento de desequilíbrios orçamentários ou ao financiamento de obras, programas de média ou longa duração, e/ou serviços públicos, cuja natureza torne viável a tomada de recursos junto a terceiros. Está classificada em *dívida fundada interna* e *externa*. O total da Dívida Fundada ao final do exercício de 2004, era de R\$ 9,99 bilhões. Sua evolução no período de 1997 a 2004 está exposta na tabela seguinte:

TABELA 1.3.13
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA
EM VALORES CONSTANTES — 1997 A 2004

Em R\$ 1.000

ANO	DÍVIDA INTERNA			DÍVIDA EXTERNA			DÍVIDA TOTAL		
	SALDO EM 31.12	ÍNDICE	VARIAÇÃO (%)	SALDO EM 31.12	ÍNDICE	VARIAÇÃO (%)	DÍVIDA FUNDADA	ÍNDICE	VARIAÇÃO (%)
1997	7.942.790	100,00	0	583.734	100,00	0	8.526.524	100,00	0
1998	9.026.970	113,65	13,65	584.955	100,21	0,21	9.611.925	112,73	12,73
1999	10.100.771	127,17	11,90	662.290	113,46	13,22	10.763.063	126,23	11,98
2000	9.759.903	122,88	(3,37)	621.571	106,48	(6,15)	10.381.474	121,76	(3,55)
2001	8.867.513	111,64	(9,14)	581.437	99,61	(6,46)	9.448.950	110,82	(8,98)
2002	9.844.852	123,95	11,02	693.736	118,84	19,31	10.538.587	123,60	11,53
2003	9.608.986	120,98	(2,40)	555.311	95,13	(19,95)	10.164.297	119,21	(3,55)
2004	9.521.196	119,87	(0,91)	475.764	81,50	(14,32)	9.996.959	117,25	(1,65)

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1997 a 2004.
Inflator: IGP-DI (dezembro).

Em valores atualizados, o saldo da dívida, no exercício de 2004, cresceu 17,25% em relação a 1997. Também se percebe redução no saldo da Dívida Fundada Interna e Externa de 1,65%, quando comparada ao exercício de 2003, em valores constantes.

Os contratos de empréstimos e/ou colocação de títulos públicos no mercado interno constituem a *Dívida Fundada Interna*. O saldo da Dívida Fundada Interna totalizava R\$ 9,52 bilhões, em 31/12/2004. A composição da Dívida Fundada Interna, por fonte de recursos, identificada por lei autorizativa e/ou agente credor, está demonstrada na tabela a seguir:

TABELA 1.3.14
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA
NO EXERCÍCIO DE 2004

ESPECIFICAÇÃO	Em R\$	
	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
POR CONTRATOS		
BANCO DO BRASIL	8.452.269.653,22	88,77
— Lei Federal nº 7.976/1989 — 90/0044-7	35.803.196,73	0,38
— Lei Federal nº 7.976/1989 — 90/0045-5	164.244.979,26	1,73
— Lei Federal nº 7.976/1989 — 90/8725-4	181.534.511,06	1,91
— Lei Federal nº 8.727/1993 — Governo	472.550.427,41	4,96
— Lei Federal nº 8.727/1993 — IPESC	39.664.769,85	0,42
— Lei Estadual nº 10.542/1997 — DMLP 97/01113-4	88.053.017,96	0,92
— Lei Federal nº 9.496/1997 — 12/98 STN/COAFI	7.306.357.877,18	76,74
— Lei Federal nº 8.727/1993 — COHAB	159.717.994,74	1,68
— Lei Estadual nº 10.542/1997 — Clube de Paris	4.342.879,03	0,05
BNDES (CELESC — CRC) 080/PGFN/CAF	868.042.562,57	9,12
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PNAFE)	36.653.418,04	0,38
PASEP	54.151.593,90	0,57
Sub Total	9.411.117.227,73	98,84
RESTOS A PAGAR RELATIVOS A 2003 E ANTERIORES	110.078.590,71	1,16
TOTAL DÍVIDA FUNDADA INTERNA	9.521.195.818,44	100,00

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

Ao final do exercício de 2004, o saldo da Dívida Fundada Interna estava composto por 98,84% decorrentes de contratos, dos quais 88,77% vinculados ao Banco do Brasil. Destaca-se o Contrato nº 12/98-STN/COAFI, assinado em 1998, nos termos da Lei 9.496/97, cujo objeto foi a confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas com a União, que representa 76,74% da Dívida Fundada Interna.

Registra-se também o lançamento de Restos a Pagar em dívida fundada, no valor de R\$ 110,08 milhões, mecanismo não previsto na legislação contábil vigente, pois os restos a pagar constituem conta do Passivo Financeiro (dívida flutuante — curto prazo).

Constatou-se a ausência de registro contábil, pelo Poder Executivo, dos Contratos de Promessa de Compra e Venda nº 2003/491 e seu Termo Aditivo, e de nº 2003/492, relativos à aquisição do Centro Administrativo do Besc, em Florianópolis, no valor total de R\$ 42.966.320,00. Com a inclusão desta operação de crédito, o montante da Dívida Fundada Interna por Contratos eleva-se para R\$ 9.454.083.547,73 e a Dívida Fundada Interna total, acrescida dos Restos a Pagar, soma R\$ 9.564.162.138,44.

A tabela seguinte mostra a movimentação da dívida fundada interna por contratos durante o exercício de 2004:

TABELA 1.3.15
POSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA POR
CONTRATOS NO EXERCÍCIO 2004

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	POSIÇÃO EM 31.12.2003	INSCRIÇÃO/ INCORPORAÇÃO	CORREÇÃO/ VARIAÇÃO	BAIXA/ AMORTIZAÇÃO	POSIÇÃO EM 31.12.2004
FINEP	1.257.436,86	0,00	21.144,87	1.278.581,73	0,00
CEF/PNAFE	34.214.271,36	6.905.900,00	(3.130.506,01)	1.336.247,31	36.653.418,04
Lei 7976/89 — Banco Brasil	472.832.707,51	0,00	(10.950.212,22)	80.299.808,24	381.582.687,05
Lei 8727/93 — Banco Brasil	685.431.657,48	0,00	35.699.607,13	49.198.072,61	671.933.192,00
Lei 9496/98 — Banco Brasil	6.411.512.559,19	0,00	902.136.975,24	7.291.657,25	7.306.357.877,18
Banco Brasil/DMLP	104.768.501,39	0,00	(7.859.031,97)	8.856.451,48	88.053.017,96
Banco Brasil/Clube de Paris	6.224.956,21	0,00	4.698,48	1.886.775,66	4.342.879,03
BNDES (Celesc — CRC)	853.237.803,11	0,00	43.957.197,28	29.152.437,82	868.042.562,57
PASEP	0,00	52.378.032,19	3.938.747,73	2.165.186,02	54.151.593,90
TOTAL	8.569.479.893,11	59.283.932,19	963.818.620,53	181.465.218,10	9.411.117.227,73

■ Fonte: Relatório de Gestão Fiscal/Versões Simplificadas — Dezembro/2004.

Merecem destaque algumas eventos que influenciam no saldo da Dívida Fundada Interna por contratos:

- Encerramento do contrato FINEP, cuja amortização totalizou R\$ 1,28 milhão;
- Inscrição de R\$ 6,91 milhões, relativa ao contrato CEF/PNAFE (programa do Governo Federal para modernização das administrações fazendárias estaduais);
- Ingresso de R\$ 54,15 milhões, relativos ao parcelamento do PASEP junto ao Governo Federal;
- Não contabilização de R\$ 42,97 milhões, decorrentes dos Contratos de Promessa de Compra e Venda nº 2003/491 e nº 2003/492, relativos à aquisição do Centro Administrativo do Besc, em Florianópolis, em operação realizada pelo Poder Executivo.

Durante o exercício de 2004 os encargos (correção monetária + juros) sobre a dívida interna geraram despesa de R\$ 963,82 milhões. Isto equivale a 12,72% da receita total arrecada pelo Estado.

O contrato nº 12/98 STN/COAFI (confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas com a União — Lei 9496/98), representou 93,60% dos encargos (R\$ 902,14 milhões). Conforme cláusula contratual, a correção monetária é calculada pela variação positiva do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna — IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Verifica-se no exercício de 2004, crescimento de 9,83% no saldo da Dívida Fundada Interna por Contratos em comparação com o saldo existente em 31/12/2003. As amortizações realizadas em 2004 são inferiores aos valores da correção monetária e juros, o que significa que a Dívida Fundada Interna por contratos cresce acima da capacidade de amortização.

Observa-se que em relação ao exercício de 2003, o endividamento interno reduziu em 0,91%. Contudo, comparando-se com o ano de 1997, o saldo da dívida fundada interna total cresceu 19,87%.

Os empréstimos e/ou financiamentos contraídos com instituições sediadas no exterior constituem a *Dívida Fundada Externa*. A constituição da Dívida Fundada Externa, por fonte de recursos, é evidenciada conforme tabela a seguir:

TABELA 1.3.16
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA
POR FONTE DE RECURSOS EM 2004

Em R\$		
ESPECIFICAÇÃO (CONTRATOS)	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	412.192.640,16	86,64
BIRD (Bco Internacional p/ Reconstr. e Desenvolvimento)	60.406.114,92	12,70
KFW (Kreditanstalt Für Wiederaufbau)	3.090.528,43	0,65
MLW Intermed Handels (Alemanha)	74.334,56	0,02
TOTAL	475.763.618,07	100,00

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

A Dívida Fundada Externa atual é composta por quatro contratos, anteriores ao exercício de 2004. O contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID é o mais representativo, correspondendo a 86,64% do total da dívida.

O valor da Dívida Fundada Externa (R\$ 475.763.618,07) correspondia a US\$ 179,235,841.65, na cotação de 31/12/2004 (US\$ 1.00 = R\$ 2,6544).

O saldo da Dívida Fundada Externa existente em 2004, comparado com o ano de 2003, em valores constantes, diminuiu 14,32%. Porém, a redução se deve à valorização do Real frente ao Dólar. Confrontando-se com o exercício de 1997, a Dívida Fundada Externa decresceu 18,50%, em valores constantes. A tabela abaixo mostra a movimentação da dívida fundada externa durante o exercício de 2004:

TABELA 1.3.17
POSIÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA EM 2004

Em R\$					
ESPECIFICAÇÃO	POSIÇÃO EM 31.12.2003	INSCRIÇÃO/ INCORPORAÇÃO	CORREÇÃO/ VARIAÇÃO	BAIXA/ AMORTIZAÇÃO	POSIÇÃO EM 31.12.2004
Banco Inter de Desenv — BID	403.396.766,35	81.627.049,97	(37.258.718,27)	35.574.457,89	412.192.640,16
Banco Int p/ Rec.Desenv — BIRD	85.746.925,65	2.058.281,32	(5.361.557,23)	22.037.534,82	60.406.114,92
KFW	5.670.478,68	0,00	36.087,53	2.616.037,78	3.090.528,43
MLW — INTERMED HANDELS	420.538,23	0,00	3.017,64	349.221,31	74.334,56
TOTAL	495.236.708,91	83.685.331,29	(42.581.170,33)	60.577.251,80	475.763.618,07

■ Fonte: Relatórios da Gestão Fiscal — Versões Simplificadas referente Dezembro de 2004.

No exercício de 2004 foram inscritos R\$ 83,69 milhões de Dívida Fundada Externa, sendo:

- a) R\$ 81,63 milhões, relativos ao financiamento do Programa BID IV, destinado a investimentos na implantação e pavimentação de rodovias estaduais, na restauração de rodovias estaduais pavimentadas, e no fortalecimento institucional do DER/SC, incluindo investimentos na segurança viária, autorizado pela Lei Estadual nº 11.830/2001;
- b) R\$ 2,06 milhões, relativos ao financiamento com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, destinado ao Projeto de recuperação ambiental, apoio ao pequeno produtor e combate à pobreza (Microbacias), autorizado pela Lei Estadual nº 12.007/2001.

Em moeda nacional, o estoque da Dívida Fundada Externa era de R\$ 495,24 milhões ao final do exercício de 2003, e atingiu R\$ 475,76 milhões ao final do exercício de 2004, isto é, decresceu 3,93%. Parte dessa redução se deve à desvalorização do dólar norte americano.

1.3.3 Gestão da Dívida Pública

A Dívida Flutuante (compromissos de curto prazo) e a Dívida Fundada (compromissos de longo prazo) estão compreendidas na *Dívida Pública Total*. O comportamento no período de 1997 — 2004 está evidenciado a seguir, com valores constantes:

TABELA 1.3.18
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA
VALORES CONSTANTES — 1997 A 2004

Em R\$ 1.000

ANO	DÍVIDA FLUTUANTE¹	%	OUTRAS DÍVIDAS	%	DÍVIDA FUNDADA			%	TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA	ÍNDICE	VARIAÇÃO %
					INTERNA	EXTERNA	TOTAL				
1997	2.303.803	21,26	3.780	0,03	7.942.790	583.734	8.526.524	78,70	10.834.107	100,00	0,00
1998	2.381.372	19,85	3.716	0,03	9.026.970	584.955	9.611.925	88,12	11.997.012	110,73	10,73
1999	1.913.631	15,08	11.960	0,09	10.100.771	662.290	10.763.062	84,82	12.688.652	117,12	5,77
2000	1.639.062	13,62	10.892	0,09	9.759.903	621.573	10.381.476	86,29	12.031.430	111,05	(5,18)
2001	1.318.080	12,24	9.886	0,09	8.867.513	581.437	9.448.950	87,67	10.777.796	99,48	(10,42)
2002	1.118.244	8,97	808.305	8,48	9.844.852	693.736	10.538.587	84,54	12.465.137	115,05	15,66
2003	1.306.411	10,63	821.066	6,68	9.608.989	555.311	10.164.297	82,69	12.291.774	113,45	(1,39)
2004	1.026.935	8,70	778.628	6,60	9.521.196	475.764	9.996.969	84,70	11.802.522	108,94	(3,98)

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1997 a 2004.
Inflator: IGP-DI (dezembro).

Em 31/12/2004, a dívida global do Estado era de R\$ 11,80 bilhões.

Os diversos índices de correção entre os contratos prejudicam a análise do comportamento do endividamento. No entanto, considerando-se o índice aqui utilizado para atualização (IGP-DI), o montante total da dívida pública (de curto e longo prazo) ao final do exercício de 2004 era 8,94% superior a 1997. Em relação a 2003, houve redução de 3,98%.

Em 2004, a participação da Dívida Fundada representou 84,70% do total da dívida pública, atingindo a cifra de R\$ 9,99 bilhões, enquanto que a participação da Dívida Flutuante foi de 8,70%, ou seja, R\$ 1,03 bilhão.

Além da Dívida Fundada Interna e Externa, constam no Passivo Permanente as contas Credores e Diversos, na tabela acima, reunidos sob o título de Outras Dívidas, alcançando R\$ 778,63 milhões, participando com 6,60% da Dívida Pública Total. Na conta Credores, entre outras, está registrada a dívida do Tesouro para com o IPESC. Na conta Diversos constam os passivos das Empresas Estatais Dependentes.

O *serviço da dívida* inclui as amortizações, juros e encargos da Dívida Fundada. No exercício de 2004 a soma dos desembolsos com amortização e juros e encargos totalizou 708.069.522,96. No período de 1997 a 2004, os dispêndios com o serviço da Dívida Fundada, contabilizados pelo Estado como Despesa Orçamentária, estão evidenciados a seguir:

TABELA 1.3.19
DEMONSTRATIVO DO SERVIÇO DA DÍVIDA FUNDADA
NO PERÍODO DE 1997 A 2004

Em R\$ 1.000

ANO	AMORTIZAÇÃO	JUROS E ENCARGOS	TOTAL	% JUROS E ENCARGOS S/ TOTAL SERVIÇO DA DÍVIDA
1997	1.026.066	341.912	1.367.978	24,99
1998	154.440	262.029	416.469	62,92
1999	221.340	173.922	395.262	44,00
2000	944.359	209.537	1.153.896	18,16
2001	208.275	276.010	484.285	56,99
2002	413.170	291.326	704.496	41,35
2003	258.487	460.458	718.946	64,05
2004	242.042	466.027	708.070	65,82
Interna	181.465	440.392	621.857	87,82
Externa	60.577	25.634	86.211	12,18

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1997 a 2004.
Inflator: IGP-DI (médio).

Nota-se que em 2004 a participação dos juros e encargos em relação ao total do serviço da Dívida Fundada foi de 65,82%, maior representatividade no período de 1997 a 2004.

Constata-se tendência de crescimento nos dispêndios com juros e correção ao longo do tempo e decréscimo na amortização.

A relação entre os dispêndios contabilizados com o pagamento da Dívida Fundada e a evolução da Despesa Total, em valores constantes, para o período de 1997 a 2004, pode ser visualizada a seguir:

TABELA 1.3.20EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL DO ESTADO E DAS DESPESAS
COM O SERVIÇO DA DÍVIDA FUNDADA — 1998 A 2004

Em R\$ 1.000

ANO	DESPESA TOTAL DO ESTADO (A)	AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS	
		VALOR (B)	PARTICIPAÇÃO % (B/A)
1998	5.287.323	416.469	7,88
1999	5.137.573	395.262	7,69
2000	7.212.230	1.153.896	16,00
2001	6.058.533	484.285	7,99
2002	8.102.396	704.496	8,69
2003	7.558.424	718.946	9,51
2004	7.671.102	708.070	9,23

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1998 a 2004.
Inflator: IGP-DI (médio).

Verifica-se que comparado ao ano de 2003 a despesa com Amortizações, Juros e Encargos da Dívida Fundada no exercício de 2004 decresceu 1,51%, significando 9,23% do Total da Despesa Orçamentária realizada no mesmo período.

1.3.3.2 Dívida Consolidada Líquida

A *Dívida Consolidada*, para os fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, é o montante total das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, apurado sem duplicidade.

Os limites de endividamento estão estabelecidos na Resolução nº 40/2001, com as alterações promovidas pela Resolução nº 05/2002, ambas do Senado Federal. Os entes que transporem os respectivos limites de endividamento, ao final de um quadrimestre, deverão regressar a esse limite até o término dos três quadrimestres seguintes, suprimindo o excedente em pelos menos 25% no primeiro período (art. 31, *caput*, da Lei Complementar Federal nº 101/2000).

A Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, modificado pela Resolução nº 20/2003, estabelece que a Dívida Consolidada Líquida dos Estados, não poderá exceder a 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida, a partir de 01 de maio de 2005.

Demonstra-se na tabela a seguir a Dívida Consolidada Líquida do Estado referente ao exercício de 2004:

TABELA 1.3.21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM 2004

Em R\$ 1.000	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EM 2004
DÍVIDA CONSOLIDADA — DC (I)	10.019.296
Dívida Mobiliária	0
Dívida Contratual	9.996.959
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	22.336
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0
Parcelamentos com a União	0
De Tributos Federais	0
De Contribuições Sociais	0
Previdenciárias (INSS)	0
Demais Contribuições Sociais	0
Do FGTS	0
Outras Dívidas	0
DEDUÇÕES (II)	694.810
Ativo Disponível	739.490
Haveres Financeiros	107.994
(-) Restos a Pagar Processados	152.673
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	555.843
Precatórios anteriores a 5.5.2000	0
Insuficiência Financeira	0
Outras Obrigações	555.843
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA — DCL (I — II)	9.324.485
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA — RCL	5.669.194
% da DC sobre a RCL	176,73
% da DCL sobre a RCL	164,48
Limite definido p/ Res. do Senado Federal 200% s/ a RCL	11.338.387

■ Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2004 do Poder Executivo Estadual.

Verifica-se que a *Dívida Consolidada Líquida* do Estado ao final do exercício de 2004, de R\$ 9,32 bilhões, equivale a 1,64 vezes a Receita Corrente Líquida, inferior ao limite legal.

1.3.3.3 Garantias e Contragarantias de Valores

A concessão de *garantia* compreende o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada. Segundo o art. 40, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas e externas, observado o ordenado na LRF a respeito das Operações de Crédito.

A Lei Complementar Federal nº 101/2000, em seu art. 40, § 1º, e a Resolução nº 43/2001, editada pelo Senado Federal, em seu art. 18, I e II, preceituam que a concessão de garantia pelos Estados, às operações de crédito interno e externo, demandará a apresentação de *contragarantias* em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e a adimplência do tomador relativamente às suas obrigações para com o garantidor e entidades por ele controladas, observado o seguinte:

- não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;
- a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, consistirá na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucio-

nais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

Demonstra-se na tabela a seguir a Garantia e Contragarantias de Valores do Estado referente ao exercício de 2004:

TABELA 1.3.22

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES NO EXERCÍCIO DE 2004

GARANTIAS		Em R\$ 1.000
		SALDO EM 2004
AVAIS (I)		0
Operações de Crédito Externas		0
Operações de Crédito Internas		0
FIANÇAS (II)		175.890
Operações de Crédito Externas		72.162
CASAN		72.162
Operações de Crédito Internas		103.728
CASAN		103.728
TOTAL DAS GARANTIAS (I + II)		175.890
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA — RCL		5.669.194
% do Total das Garantias sobre a RCL		3,10
Limite definido p/Resolução do Senado Federal 43/01 — 22% s/ a RCL		1.247.223
CONTRAGARANTIAS		SALDO EM 2004
AVAIS (I)		0
Operações de Crédito Externas		0
Operações de Crédito Internas		0
FIANÇAS (II)		0
Operações de Crédito Externas		0
Operações de Crédito Internas		0
TOTAL DAS CONTRAGARANTIAS (I + II)		0

■ Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2004 do Poder Executivo Estadual.

Verifica-se ao final do exercício de 2004, que as garantias oferecidas pelo Estado totalizaram R\$ 175,89 milhões, equivalentes a 3,10% da Receita Corrente Líquida, estando, por conseguinte, abaixo do limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 43/2001 (art. 9º) que é de 22% da Receita Corrente Líquida.

Outro aspecto observado é que o Poder Executivo Estadual não vem contabilizando os valores relativos às contragarantias, contrariando o disposto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101/00, e art. 18, incisos I e II, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, situação que está sendo apurada no processo LRF 05/00514402, em tramitação no Tribunal de Contas, referente à apreciação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2004.

1.3.3.4 Operações de Crédito

Nos termos do art. 29, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, e do art. 3º da Resolução nº 43/2001, com as alterações promovidas pela Resolução nº 19/2003, ambas do Senado Federal, constituem *operações de crédito* os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de

valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Equiparam-se às operações de crédito, segundo o art. 3º, § 1º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001:

- I. O recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;
- II. Assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito; e
- III. Assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços.

As operações de crédito por antecipação de receita destinam-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirão as exigências mencionadas no art. 32, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

O art. 7º, I da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, preceitua que o montante global das operações de crédito interno e externo realizadas em um exercício financeiro, pelos Estados, não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da Receita Corrente Líquida.

A Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, em seu art. 10 estabelece que o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% (sete por cento) da Receita Corrente Líquida.

As Operações de Crédito do Estado relativas ao exercício de 2004 estão evidenciadas na tabela a seguir:

TABELA 1.3.23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS EM 2004

Em R\$	
RECEITAS DE CAPITAL	RECEITAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2004
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	90.591.231,99
Externas	83.685.331,29
Internas	6.905.900,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	90.591.231,99
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA — RCL	5.669.193.718,27
% das Operações de Crédito Internas e Externas sobre a RCL	1,60%
% das Operações de Crédito por Antecipação da Receita sobre a RCL	0
Limite definido p/ Res. do Senado Federal p/ as oper. crédito internas e externas — 16%	907.070.994,92
Limite definido p/ Res. do Senado Federal p/ as ARO — 7% s/ RCL	396.843.560,28

■ Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre/2004 do Poder Executivo Estadual.

As Operações de Crédito realizadas pelo Estado durante o exercício de 2004, totalizaram R\$ 90,59 milhões, o que equivale a 1,60% da Receita Corrente Líquida, sendo inferior ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 43/2001 (art. 10), que é de 16% da Receita Corrente Líquida.

Entretanto, constatou-se ausência de contabilização, pelo Poder Executivo, das Operações de Crédito relativas aos Contratos de Promessa de Compra e Venda nº 2003/491 e Termo Aditivo, como também o de nº 2003/492, relativos à compra do Centro Administrativo do Besc — Florianópolis, no valor total de R\$ 42.966.320,00, a seguir especificado:

TABELA 1.2.24
OPERAÇÕES DE CRÉDITO NÃO CONTABILIZADAS
NO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$	
VALOR	Especificação
41.498.040,00	Contrato de Promessa de Compra e Venda nº 2003/491 e Termo Aditivo
23.812.100,00	Centro Administrativo Besc — Florianópolis (imóvel)
6.648.586,00	Mobiliário diversificado do Centro Administrativo
173.166,00	Equipamentos de Cozinha industrial
983.065,00	Aervo de Obras de arte
3.850.000,00	Centro Treinamento Besc (imóvel)
3.800.000,00	Posto de Atendimento Bancário Cidade das Flores Besc — Joinville (Imóvel)
2.231.123,00	Terreno estacionamento Besc Florianópolis (imóvel)
1.468.280,00	Contrato de Promessa de Compra e Venda nº 2003/492
1.140.000,00	Imóvel c/ 264m² — edificação c/ 5 pavimentos- Rua Deodoro — Centro — Florianópolis
328.280,00	Aervo 148 obras de arte
42.966.320,00	TOTAL

■ Fonte: Informações prestadas pelo Tesouro Estadual, através do Ofício nº 030/05 de 21/03/05.

Com a inclusão destes contratos, o montante das Operações de Crédito no exercício de 2004 passa a ser de R\$ 113,56 milhões, acarretando um aumento de 47,43%. Ainda assim, a relação entre as operações de crédito e a receita corrente líquida seria inferior ao limite legal.

1.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Lei Federal nº 4.320/1964, em seu art. 104, preceitua que a Demonstração das *Variações Patrimoniais* evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O Resultado Patrimonial é expresso pelos conceitos de Superávit ou Déficit e equivale à diferença entre as Variações Ativas e as Variações Passivas.

O Superávit ou Resultado Patrimonial Positivo sobrevem quando as Variações Ativas excedem às Variações Passivas e o Déficit ou Resultado Patrimonial Negativo, quando as Variações Passivas excedem às Variações Ativas.

As Variações Ativas e Passivas desdobram-se em Resultantes e Independentes da Execução Orçamentária. As Variações Ativas Resultantes da Execução Orçamentária representam as Receitas Orçamentárias arrecadadas durante o exercício e as Mutações Patrimoniais da Despesa, originadas da incorporação de elementos ativos ao Patrimônio (Despesas de Capital) ou da diminuição de elementos do Passivo Permanente.

As Variações Ativas Independentes da Execução Orçamentária significam as variações que não resultam da Execução Orçamentária, mas que ocasionam oscilações quantitativas nos valores patrimoniais, como por exemplo: a incorporação de bens em decorrência de doações, o cancelamento de dívidas passivas de natureza não orçamentária e a inscrição de créditos como Dívida Ativa.

As Variações Passivas Resultantes da Execução Orçamentária equivalem às Despesas Orçamentárias realizadas durante o exercício, de acordo com o regime de competência, bem como às Mutações Patrimoniais da Receita (mutações estas derivadas da incorporação de elementos ativos do patrimônio).

As Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária correspondem às transações que não resultam da Execução Orçamentária, mas que ocasionam oscilações quantitativas nos valores patrimoniais, como, por exemplo: os cancelamentos da Dívida Ativa, os restabelecimentos ou encampações de dívidas passivas e ações diversas, como as doações de bens ou direitos. A Demonstração das Variações Patrimoniais, em 2004, pode ser observada na tabela seguinte:

TABELA 1.4.1
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EM 31/12/2004

Em R\$ 1.000

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULO	VALOR			TÍTULO	VALOR		
	2003	2004	Variação %		2003	2004	Variação %
Receita Orçamentária				Despesa Orçamentária			
Receitas Correntes	7.180.293	7.426.176	3,42	Despesas Correntes	6.712.094	6.893.627	2,70
Receitas de Capital	160.165	149.346	(6,75)	Despesas de Capital	846.331	777.475	(8,14)
Subtotal	7.340.457	7.575.522	3,20	Subtotal	7.558.424	7.671.102	1,49
Mutações Patrimoniais da Despesa	681.111	783.330	15,01	Mutações Patrimoniais da Receita	285.350	239.911	(15,92)
Var. Ativas Indep. Exec. Orçamentária	2.240.481	1.292.954	(42,29)	Var. Passivas Ind. Exec. Orçamentária	1.971.688	1.937.502	(1,73)
Total da Receita	10.262.050	9.651.805	(5,95)	Total da Despesa	9.815.463	9.848.616	0,34
Déficit do Exercício		196.811		Superávit do Exercício		446.587	
Total das Variações Ativas	10.262.050	9.848.616	(4,03)	Total das Variações Passivas	10.262.050	9.848.616	(4,03)

■ Fonte: Balanços Gerais do Estado de 2003 e 2004.
Inflator utilizado: IGP-DI (médio).

As Receitas e as Despesas Correntes de 2004 apresentaram acréscimos de 3,42% e 2,70%, respectivamente, em relação a 2003, em valores constantes. As Receitas e as Despesas de Capital em 2004 apresentaram redução em relação a 2003, de 6,75% e 8,14%, respectivamente, em valores constantes.

O *Resultado Patrimonial* em 2003 registrou um superávit de R\$ 446,59 milhões. Já em 2004 registrou um déficit de R\$ 196,81 milhões, indicando variação negativa de 144,07% em relação ao exercício anterior, em valores constantes.

TABELA 1.4.2
RESULTADO PATRIMONIAL NO EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1.000		
GESTÃO PATRIMONIAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR	TOTAL
Receita Total	7.575.522	
(-) Mutações Patrimoniais da Receita	(239.911)	7.335.611
Despesa Total	7.671.102	
(-) Mutações Patrimoniais da Despesa	(783.330)	6.887.773
SUPERÁVIT PATRIMONIAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		447.838
GESTÃO PATRIMONIAL INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Variações Ativas	1.292.954	
(-) Variações Passivas	1.937.602	(644.649)
DÉFICIT PATRIMONIAL INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		(644.649)
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO (DÉFICIT)		(196.811)

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

O reflexo decorrente do resultado negativo na Situação Líquida Inicial de 31/12/2003, que configura o teste de revelação contábil do Saldo Patrimonial, assim se apresentava, em 31/12/2004:

TABELA 1.4.3
DEMONSTRATIVO DO SALDO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2004

Em R\$ 1.000	
PASSIVO REAL A DESCOBERTO EM 31/12/2003	1.640.152
Déficit Patrimonial do Exercício	196.811
PASSIVO REAL A DESCOBERTO EM 31/12/2004	1.836.963

■ Fonte: Balanço Geral do Estado de 2004.

As variações que determinaram o Resultado Patrimonial negativo do Exercício foram provocadas pela variação positiva da Situação Líquida Financeira, no valor de R\$ 244,54 milhões, e pela variação negativa de R\$ 441,35 milhões na Situação Líquida Permanente, totalizando um déficit de R\$ 196,81 milhões.